



Universidades Lusíada

Pita, Ana Cláudia Rodrigues

Património e turismo : a reabilitação da Casa do Mirante de Monforte, Alentejo

<http://hdl.handle.net/11067/7092>

Metadata

Issue Date 2023

Abstract O património construído é, cada vez mais, adaptado para fins turísticos, sendo este reuso impulsionado quer pela vontade privada, quer estatal. Estes edifícios, portadores de características, valores e identidade únicos carecem de proteção, sendo necessário pensar e perceber os impactos e formas de inserção deste novo uso no património. Desta forma surge a questão central desta dissertação: De que forma o turismo se torna um aliado benéfico à conservação e reabilitação do Património Arquitetónico...

The built heritage is increasingly being adapted for touristic purposes, with this reuse being driven by both private and state interests. These buildings, which possess unique characteristics, values, and identity, require protection, and it is necessary to consider and understand the impacts and ways of integrating this new use into the heritage. Thus, the central question of this dissertation arises: How can tourism become a beneficial ally for the conservation and rehabilitation of Architect...

Keywords Arquitetura, Arquitectura e turismo, Património arquitectónico - Conservação - Restauro - Reabilitação, Património arquitectónico - Memória, Casa do Mirante - Monforte, Portalegre - Monforte

Type masterThesis

Peer Reviewed No

Collections [ULP-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2023-10-21T13:38:30Z with information provided by the Repository

Património e Turismo
A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte
Ana Cláudia Rodrigues Pita

Património e Turismo
A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte
Ana Cláudia Rodrigues Pita

22|23

Orientador:
Professor Doutor Miguel Malheiro

ARQUITECTURA



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

Património e Turismo

A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte

Ana Cláudia Rodrigues Pita

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Porto, 2023



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

Património e Turismo

A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte

Ana Cláudia Rodrigues Pita

Orientador: Professor Doutor Miguel Malheiro
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Porto, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Miguel Malheiro, por ser meu orientador, pela confiança, acompanhamento, apoio, disponibilidade e partilha de conhecimentos imprescindíveis para a elaboração desta dissertação e conclusão desta caminhada.

Obrigada à minha Família pela ajuda nos momentos mais difíceis, compreensão e confiança que depositaram em mim ao longo deste percurso.

Agradecer ao Pedro pela ajuda constante, paciência e apoio incondicional em todos os momentos.

Por fim, quero também deixar um agradecimento aos meus amigos pela união, entreajuda e cooperação durante toda esta jornada.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	XXII
RESUMO.....	XXIII
ABSTRACT	XXIV
INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO I – Património e Turismo	29
1.1. Património.....	32
1.1.1. Noções e Conceitos	33
1.1.2. O Alentejo	35
1.1.3. A Casa Tradicional Urbana Alentejana.....	37
1.1.4. A Casa do Mirante.....	39
1.1.5. Valores.....	48
1.1.6. A Reabilitação	55
1.2. Turismo	61
1.2.1. Caracterização	61
1.2.2. Turismo no Espaço Rural	62
1.2.3. Turismo no Alentejo.....	63
1.3. Património e Turismo.....	68
1.3.1. Confronto entre Património e Turismo	68
1.3.2. Previsões para o Turismo no Alentejo	73
1.3.3. Conclusões.....	76
CAPÍTULO II – Casos de Referência	79
2.1. Metodologia de Análise	81
2.2. Casas Caiadas, Arraiolos.....	82
2.3. Herdade de Torre de Palma, Monforte.....	91
2.4. São Lourenço do Barrocal, Monsaraz	97
CAPÍTULO III – Caso de Estudo – A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte	107
3.1. Evolução Histórica do Objeto no Lugar	109
3.2. A Situação Atual	113
3.2.1. Levantamento Arquitetónico.....	113
3.2.2. Caracterização Construtiva.....	119
3.2.3. Estado de Conservação.....	122

3.3. A Proposta de Reabilitação	128
3.3.1. Conceito.....	128
3.3.2. Programa	129
CONCLUSÃO	141
BIBLIOGRAFIA	144
ANEXOS	155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Casa do Mirante e Praça da República. Data desconhecida.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, 2022

Figura 2: Localização do Alentejo e Alto Alentejo em Portugal Continental

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 3: Localização de Monforte no Alto Alentejo

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 4: Monforte atualmente – Vista aérea

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 5: Relação da Casa do Mirante com a Praça da República de Monforte

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 6: Evolução da Vila de Monforte ao longo do tempo

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 7: Planta de implantação e perfis – Relação da Casa do Mirante com a Praça da República

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 8: Planta rés do chão Casa do Mirante - Existente

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 9: Planta primeiro piso Casa do Mirante - Existente

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 10: Planta segundo piso Casa do Mirante - Existente

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 11: Planta primeiro piso Casa do Mirante - Existente

Fonte: Autoria da Aluna

Figura 12: Alçado principal da Casa do Mirante - Nascente

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 13: Alçado Norte da Casa do Mirante

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 14: Arco estrutural em tijolo de maciço barro – Antiga capela, piso 0

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 15: Área da estrutura do telhado – piso 2

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 16: Pavimento em mármore – Antiga capela, piso 0

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 17: Piso em soalho de madeira, desprotegido, nos quartos – piso 1

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 18: Revestimentos em tijoleira tradicional e mármore – suíte piso 1

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 19: Ruína do Convento do Bom Jesus onde é visível o mirante – data desconhecida

Fonte: Gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Monforte, 2022

Figura 20: O Mirante e o seu impacto visual

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 21: Arco estruturante – 1º piso

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 22: abóbada de cúpula – 1º piso

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 23: Abóbada de berço – circulação vertical - acesso ao 1º piso

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 24: Azulejos que se acredita serem originais da casa, século XIX – cozinha
1º piso

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 25: Vãos decorados com ferro forjado – Alçado Nascente

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 26: Abóbada de berço e paredes estruturais em alvenaria de pedra e terra visíveis na ruína do convento do Bom Jesus – data desconhecida

Fonte: Gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Monforte, 2022

Figura 27: Vista sobre Monforte a partir do Mirante

Fonte: Autoria da aluna

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 28: Conjunto de imagens dos Valores da Casa do Mirante

Fonte: Autoria da aluna, 2022

Figura 29: Turismo em Odemira, Alentejo Litoral, início do século XX - época em que esta atividade era essencialmente balnear

Fonte: QUARESMA, António Martins. 2004. *O Turismo no litoral alentejano – Do início aos anos 60 do século XX – O exemplo de Milfontes*. Milfontes.net e autor.

Fotografado dia 14-10-2021

Consultado em 06-04-2023

Figura 30: Distrito de Portalegre – Rotas culturais e pontos turísticos

Fonte: Autoria da aluna, 2022

Figura 31: Castelo de Marvão, Parque Natural da Serra de São Mamede

Fonte: <https://www.e-konomista.pt/marvao-castelo-vid/>

Consultado em 23-03-2023

Figura 32: Convento de N^a Sr.^a da Assunção

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Pousada_de_Nossa_Senhora_da_Assun%C3%A7%C3%A3o_de_Arraiolos_7377.jpg

Consultado em 23-03-2023

Figura 33: Anta de S.Gens, Nisa

Fonte: https://olhares.com/anta_de_sao_gens_alpalhao_foto4303483.html

Consultado em 23-03-2023

Figura 34: Barragem de Montargil

Fonte: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2016/02/barragem-de-montargil.html>

Consultado em 06-04-2023

Figura 35: Convento de São Paulo antes da intervenção (2016)

Fonte: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-paulo>

Consultado em 27-03-2023

Figura 36: Convento de São Paulo antes da intervenção – Pátio (2016)

Fonte: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-paulo>

Consultado em 27-03-2023

Figura 37: Convento de São Paulo depois da intervenção (2019)

Fonte: <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/convento-de-sao-paulo/>

Consultado em 27-03-2023

Figura 38: Convento de São Paulo depois da intervenção – Pátio (2019)

Fonte: <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/convento-de-sao-paulo/>

Consultado em 27-03-2023

Figura 39: Lugar do moinho do Barroco

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 40: Planta de piso térreo existente

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 41: Ribeira da Fanica

Fonte: <https://espacodearquitetura.com/projetos/casas-caiadas/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 42: Estado de conservação antes da intervenção – casa de alvenaria de pedra à vista (casa A)

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 43: Estado de conservação antes da intervenção – casa maior (casa B)

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 44: Estado de conservação antes da intervenção – moinho (casa C)

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 45: Espaço exterior circulável e pontuado com barrocos

Fonte: <https://atesegunda.com/2021/07/18/casas-caiadas/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 46: Implantação após intervenção e identificação dos volumes

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/> (adaptada)

Consultado em 30-03-2023

Figura 47: Planta piso térreo após intervenção

Fonte: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 48: Fachadas Sul e Nascente Casa A após intervenção

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 30-03-2023

Figura 49: Interior Casa A após intervenção

Fonte: <https://atesegunda.com/2021/07/18/casas-caiadas/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 50: Fachada Nascente Casa B após intervenção – forte presença das chaminés

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 30-03-2023

Figura 51: Fachada Poente Casa B após intervenção – contrafortes recuperados

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 30-03-2023

Figura 52: Interior casa B após intervenção - quarto

Fonte: <https://casascaiadas.com/boutique-home-casa-caiada/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 53: Interior casa B após intervenção – instalação sanitária com chaminé desativada

Fonte: <https://casascaiadas.com/boutique-home-casa-caiada/>

Consultado em 30-03-2023

Figura 54: Fachadas Norte e Nascente casa C após intervenção

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 31-03-2023

Figura 55: Fachadas Sul e Nascente casa C após intervenção

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 31-03-2023

Figura 56: Interior casa C após intervenção - arco em tijolo maciço aparente

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 31-03-2023

Figura 57: Interior casa C após intervenção – sala comum - arco em tijolo e salamandra

Fonte: https://casascaiadadas.com/boutique-home_social-house/

Consultado em 31-03-2023

Figura 58: Pavimento em cimento afagado, paredes caiadas, vãos com madeira de pinho e tetos com barrotes de madeira pintados de branco (casa B)

Fonte: <http://ultimasreportagens.com/272.php>

Consultado em 31-03-2023

Figura 59: Espaço exterior – piscina e moinhola

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/773390/casas-caiadas-pereira-miguel-arquitectos>

Consultado em 10-04-2023

Figura 60: Localização Herdade de Torre de Palma

Fonte: Autoria da aluna

Figura 61: Vista aérea da herdade antes da intervenção

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=ArquitecturadeGalicia (adaptada)

Consultado em 12-04-2023

Figura 62: Planta Torre de Palma Wine Hotel

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/757231/intervencao-na-herdade-de-torre-de-palma-joao-mendes-ribeiro>

Consultado em 12-04-2023

Figura 63: Vista aérea da Herdade depois da intervenção

Fonte: <https://www.torredepalma.com/sobre-nos/>

Consultado em 13-04-2023

Figura 64: Capela, celeiro, torre central e casa principal antes da intervenção – Fachada Sul

Fonte: <https://www.torredepalma.com/sobre-nos/>

Consultado em 13-04-2023

Figura 65: Capela, celeiro, torre central e casa principal depois da intervenção – Fachada Sul

Fonte: <https://www.torredepalma.com/galeria/>

Consultado em 13-04-2023

Figura 66: Fachada Norte do volume principal da herdade antes da intervenção

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=Arquitectu
radeGalicia (adaptada)

Consultado em 13-04-2023

Figura 67: Fachada Norte do volume principal da herdade depois da intervenção

Fonte: <https://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2015-03-06-torre-de-palma-wine-hotel/>

Consultado em 13-04-2023

Figura 68: Antigas habitações de operários antes e depois da intervenção – quartos

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=Arquitectu
radeGalicia (adaptada)

Consultado em 13-04-2023

Figura 69: Antigo celeiro antes e depois da intervenção – piscina interior e estrutura conservada

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=Arquitectu
radeGalicia (adaptada)

Consultado em 13-04-2023

Figura 70: Antiga cavaleriça antes e depois da intervenção – bar, instalações sanitárias e estrutura conservada

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=Arquitectu
radeGalicia (adaptada)

Consultado em 13-04-2023

Figura 71: Materialidade antes e depois da intervenção – revestimento a tijoleira tradicional e mármore, reboco com base de cal, arcos e abóbadas conservados – torre

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o&ab_channel=Arquitectu
radeGalicia (adaptada)

Consultado em 13-04-2023

Figura 72: Localização da Herdade de São Lourenço do Barrocal

Fonte: Autoria da aluna

Figura 73: Comunidade da Herdade no século XIX

Fonte: <https://barrocal.pt/pt/estate/about/> (adaptada do vídeo do site)

Consultado em 24-04-2023

Figura 74: Vista aérea da herdade antes da intervenção

Fonte: <https://www.afaconsult.com/projects/category/pt/touristic/334>

Consultado em 25-04-2023

Figura 75: Vista aérea da herdade depois da intervenção

Fonte: <https://barrocal.pt/pt/estate/about/>

Consultado em 25-04-2023

Figura 76: Planta de implantação atual do Hotel Rural da Herdade de São Lourenço do Barrocal

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/868537/sao-lourenco-do-barrocal-eduardo-souto-de-moura> (adaptada)

Consultado em 25-04-2023

Figura 77: Núcleo construído principal da Herdade de São Lourenço do Barrocal após intervenção

Fonte: <https://www.galeriadaarquitectura.com.br/slideshow/newslideshow.aspx?idproject=5641&index=1>

Consultado em 25-04-2023

Figura 78: Rua central (Rua do Monte) sentido nascente antes da intervenção (2002) e depois (2016)

Fonte: <https://www.joandso.com/hotels-portugal/five-star-farmhouse-hotel-alentejo-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado em 25-04-2023

Figura 79: Rua central (Rua do Monte) sentido poente antes da intervenção (2002) e depois (2016)

Fonte: <https://www.afaconsult.com/projects/category/pt/touristic/334>

Consultado em 25-04-2023

Figura 80: Rua central (Rua do Monte) sentido poente antes da intervenção (2002) e depois (2016)

Fonte: <https://www.joandso.com/hotels-portugal/five-star-farmhouse-hotel-alentejo-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado em 25-04-2023

Figura 81: Espaço de estar antes e depois da intervenção – conservação da linguagem arquitetónica, estrutura (arcos) e materiais

Fonte: <https://www.afaconsult.com/projects/category/pt/touristic/334>

Consultado em 25-04-2023

Figura 82: Espaço de estar antes e depois da intervenção – conservação da linguagem arquitetónica, estrutura (arcos) e materiais

Fonte: <https://www.joandso.com/hotels-portugal/five-star-farmhouse-hotel-alentejo-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado em 25-04-2023

Figura 83: Alpendre de acesso aos quartos antes e depois da intervenção – conservação da estrutura (arcos pilares, paredes)

Fonte: <https://www.afaconsult.com/projects/category/pt/touristic/334>

Consultado em 25-04-2023

Figura 84: Alpendre de acesso aos quartos antes e depois da intervenção – conservação da estrutura (arcos pilares, paredes)

Fonte: <https://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2016-09-11-sao-lourenco-do-barrocal/>

Consultado em 25-04-2023

Figura 85: Exterior caiado a branco, textura das paredes e telha utilizada

Fonte: <https://www.joandso.com/hotels-portugal/five-star-farmhouse-hotel-alentejo-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado em 25-04-2023

Figura 86: Exterior caiado a branco, textura das paredes e telha utilizada

Fonte: <https://afasiaarchzine.com/2017/03/souto-de-moura-22/>

Consultado em 25-04-2023

Figura 87: Interior – conservação das abóbadas, reboco com cal, revestimento em xisto e tijoleira tradicional de adobe

Fonte: <https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/>

Consultado em 25-04-2023

Figura 88: Interior – conservação das abóbadas, reboco com cal, revestimento em xisto e tijoleira tradicional de adobe

Fonte: <https://www.joandso.com/hotels-portugal/five-star-farmhouse-hotel-alentejo-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado em 25-04-2023

Figura 89: Planta de localização e identificação de espaços

Fonte: Autoria da aluna

Figura 90: Análise de espaços verdes

Fonte: Autoria da aluna

Figura 91: Análise espaços públicos

Fonte: Autoria da aluna

Figura 92: Análise equipamentos, Igrejas e Capelas

Fonte: A autoria da aluna

Figura 93: Análise espaços de interesse

Fonte: A autoria da aluna

Figura 94: Vista geral do Rossio de Monforte

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 95: Ponte Romana de Monforte sobre a Ribeira Grande

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 96: Ocupação do Convento – 1ª fase, Fundação, séc. XVI

Fonte: A autoria da aluna

Figura 97: Ocupação do Convento – 2ª fase, Ampliação e Apogeu, séc. XVI

Fonte: A autoria da aluna

Figura 98: Ocupação do Convento – 3ª fase, Declínio, séc. XIX

Fonte: A autoria da aluna

Figura 99: Ocupação do Convento – 4ª fase, Demolição e Remoção, séc. XX

Fonte: A autoria da aluna

Figura 100: Planta piso 0 e Corte A – Existente

Fonte: A autoria da aluna

Figura 101: Planta piso 1 e Corte B – Existente

Fonte: A autoria da aluna

Figura 102: Planta piso 2 e Corte C – Existente

Fonte: A autoria da aluna

Figura 103: Planta piso 3 e Corte D – Existente

Fonte: A autoria da aluna

Figura 104: Planta cobertura e Corte E – Existente

Fonte: A autoria da aluna

Figura 105: Representação dos alçados Sul (Rua Moreira Costa Pinto); alçado Nascente (Rua da República); alçados Norte (Avenida Humberto Delgado) -

Existente Fonte: A autoria da aluna

Figura 106: Piso 0 – Capela (5) – teto em abóbada

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 107: Piso 0 – Capela (5) – Arcos estruturais

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 108: Piso 0 – Restaurante (7) – teto em abóbadas

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 109: Circulação vertical - acesso ao piso 1 – Escada em granito e teto em abóbada

Fonte: Autoria da aluna

Figura 110: Piso 1 – sala (11) – Teto em barrotes de madeira e lareira

Fonte: Autoria da aluna

Figura 111: Piso 1 – Escritório (10) – Teto em barrotes de madeira

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 112: Piso 1 – Piso 1 – Circulação horizontal (3) – Acesso à cozinha

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 113: Fig.113: Piso 1 – Cozinha (5)

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 114: Piso 1 – Circulação horizontal (2) – Acesso aos quartos

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 115: Piso 1 – Quarto (9) – Arco estrutural e soalho em madeira

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 116: Piso 1 – Quarto (8) – Arco estrutural, soalho em madeira e teto saia-camisa

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 117: Piso 1 – Quarto (9) – Arco estrutural e soalho em madeira

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 118: Circulação vertical – Acesso ao piso 2 e 3

Fonte: Autoria da aluna

Figura 119: Piso 2 (devoluto) - Circulação horizontal (6) – Teto em abóbada e pavimento em tijoleira tradicional

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 120: Piso 2 (devoluto) - Átrio (5) – Teto em abóbada e pavimento em tijoleira tradicional

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 121: Piso 2 (devoluto) - Quarto (2) – Teto em barrotes de madeira e pavimento em soalho

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 122: Piso 2 (devoluto) – Espaço vazio (4) – Estrutura do telhado

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 123: Piso 3 – Mirante (1) – Pavimento em tijoleira tradicional

Fonte: Gentilmente cedida pelo autor

Fotografado dia 14-10-2021

Figura 124: Pormenores construtivos - Existente

Fonte: Autoria da aluna

Figura 125: Conjunto de imagens dos materiais existentes

Fonte: Autoria da aluna

Figura 126: Tabela de patologias existentes – Caracterização

Fonte: Autoria da aluna

Figura 127: Tabela de patologias existentes – Origem

Fonte: Autoria da aluna

Figura 128: Tabela de patologias existentes – Resolução

Fonte: Autoria da aluna

Figura 129: Esquema das patologias interiores e exteriores existentes

Fonte: Autoria da aluna

Figura 130: Conjunto de imagens das patologias interiores e exteriores

Fonte: Autoria da aluna

Figura 131: Vermelhos e Amarelos – Plantas, Cortes e Alçados

Fonte: A autoria da aluna

Figura 132: Planta piso 0 e Corte A – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 133: Planta piso 1 e Corte B – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 134: Planta piso 2 e Corte C – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 135: Planta piso 3 – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 136: Planta Cobertura – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 137: Corte D – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 138: Corte E – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 139: Corte F – Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 140: Representação dos alçados Sul (Rua Moreira Costa Pinto); alçado Nascente (Rua da República); alçados Norte (Avenida Humberto Delgado) - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 141: Pormenores construtivos - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 142: Pormenores construtivos - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 143: Fotomontagem da Casa do Mirante no lugar - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 144: Fotografias maquete 1/100 - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 145: Ilustração 3D – Quarto com pátio - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

Figura 146: Ilustração 3D – Cafeteria - Proposto

Fonte: A autoria da aluna

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CEFUS – Centro de Educação e Formação e Universidade Sénior

CIMAC – Comunidade intermunicipal do Alentejo Central

ERTAR – Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo

Fig. – Figura

I.S. – Instalação Sanitária

ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens

Culturais

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos

OMT – Organização Mundial do Turismo

PVC – Policloreto de vinilo

RJET – Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

O património construído é, cada vez mais, adaptado para fins turísticos, sendo este reuso impulsionado quer pela vontade privada, quer estatal. Estes edifícios, portadores de características, valores e identidade únicos carecem de proteção, sendo necessário pensar e perceber os impactos e formas de inserção deste novo uso no património. Desta forma surge a questão central desta dissertação: De que forma o turismo se torna um aliado benéfico à conservação e reabilitação do Património Arquitetónico?

Assim, a investigação incide na compreensão da relação entre o património e o turismo, aplicado particularmente ao caso de estudo na região norte do Alentejo, tendo como base o papel vital que o património acarreta na evolução histórica de uma comunidade e a forma como este deve ser intervencionado, definida através de referências teóricas e doutrinárias.

Dividida em três fases, esta investigação inicia-se com o estudo teórico sobre o património, a casa tradicional urbana alentejana, a Casa do Mirante e os seus valores. Ainda na primeira fase é abordado o tema do turismo e o laço entre este e o património onde procuramos perceber os confrontos advindos desta relação.

Numa segunda fase, com base nos pressupostos teóricos, são selecionados três casos de referência onde, através do projeto de reabilitação e da função turística introduzida, analisamos como foram mantidos os valores, de que forma foi conseguida a relação entre o edifício e a nova função e qual o impacto destas intervenções nas populações locais.

Após o processo de recolha de informação e da análise dos casos de aplicação prática, na última fase, são utilizados os princípios assimilados na proposta de intervenção para objeto de estudo conseguida através da descrição textual e desenhos.

Posto isto, o projeto de reabilitação proposto para a Casa do Mirante de Monforte procura estabelecer uma harmonia na relação entre o edifício e a nova função, conservando os valores e conciliando a atividade turística com as atividades existentes, de maneira a perpetuar seu significado no seio da comunidade local.

Palavras-Chave: Património Arquitetónico; Turismo; Reabilitação, Valores

ABSTRACT

The built heritage is increasingly being adapted for touristic purposes, with this reuse being driven by both private and state interests. These buildings, which possess unique characteristics, values, and identity, require protection, and it is necessary to consider and understand the impacts and ways of integrating this new use into the heritage. Thus, the central question of this dissertation arises: How can tourism become a beneficial ally for the conservation and rehabilitation of Architectural Heritage?

Therefore, the research focuses on understanding the relationship between heritage and tourism, applied particularly to the case study in the northern region of Alentejo, based on the vital role that heritage carries in the historical evolution of a community and how it should be intervened, defined through theoretical and doctrinal references.

Divided into three phases, this research begins with the theoretical study of heritage, the traditional urban Alentejo house, the Casa do Mirante, and its values. Still, in the first phase, the theme of tourism and the link between it and heritage is approached, where we seek to understand the confrontations arising from this relationship.

In the second phase, based on theoretical assumptions, three reference cases are selected where, through the rehabilitation project and the introduced touristic function, we analyze how the values were maintained, how the relationship between the building and the new function was achieved, and what the impact of these interventions was on the local populations.

After the information collection process and the analysis of practical application cases, in the final phase, the assimilated principles are used in the intervention proposal for the study object achieved through textual description and drawings.

Thus, the proposed rehabilitation project for the Casa do Mirante de Monforte seeks to establish harmony in the relationship between the building and the new function, preserving the values and reconciling touristic activity with existing activities, in a way that perpetuates its meaning within the local community.

Keywords: Architectural Heritage; Tourism; Rehabilitation, Values.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida em paralelo com o trabalho elaborado na unidade curricular de Projeto III, onde foi possível intervir numa obra arquitetónica antiga, a Casa do Mirante de Monforte, localizada no Alentejo, datada do século XIX. Tratando-se de uma casa antiga com valores inerentes, este edifício carrega um pedaço de história da vila de Monforte.

Dada a sua dimensão e a função atual não ser suficiente para a manter em bom estado de conservação, constatou-se a necessidade de reabilitação desta construção com inserção de nova função ligada ao setor do alojamento turístico, que seria capaz de contribuir para a sua conservação e manutenção, como é o caso do turismo.

O objeto de investigação incide na relação entre património e turismo, que apresenta confrontos a nível sociocultural, económico e ambiental.

Para isso, procura-se compreender os aspetos positivos e negativos da aliança entre turismo e património arquitetónico, focado na reabilitação de um edifício de habitação antigo e urbano do Alentejo para a sua adaptação a alojamento turístico, em específico na Casa do Mirante de Monforte.

O turismo tem hoje um peso considerável na forma como as sociedades encaram o seu património material e imaterial. Para uma indústria cada vez mais focada na descoberta da diversidade de culturas, o património é o motor do turismo que, por sua vez, impulsiona a recuperação e conservação de tradições, construções e até de sociedades.

O trabalho tem como objetivos elencar os benefícios e problemas do turismo para o património arquitetónico, analisar casos que conjugam a harmonia entre património, turismo e reabilitação e assim perceber de que forma o turismo se torna um aliado benéfico à conservação e reabilitação do património arquitetónico.

Pretende-se que a dissertação sirva de instrumento de demonstração de que o setor turístico, se corretamente explorado, constitui uma mais-valia à preservação da autenticidade do património arquitetónico.

Assim, pretende-se absorver os conhecimentos necessários para que seja possível justificar as decisões tomadas na intervenção realizada no caso de estudo.

A metodologia a utilizar pressupõe a compreensão das noções e dos conceitos de e património e turismo, a sua evolução e caracterização. Perceber as noções de Património, os

cuidados a ter quando este é alvo de intervenção, os valores a ele associados e conhecer os métodos de intervenção mais adequados ao património arquitetónico tendo por base o que melhor se aplica ao caso da Casa do Mirante. O estudo das cartas, recomendações e convenções sobre a relação entre turismo e património arquitetónico são também importantes nesta abordagem.

A seguir aplicam-se estes pressupostos teóricos na análise de casos de referência para compreender de que forma se executou a intervenção, como os valores foram mantidos e de que modo a aliança entre património e turismo foi conseguida.

Por fim, é desenvolvida a proposta de intervenção na Casa do Mirante, retirando conclusões dos pressupostos anteriormente definidos e demonstrando na prática o método mais indicado de combinar a função turística aliada ao património.

De forma a cumprir com os objetivos elencados, a presente dissertação será dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo incide sobre a contextualização da Casa do Mirante, como caracterização, materialidade e arquitetura da casa, bem como do lugar onde está inserida, aplicada, ao longo do texto, às teorias sobre o património, as noções de património, quais os tipos de património e em qual o caso de estudo se insere, os valores presentes no património e nas casas alentejanas, baseados e explicados segundo informações de autores importantes. É abordado o tema da reabilitação, assim como passos e metodologias que uma intervenção no património deve seguir. É, também, neste capítulo referido o conceito e breve contextualização histórica do turismo, políticas de turismo em Portugal e no Alentejo e a relação entre património e turismo onde são estudadas as cartas e convenções sobre esta relação, os confrontos inerentes a este elo, em especial no Alentejo e região da casa. São analisadas também as previsões para o setor turístico do Alentejo.

No segundo capítulo são apresentados os casos de referência com relações próximas à Casa do Mirante ao nível da reabilitação, da nova função de alojamento turístico e da localização. O objetivo é perceber de que forma foram intervencionados para que os seus valores tenham sido mantidos e de que maneira foi conseguida a relação entre aquele património e o turismo.

No terceiro e último capítulo, após a investigação, é feita uma apresentação e análise mais detalhada do caso de estudo, sendo este capítulo dedicado à apresentação da intervenção na Casa do Mirante. A intervenção nesta casa tem como intenção valorizar o edifício, mantendo a sua autenticidade e atualizá-lo, adaptando-o aos níveis de conforto hoje exigidos, dotando-o de uma nova função. Neste capítulo há o objetivo de aplicar os conceitos

abordados na investigação teórica até aqui realizada, tentando compreender a aplicabilidade desses mesmos conceitos a um caso real, verificando como se pode conciliar a função turística com o património arquitetónico e o lugar onde este está inserido.

CAPÍTULO I – Património e Turismo



Fig.1: Casa do Mirante e Praça da República. Data desconhecida.

1.1. Património

A presente investigação incide numa casa urbana alentejana, a Casa do Mirante de Monforte, situada na Praça da República de Monforte, no distrito de Portalegre. Nesta casa de quatro pisos, as funções estão distribuídas em restauração e capela, hoje desativada, no piso rés do chão, e de habitação unifamiliar e mirante nos pisos superiores.

A construção da Casa do Mirante data do século XIX e conta com heranças do antigo Convento do Bom Jesus, datado do século XVI que, embora muito importante à época, a informação existente acerca deste convento é escassa, sabendo-se, atualmente, que os principais e mais significativos elementos desta casa, como o Mirante, arcos estruturais e abóbadas, têm possivelmente a sua origem no antigo convento.

Esta casa apresenta um tipo de construção vernacular e urbana típica do Alentejo baseada em paredes exteriores, de grande espessura, em alvenaria de pedra irregular e terra, paredes interiores em tabique e revestimentos como cal, mármore e tijoleira tradicional. O elemento singular desta casa é o mirante que se destaca pela cércea mais alta que os edifícios envolventes e permite uma vista panorâmica sobre a vila de Monforte e a paisagem circundante.

De entre todas as características desta casa, interessa perceber quais são e onde se encontram os seus valores e qual a sua autenticidade.

O Alto Alentejo, região onde se localiza esta casa, caracteriza-se como uma zona maioritariamente rural e corresponde ao distrito de Portalegre. Apresenta baixa densidade populacional e mais envelhecida que a média do país. Esta região vincadamente rural, com reduzida população, tem-se mantido autêntica e resistente à exploração humana. Estas particularidades e os vários recursos turísticos que detém têm provocado, nos últimos anos, um aumento da atividade turística.

Através da investigação teórica será possível compreender a importância desta casa e o estado do setor turístico na região.

1.1.1. Noções e Conceitos

O conceito património tem origem do latim, *Patrimonium*, e tem o significado de, segundo o dicionário:

“Conjunto dos bens de família, transmitidos por herança; Conjunto dos bens próprios, herdados ou adquiridos; Conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança coletiva.” (Fundação Calouste Gulbenkian. 2001: 2784).

Património consiste, assim, em todos os elementos e heranças, deixadas pelos nossos antepassados que ajudam a estabelecer conexões com o passado e que permitem a criação de uma identidade.

A origem desta palavra está, segundo Françoise Choay, *“ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”* (Choay, 2020: 11). Consequência da evolução ao longo do tempo, o conceito de património foi sofrendo alterações sendo hoje, um bem ou conjunto de bens materiais ou imateriais, aos quais são reconhecidos interesses culturais, históricos, arquitetónicos, como a linguagem, costumes, arquitetura ou paisagens naturais, que conferem identidade às civilizações e que são transmitidos de geração em geração.

“O património é definido como a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do Homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos (...) é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e participação (...)” (Barranha, 2016: 26).

Este legado da humanidade contribui para a construção da identidade de uma comunidade, faz parte da cultura assim como a cultura faz parte dele, seja material ou imaterial, sendo imprescindível na evolução de um povo.

Declara o ICOMOS¹, na Carta de Cracóvia, que património é *“o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.”* (Carta de Cracóvia, 2000: 5).

Dentro património cultural, que abrange o tangível, como as construções, e o intangível como hábitos, tradições e crenças, existem sub-conceitos: O património

¹ ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – organização não-governamental mundial que promove a conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios.

construído ou imóvel; o património móvel e o património imaterial, sendo que, dentro destes temos também outros conceitos.

O património construído ou imóvel corresponde a todos os elementos construídos ou produzidos pelo Homem que sejam dotados de valores históricos, artísticos ou técnicos, este vai desde a mais pequena peça de decoração, ao edifício de habitação, ao palacete, até ao maior monumento². Para Françoise Choay, o património construído, ou edificado, é o mais significativo, que mais está presente na vida de todos, *“e que diz respeito mais diretamente ao quadro de vida de todos e de cada um”* (Choay, 2020: 12).

O património construído engloba uma série de sub-conceitos, sendo dois deles o património arquitetónico e o património vernáculo, aos quais se pretende dar destaque.

Pela *Carta Europeia do Património Arquitetónico* (1975), este compreende edifícios de valor excecional, bem como as suas envolventes e áreas de cidades, vilas ou aldeias que representem uma importância histórica ou cultural para determinada sociedade. Esta carta defende que a conservação deste património *“depende largamente da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo”*.

Numa versão mais recente, pelo IHRU e IGESPAR, o Património arquitetónico corresponde a um conjunto das *“estruturas físicas (...) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece (...) interesse cultural e ou civilizacional.”* Sendo que pode corresponder a *“bens imóveis de valor histórico, arqueológico, social, artístico, científico ou técnico relevantes”*, carecendo de proteção e valorização, a fim de manter o legado e marco histórico e identitário que representa dentro de cada sociedade.

O património construído vernáculo é subcategoria do património construído ou imóvel, como anteriormente referido. Vernáculo tem origem no latim *vernaculus* que se associa à manifestação local ou regional onde são utilizadas técnicas de construção e materiais locais, fruto das condições geológicas, topográficas, climáticas e também culturais.

“O património construído vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, (...) a expressão da diversidade cultural do mundo. (...) é o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat. Resulta de um processo evolutivo que inclui,

² O conceito de monumento surge do latim *monumentum*, proveniente de *monere*, com o significado de advertir, avisar, recordar. Pode ser definido como uma obra que visa conservar, homenagear ou imortalizar uma figura ou feito, conduzindo à memória e recordação. O monumento está inserido no património arquitetónico, sub-conceito do património Construído.

necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais.” (ICOMOS, 1999)

Segundo o ICOMOS (1999), para além de transmitir um modo de construir emanado na comunidade, um conhecimento tradicional da composição e construção, um carácter marcadamente local ou regional em resposta ao meio ambiente, o património vernáculo faz parte da paisagem cultural e abrange as formas, materiais, estruturas e espaços, sendo reflexo do modo como estes elementos são usados e interpretados pelas comunidades.

1.1.2. O Alentejo

O Alentejo (fig.2) preenche cerca de um terço do território de Portugal continental, alcançando a costa com o oceano atlântico, a oeste, e a fronteira com Espanha, a este. É uma das sete regiões NUTS II³ e apresenta-se como a maior área natural de Portugal, correspondendo a 29% da superfície total do país, com 26 158 km². Esta região é dividida em duas grandes áreas: o Alto e o Baixo Alentejo. Confronta com o rio Tejo a norte, Espanha a este, o Algarve a sul e Oceano Atlântico, Estremadura e Ribatejo a oeste.

Apresenta um relevo maioritariamente plano onde se salientam dispersas massas montanhosas de baixa altitude, com exceção das serras do Marvão (865 m) e São Mamede (1025 m). O clima, mediterrânico e temperado, mas com pouca influência marítima, caracteriza-se com verões quentes e secos e invernos frios, chuvosos, mas suaves.

As atividades com maior peso social e económico são a agricultura e pecuária sendo as principais culturas o trigo, centeio, girassol, tomate, cortiça, vinho e azeite. Na pecuária destacam-se os gados bovino, ovino e suíno. No entanto, a agricultura tem sofrido um declínio que tem sido parcialmente compensada com atividades turísticas em expansão, como o turismo rural (Infopédia, 2022)⁴.

Segundo o CIMAC⁵, desde os últimos cinquenta anos que a região do Alentejo sofre de decréscimo na população, apresentando hoje uma densidade populacional de 24 habitantes por km², em contraste com os 112,8 no continente. Tal como a maioria do interior do país, o Alentejo nos últimos dez anos (2011-2021) viu a sua população descer. Segundo

³ NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos.

⁴ Disponível em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$alentejo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$alentejo). Consultado a 28-10-2022.

⁵ CIMAC – Comunidade intermunicipal do Alentejo Central. Disponível em <https://www.cimac.pt/visitante/alentejo-central/caracterizacao/demografia/>. Consultado a 28-10-2022.



Fig.2: Localização do Alentejo e Alto Alentejo em Portugal Continental

dados do INE⁶, perderam-se cerca de 50 000 habitantes nesta região, equivalendo a 6,9% do total da população.

1.1.3. A Casa Tradicional Urbana Alentejana

A arquitetura tradicional portuguesa surge da tradição, individualidade, e transmissão de geração em geração. A definição de tradição tem sofrido mudanças ao longo do tempo. Diretamente ligado à história, este conceito passou a ser significado de um testemunho incessante de uma região ou comunidade. Sendo hoje uma noção abrangente que engloba um reservatório dos conhecimentos, valores e ideias acerca da essência de determinada sociedade, que deve ser conservado e transmitido.

A casa é, antes demais, um produto do Homem, fruto, entre outros fatores, da cultura, tradição, movimentos de difusão, influências, conceitos económicos, sociais e profissionais respeitantes a certa região. Também fatores geográficos como a presença ou ausência de determinados materiais, as características meteorológicas ou a topografia, determinam as características da casa regional.

No entanto, para se compreender a casa de determinada região, é também necessário detetar os fatores humanos que comandam a elaboração e evolução do objeto ou instituição cultural. É da interação destes vários agentes que *“derivam os tipos, as formas, e os estilos peculiares das casas das diferentes regiões”* (Veiga de Oliveira e Galhano, 1994: 15).

Segundo Veiga de Oliveira e Galhano é possível encontrar três tipologias de casa tradicionais portuguesas: a casa elementar, a casa rural ou térrea e a casa urbana. Interessamos estudar a casa urbana tradicional específica da região do Alentejo, a casa tradicional urbana alentejana.

A casa no Alentejo serve de resposta aos desafios climatéricos, e a função, na maioria das vezes agrícola, desempenhada. Segundo os autores, a casa popular alentejana apresenta características totalmente diversas das de outras regiões do país, principalmente na sua forma, materiais e funções, realçando os contrastes geográficos entre as várias regiões.

A casa do Alentejo, sendo do Sul, praticamente não inclui granito ou xisto, uma vez que se encontra numa zona onde são abundantes os solos argilosos, os calcários e mármore.

⁶ INE – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2. Consultado a 28-10-2022.

Devido à forte presença de argila, é muito utilizado o tijolo maciço de barro em comunhão com a taipa, empregue em paredes, arcos ou abóbadas. Materiais usados não só pela sua abundância, mas também em resposta às condições climatéricas e funcionais.

Esta casa é geralmente rebocada e caiada a branco no exterior e interior como meio de defesa contra a luz e calor e ajuda a arredondar ângulos e disfarçar falhas, devido à sua espessura. “*Os edifícios são brancos, com exceção do embasamento e da cercadura das janelas demarcadas na maioria das construções*” (Correia, 2002: 4), que contornam os vãos e contrastam com o branco, variando entre o azul, amarelo, vermelho ou laranja.

No pavimento do piso térreo é, geralmente, em terra batida, tijoleira tradicional, mármore, ladrilho ou até pedra miúda. O soalho de madeira, se utilizado, fica circunscrito aos pisos superiores.

A casa tradicional urbana alentejana serve unicamente de habitação, não tendo a função agrícola, que é reservada para as herdades e montes. Nas vilas e cidades alentejanas a casa é, geralmente, de dois pisos e à medida que aumentam os pisos, torna-se mais leve, “*o andar de cima pode ser constituído por tijolos postos entre duas traves (...) que formam o teto dos térreos (...) outras vezes aquele pavimento assenta sobre tijolos apoiados sobre a abóbada dos mesmo térreos*” (Veiga de Oliveira e Galhano, 1994: 284).

Em certas localidades, estas casas exibem altos mirantes que sobressaem do telhado coroando o edifício, que podem ser abertos ou totalmente cobertos rodeados de arcarias com janelas dos lados e sempre com escada que comunica com o interior, estas construções têm a sua origem, possivelmente, nos mirantes conventuais (Veiga de Oliveira e Galhano, 1994).

Outra característica deste tipo de casa é o ferro forjado, grades e resguardos de janelas, “*a arte do ferro, como elemento decorativo da habitação, manifesta-se por toda a província, de Marvão a Évora e Beja*” (Veiga de Oliveira e Galhano, 1994: 285).

A arquitetura destas casas engloba um elemento muito característico, a abóbada e a abobadilha. A abóbada alentejana é normalmente de pequena flecha e cobre vãos que podem chegar aos 5/7 metros e pode ou não ser rebocada. Podemos distinguir as abóbadas das abobadilhas através da espessura obtida pela forma como o tijolo maciço colocado ao baixo ou alto. A morfologia das abóbadas é variada, sendo a abóbada de berço e engra ou cruzadas as mais comuns. (AA.VV. 1998).

Dos materiais mais empregues, sobressaem a cal, o tijolo e a taipa⁷, sendo que esta última não é utilizada na Casa do Mirante.

A cal é de elevada importância na construção alentejana, proveniente da transformação da pedra calcária, é usada na construção civil como revestimento, composição de argamassas e pinturas. A forte presença desta pedra permite a aplicação de cal em grande quantidade, sendo utilizada como revestimento exterior e interior, protegendo as habitações do calor e produzindo um efeito único na textura destas casas.

O tijolo maciço de barro, é produzido através de um processo primitivo de trabalho do barro, utilizado “(...) em pavimentos, degraus, tabiques, terraços e abóbadas (...) representa uma tradição que vem já da época romana e mantém em muitos casos carácter de um produto artesanal.” (Veiga de Oliveira e Galhano, 1994: 364).

O ladrilho ou tijoleira tradicional é geralmente aplicado como pavimento do piso rés do chão, juntamente com pedras como o mármore, assente diretamente na terra batida com o apoio de argamassas de cal, quando empregue nos pisos superiores, por exemplo no norte alentejano, é assente em “*paus redondos*” (AA.VV. 1998: 40), ou por cima de abóbadas.

A pedra, desde que disponível, é empregue, como acontece na Casa do Mirante, dada a proximidade de pedreiras de granito. O granito, xisto, calcário e mármore são as pedras mais disponíveis na região do Alentejo. Na casa alentejana a pedra pode ser aplicada em alvenarias e pavimentos, sendo mais utilizada em guarnecimento de vãos, onde é valorizada.

Devido à sua escassez, a utilização de madeira reduz-se ao mínimo, sendo empregue no travejamento de telhados, caixilharias, estrutura de pisos superiores e raramente em soalho, sendo o pinho, importado, o tipo de madeira mais utilizado.

1.1.4. A Casa do Mirante

O objeto em estudo neste trabalho, fica localizado em Monforte, município do distrito de Portalegre, região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo (fig.3). Com área de 419.65 km² e 3329 habitantes (2011), Monforte é sede de conselho e subdividido em quatro freguesias (Assumar, Monforte (fig.4), Santo Aleixo e Vaiamonte). Confronta a norte com

⁷ A taipa, constituída por grãos de areia e brita ligados por argila (AA.VV. 1998: 34), é geralmente revestida com cal que a protege da água. Embora utilizada em paredes exteriores, tem fraca resistência necessitando de grandes massas de alvenaria.

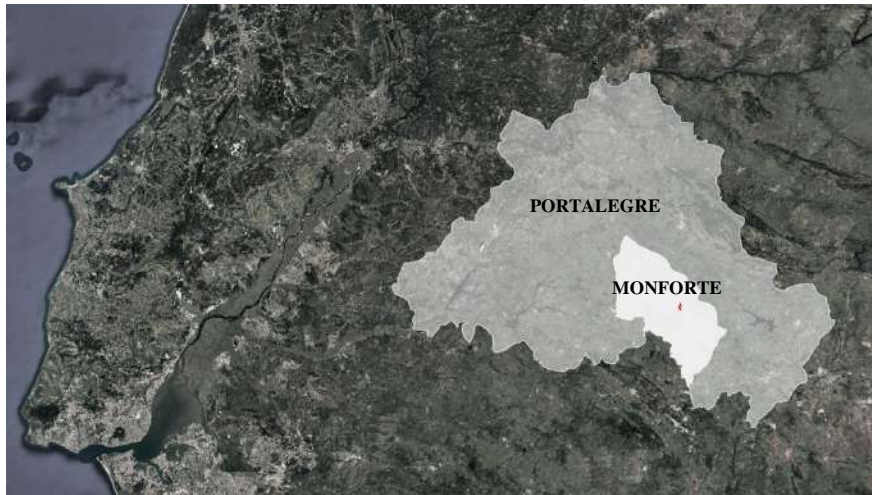


Fig.3: Localização de Monforte no Alto Alentejo



Fig.4: Monforte atualmente – Vista aérea



Fig.5: Relação da Casa do Mirante com a Praça da República de Monforte

os municípios de Crato e Portalegre, este com Arronches e Elvas, sudoeste com Borba e Estremoz, oeste com Fronteira e noroeste com Alter do Chão. (CIMAA)⁸.

Em linha com o Alto Alentejo, também aqui predomina o setor primário, destacando-se a agricultura com o cultivo de cereais e a pecuária com a criação de gados suíno, ovino e bovino. Do setor secundário realça-se a exploração de granito, sendo o terciário de muito pouca expressão no território. No artesanato destaca-se a cortiça, madeira, pedra e pele.

Acredita-se que Monforte tenha sido fundado ainda na época Romana, tendo sido construídos a cerca urbana e o castelo nos séculos XIII-XIV. O centro desta vila ganha notoriedade a partir da construção desta cerca em 1309. Com a Carta de Foral concedida a Monforte, após 1512 o edificado sofre modificações surgindo o Convento do Bom Jesus de Monforte durante o século XVI, no final deste século o castelo é destruído e a partir de 1801 a muralha perde a capacidade defensiva. Em 1889 dá-se a abertura da importante Praça de República e o convento é totalmente demolido em 1943. Mais recentemente, na década de 1980-90 dá-se a construção do IP2 tornando esta localidade provida de bons acessos, mas provocando um corte abrupto entre o Rossio e as margens da ribeira de Monforte (fig.6).

As informações disponíveis acerca desta casa são escassas sendo que, segundo dados fornecidos pela Câmara Municipal de Monforte, supõem-se que a Casa do Mirante, originada no século XIX, esteja alicerçada no Convento do Bom Jesus.

A Casa do Mirante localiza-se na Praça da República de Monforte (fig.5), ambas no centro urbano desta vila. A relação desta casa com a praça é de grande importância, uma vez que constitui um dos mais importantes e imponentes edifícios da sua composição (fig.7).

O convento do Bom Jesus de Monforte, era, à época, uma das maiores e mais importantes instituições da Vila de Monforte, tendo atingido o seu apogeu durante o século XVIII, após esta fase começou o seu declínio e segregação dos bens imobiliários através de doações e vendas e consequentes demolições, o que conduziu ao parcial desaparecimento deste importante edifício. Elementos como o imponente mirante, as abóbadas e os arcos estruturais, que se crê pertencerem a este convento, encontram-se conservados e integrados na Casa do Mirante, pelo que, esta casa carrega um pedaço de história desta vila.

⁸ Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Disponível em <https://www.cimaa.pt/municipio-de-monforte/>. Consultado a 04-11-2022.

SÉC. XIV - XV

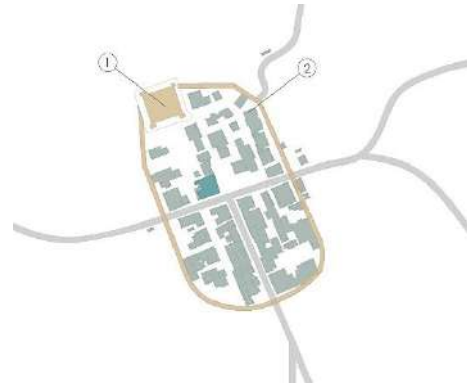
1139 A Vila de Monforte é conquistada aos Mouros.

1257 **Reedificação dos Castelo D. Afonso II (1)**

1309 O Castelo é ampliado por D. Dinis. (Constrói 3 torres e torre de menagem)

1209 **Construção de uma nova cerca com fosso (2)**

Localização da atual Casa do Mirante - Desde o início que esta se encontra virada para a pequena praça que mais tarde viria a dar lugar à atual Praça da República.



SÉC. XVI

1570 **Forma atual da Igreja Santa Madalena (3)**

Séc. XVI **Existência do primitivo edifício do Paços de Concelho (4)**

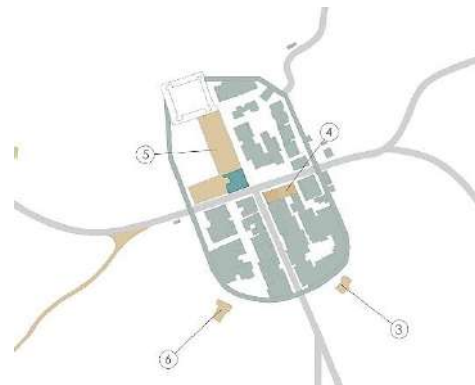
Séc. XVI **Existência do primitivo Convento do Bom Jesus (5)**

Séc. XVI Igreja de São Pedro (6)

Séc. XVI Existência de um Praça medieval

Finals do Séc. XVI **Destruição do Castelo**

Localização da atual Casa do Mirante



1900 - 1950

1801 A Muralha encontra-se em ruína, perdendo a capacidade defensiva.

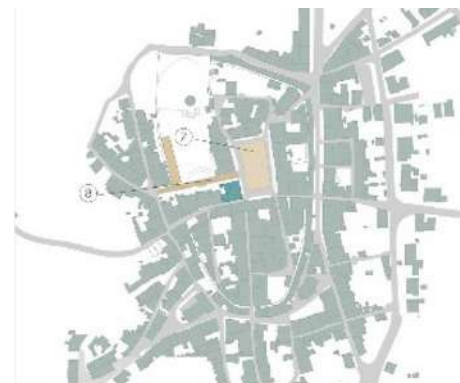
1862 Extinção do Convento

1889 **Abertura da Praça do Município - Atual Praça da República (7)**

1928 Construção da Praça de Touros

1943 **Demolição do Convento (8)**

Configuração atual da Casa do Mirante - Resultado da repartição e divisão do Convento do Bom Jesus.



SÉC. XXI

1980 - 1990 Construção da IP2

2003 **Requalificação paisagística e ambiental do Rossio.** Procurou-se reestabelecer na medida do possível a topografia original do local (9)

2004 **Construção do Jardim e Praça da Biblioteca de Monforte (10)**

Operação de realojamento e reinserção social de famílias em risco de exclusão social, nas freguesias de Monforte e Valamonte.

Atual Casa do Mirante - Virada para a Praça da República.

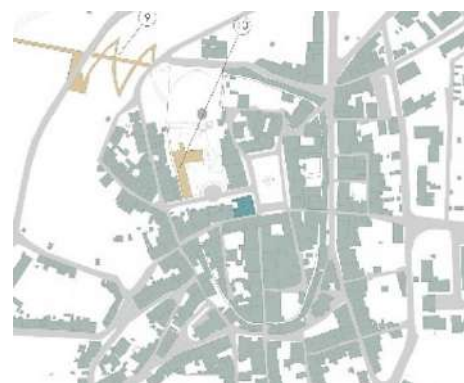


Fig.6: Evolução da Vila de Monforte ao longo do tempo

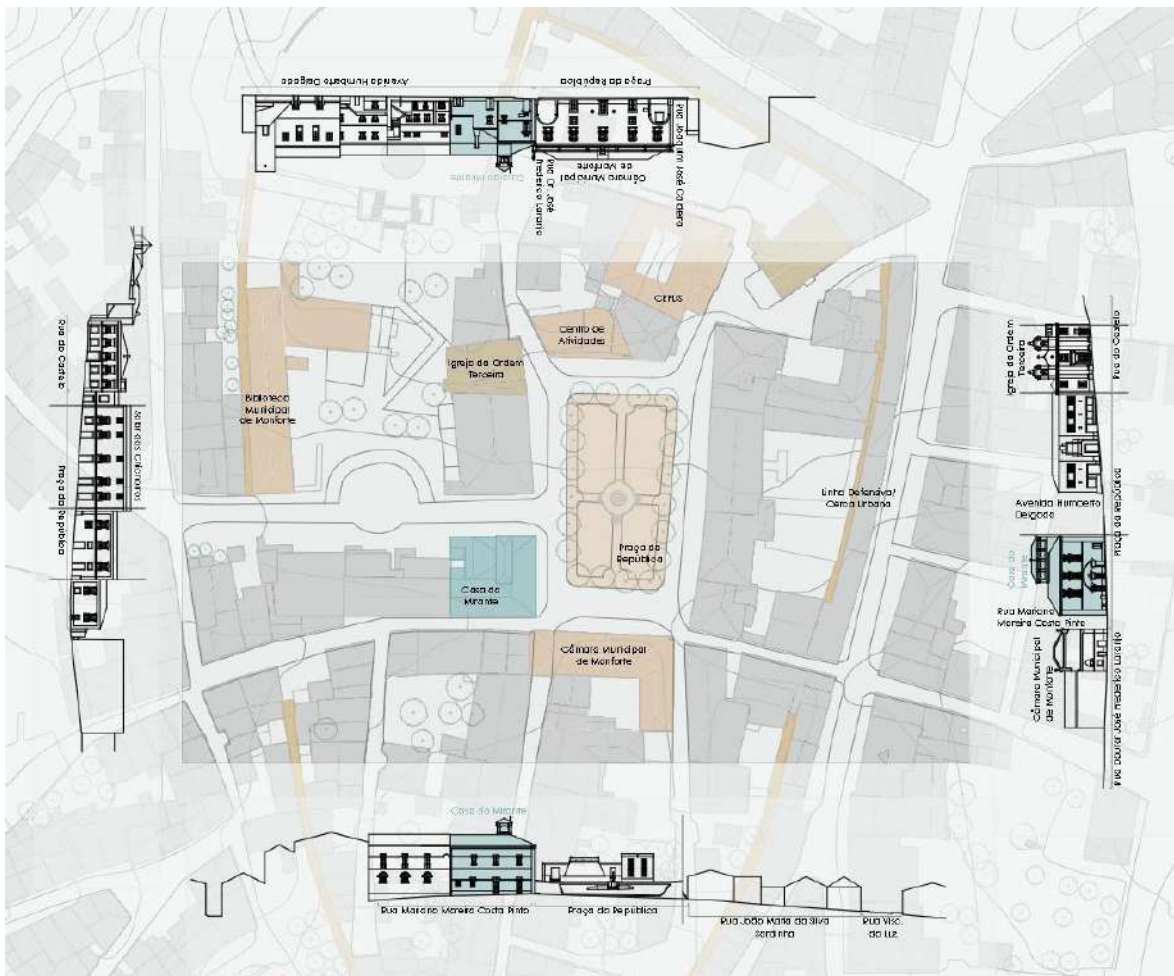


Fig.7: Planta de implantação e perfis – relação da Casa do Mirante com a Praça da República

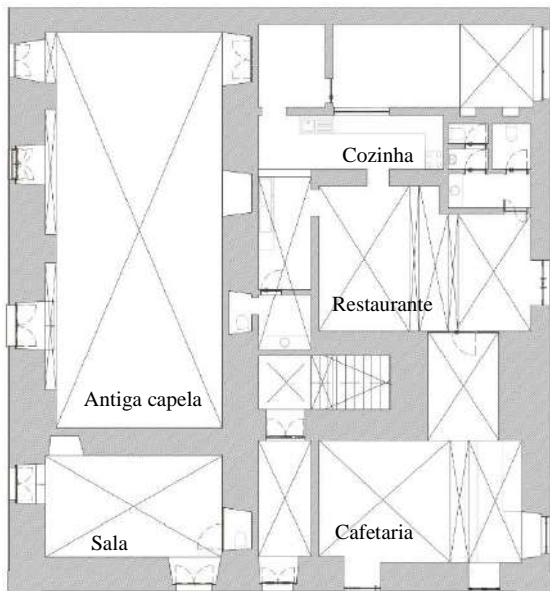


Fig.8: Planta rés do chão Casa do Mirante - Existente

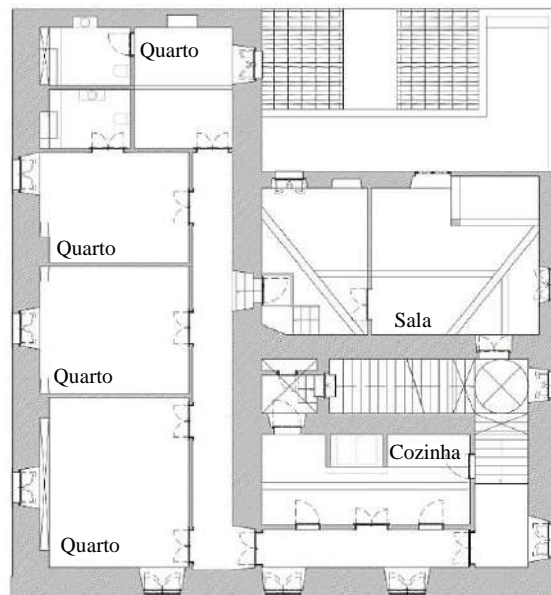


Fig.9: Planta primeiro piso Casa do Mirante - Existente

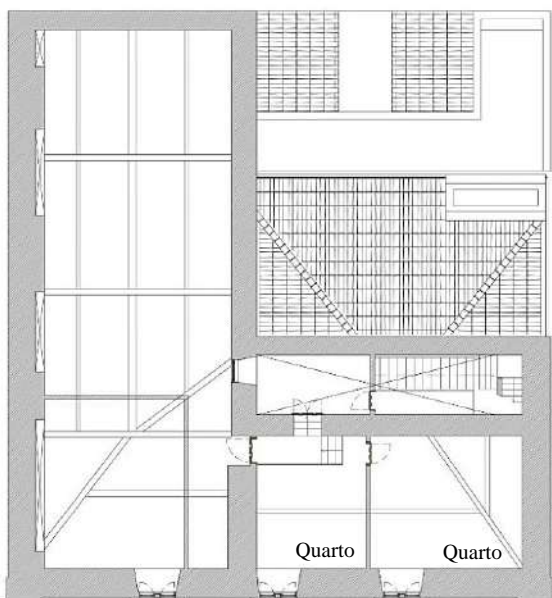


Fig.10: Planta segundo piso Casa do Mirante - Existente

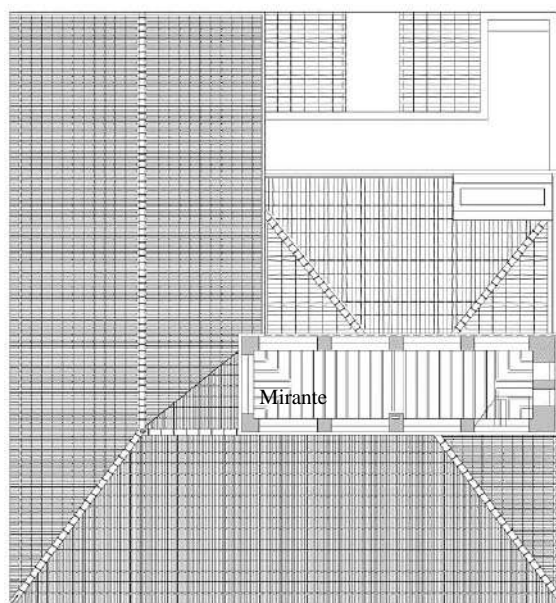


Fig.11: Planta terceiro piso Casa do Mirante - Existente

A Casa do Mirante (fig.12) tem quatro pisos e embora aparente ser um único volume compacto, na verdade percebe-se que sofreu adições ao volume original, sendo estas a sala do primeiro piso e parte da cozinha do rés do chão, visíveis no alçado norte (fig.13).

No rés do chão (fig.8) encontram-se as áreas da capela, atualmente desativada e sem utilização, café e as suas áreas dependentes, o primeiro piso (fig.9) engloba a sala de estar que tem acesso a cozinha, e quatro quartos sendo dois suites, o segundo piso (fig.10) é constituído por dois quartos e a área de estrutura do telhado, sem aproveitamento útil, este piso encontra-se sem uso e em estado de abandono o que contribui para a deterioração que está atualmente em curso, verificando-se um nível de sujidade elevado que entra pelo telhado e janelas e marcas de escorrimento de águas. O terceiro piso (fig.11) é reservado ao mirante que é coberto e os vãos são sem caixilharia, encontrando-se desgastado e com sinais de deficiente manutenção.

Ao nível da materialidade, o sistema construtivo, supõe-se, é herdado do antigo convento, sendo em alvenaria de pedra e terra, que constitui as paredes exteriores e estruturantes da casa. A estrutura é constituída pelas robustas paredes exteriores e estruturantes, em alvenaria de terra e pedra com espessura de cerca de um metro, pelas abóbadas e pelos arcos estruturais. A robustez das paredes vai diminuindo com a altura, tornando o edifício mais leve nos pisos superiores. Já o piso térreo é assente na terra, tal como é típico da casa tradicional alentejana, sendo o primeiro piso assente nas abóbadas e arcos estruturais, presentes ao longo de todo o rés-do-chão e nas caixas de escadas.

Não sendo possível afirmar, mas com evidências visíveis, por exemplo em arcos estruturais (fig.14), é provável que também as abóbadas sejam constituídas por tijolo maciço de barro, sendo que todas elas são rebocadas com cal. Onde não existem abóbadas, a estrutura dos pisos superiores é feita em madeira. A maior parte das abóbadas existentes apresentam patologias ao nível da caiação como humidades e empolamento na pintura.

A cobertura (fig.15) abriga toda a construção e começa pela linha que segura o pendural e o pau de fileira e onde vai apoiar a perna que sustenta as madres sobre as quais ficam as varas, o forro e por fim o ripado onde se apoia o telhado em telha marselha no volume original e telha canudo no volume menor, posteriormente construído. A generalidade da estrutura da cobertura apresenta-se desgastada, com algumas madeiras deterioradas, sendo que a nível do telhado também as telhas apresentam anomalias como presença orgânica no exterior e, possivelmente, telhas levantadas ou mal colocadas, uma vez que se constata a entrada de muita sujidade e marcas de água no interior.



Fig.12: Alçado principal da Casa do Mirante - Nascente



Fig.13: Alçado norte da Casa do Mirante



Fig.14: Arco estrutural em tijolo de maciço barro – Antiga capela, piso 0



Fig.15: Área da estrutura do telhado – piso 2



Fig.16: Pavimento em mármore – Antiga capela, piso 0



Fig.17: Piso em soalho de madeira, desprotegido, nos quartos – piso 1



Fig.18: Revestimentos em tijoleira tradicional e mármore – suíte piso 1

Nos pavimentos, ao nível do rés-do-chão, tal como é comum nas casas alentejanas, a casas do mirante não apresenta soalho de madeira neste piso, sendo revestido a mármore na antiga capela (fig.16) e tijoleira nas zonas comuns e café. Nos pisos seguintes, as zonas comuns apresentam tijoleira tradicional, os quartos têm o pavimento revestido a soalho de madeira (fig.17), com a exceção de um dos quartos que é revestido a tijoleira tradicional de barro (fig.18), as zonas húmidas apresentam mármore. O estado de conservação geral dos pavimentos desta casa é razoável sendo que algumas peças se encontram partidas, quebradiças ou desgastadas e o soalho de madeira encontra-se desprotegido e desgastado.

Sobre as paredes, como anteriormente referido, as exteriores e estruturantes são em alvenaria mista de pedra e terra, as paredes interiores são em tabique com cerca de 12 cm de espessura. Os revestimentos são maioritariamente em reboco e cal à exceção das instalações sanitárias e um dos corredores, que são revestidos a azulejo e mármore, respetivamente. Quanto ao estado de conservação das paredes, as exteriores apresentam-se em estado geral de conservação razoável para mau, sendo que é verificável a existência de humidade, marcas de escorrimento de águas, empolamento e desaparecimento do reboco, fissuração, presença orgânica e numa das fachadas houve derrocada de elementos, o que pode provocar desgaste rápido e comprometimento da estrutura uma vez que a alvenaria de pedra e terra é pouco resistente às condições climatéricas. As paredes interiores apresentam patologias como a presença de humidades, condensações e descasque do reboco.

Quanto aos vãos, todos apresentam cercaduras executadas, provavelmente, em argamassa posteriormente rebocada com cal, de cor diferente da parede. As caixilharias das janelas são em madeira pintada. Todas as janelas são em madeira e vidro simples, exceto três vãos, no café, sala e segundo piso, que apresentam caixilharia em alumínio pré-fabricada, colocadas posteriormente. Todas elas são de duas folhas e de batente à exceção de dois pequenos postigos localizados na sala e segundo piso que são de apenas uma folha. Todas as janelas de pé direito total estão protegidas com gradeamentos em ferro forjado, que é também utilizado na decoração das portas de acesso ao exterior no alçado principal. As portas são todas em madeira com exceção de duas portas de acesso ao café que são em vidro.

As janelas, tal como as portas, encontram-se com deformação de molduras, desgaste e fissuração, sendo que as janelas de forma geral se encontram em pior estado de conservação que as portas, apresentando fissuração da madeira e desgaste total em algumas partes. Praticamente todos os vidros se encontram intactos, sendo que apenas se verifica vidros partidos nas janelas dos quartos do segundo piso.

1.1.5. Valores

Como anteriormente referido, a identificação, conservação e preservação do património pressupõe uma importante seleção de valores. O *Documento de Nara sobre a Autenticidade* afirma que “*A conservação do património cultural (...) está enraizada nos valores atribuídos ao próprio património.*” Sendo que a compreensão destes valores depende do reconhecimento das fontes de informação sobre estes, que devem ter consciência das características originais e do significado do património cultural, sendo estes “*requisitos básicos para a avaliação de todos os aspetos da autenticidade.*” (UNESCO, ICCROM e ICOMOS (1994) *Documento de Nara sobre a Autenticidade*, Ponto 10).

Quando os edifícios patrimoniais requerem intervenção, estes devem ser analisados no que toca à autenticidade neles presentes, sobre esta, é verificado se o património consegue, através dos seus atributos, transmitir os valores culturais dentro do contexto onde estão inseridos. Tal como cita Helena Barranha, a autenticidade “*Significa o conjunto de características fundamentais, historicamente determinadas, do original ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram ao longo do tempo.*” (Barranha, 2016: 48), correspondendo a um valor qualitativo, imprescindível na credibilidade das fontes de informação, este conceito está estreitamente ligado ao que é verdadeiro, autêntico, que corresponde à verdade.

Um bem é património quando é aceite e compreendido pela comunidade como algo que lhe confere identidade, na medida em que um bem é autêntico quando há correspondência entre o bem e o significado a ele adjacente, assim a autenticidade depende do contexto social onde o património está inserido.

Para além de estar apoiado naquilo que já foi um convento, o edifício em estudo nesta pesquisa conta, atualmente, com as funções de habitação e restauração, sendo que existem registos fotográficos onde é anunciado neste edifício um centro comercial, deduzindo-se que essa função fez também parte dele. Estas transformações de função são importantes quer para o edifício quer para a vila de Monforte.

A autenticidade da Casa do Mirante está presente na sua história, no facto de se acreditar que está alicerçada no antigo e importante convento do Bom Jesus, na localização, a praça da República, e também nos materiais nela empregues, o tijolo de barro, a tijoleira tradicional empregue nos pavimentos, a estrutura em abóbadas no piso térreo e madeira nos superiores e os revestimentos já anteriormente referidos, que se demonstram típicos do

Alentejo, para além da capacidade deste edifício de acolher vários usos, contribuindo e fazendo parte da história e evolução de Monforte.

Um importante autor contemporâneo sobre a classificação dos valores do património construído é Antoni González Moreno-Navarro. *La Restauracion Objectiva* é um livro da sua autoria, onde o autor defende que todos os elementos pertencentes ao património arquitetónico possuem uma essência diferenciadora e onde trata do assunto da conservação do objeto arquitetónico propondo um método de intervenção de forma que a autenticidade do monumento não seja perdida. Foi com base nesta obra que foram encontrados os valores atribuídos à Casa do Mirante de Monforte aquando da sua análise.

Nesta obra, Navarro começa por definir o monumento como “(...) *algo mais que que um objeto com dois tipos de valores possíveis, o histórico e o artístico*” (Navarro, 1999: 17)⁹ e defende que a intervenção no monumento deve sempre priorizar os aspetos do objeto, os seus valores e necessidades e nunca ser baseada na ideia de quem nele intervenciona. Assim, o monumento pode ser dividido em três aspetos essenciais para que, uma vez presentes no monumento, este seja classificado como tal e para que, na intervenção sobre este, se contemplem, assumam e respeitem estes aspetos de forma a não violentar o monumento. Com base nesta metodologia, o monumento deve ser analisado como documento, como arquitetura e como significado, ou seja, tendo em conta o seu valor documental, o valor arquitetónico e o valor significativo.

O primeiro a ser considerado é o **valor documental**, este demonstra-se o mais evidente do objeto pois um monumento transmite a história de um lugar. “*O monumento é, acima de tudo, memória da história e da cultura do passado, seja ele distante ou recente*” (Navarro, 1999: 17)¹⁰. A Casa do Mirante goza do valor documental ao estar implantada num dos limites do antigo Convento do Bom Jesus (fig.19), marco importante, desde a sua construção, para a organização espacial da hoje Praça da República. Como já citado anteriormente, esta casa conserva, até hoje, elementos como as abóbadas, arcos e mirante, deste antigo convento, guardando em si um pedaço da história da Vila de Monforte.

Segundo Navarro, para além de ser transmissor de informação histórica e cultural, o monumento, após a análise da materialidade, é também capaz de proporcionar informações

⁹ *El monumento es algo más que un objeto con dos tipos de valores posibles, el histórico (en el que cabe incluir el arqueológico) y el artístico.* (Tradução livre)

¹⁰ *El monumento es ante todo memoria de la historia y de la cultura del pasado, ya sea éste lejano o reciente.* (Tradução livre)



Fig.19: Ruína do Convento do Bom Jesus onde é visível o mirante – data desconhecida



Fig.20: O Mirante e o seu impacto visual

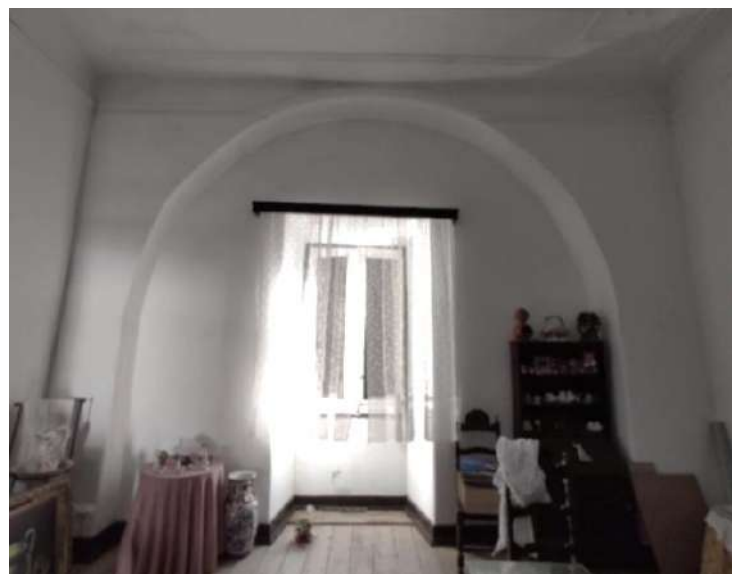


Fig.21: Arco estruturante – 1º piso



Fig.22: Abóbada de cúpula – 1º piso



Fig.23: Abóbada de berço – circulação vertical - acesso ao 1º piso

sobre o sistema construtivo, hábitos e mentalidades e também sobre a história do país onde está inserido.

O objeto em estudo é, de novo, exemplo prático desta ideia pois apresenta o sistema construtivo original do convento e que, inclusive, é típico da região do Alentejo, como a alvenaria de pedra e terra (fig.26), o revestimento exterior em cal, os revestimentos interiores como a tijoleira tradicional e mármore, o mirante, abóbadas e arcos, de novo, por serem elementos do antigo convento, servindo assim de documento sobre o sistema construtivo tradicional e particular desta região.

Desta forma, Navarro defende que o monumento por si só pode ser um elemento muito importante quando não existe documentação sobre este, afirmando que “*o monumento é, sem dúvida, o melhor documento de si próprio.*” (Navarro, 1999: 17)¹¹, o autor termina afirmando que a condição documental é a que mais vincula o património arquitetónico ao património histórico, mas adverte que esta “*não pode ser contemplada isolada das demais que definem a essência do monumento*” (Navarro, 1999: 17)¹².

Segue-se o **objeto arquitetónico**, aqui é defendido que o objeto, transmissor de memórias, sentimentos e emoções que lhe são essenciais e insubstituíveis, poderá vir a ser considerado património cultural pelo simples facto de ser antigo.

Neste ponto, é dada ênfase à forma como o objeto responde à função, seja utilitária ou simbólica, e à sua beleza formal ou espacial. Este valor reside na capacidade de o edifício suportar novos usos quando perde o original, onde “*a capacidade de um edifício para sobreviver a essas mudanças [de uso] é uma prova do seu valor*” (Navarro, 1999: 18)¹³.

O objeto em estudo apresenta a resistência a vários usos contendo diferentes funções como habitação e restauração. Os valores arquitetónicos são os que se encontram na casa em maior abundância, nomeando-os: o mirante (fig.20), pela sua imponência e unicidade que tem impacto visual na envolvente e na praça, este elemento ao proporcionar vistas sobre a vila, permite a compreensão da sua organização (fig.27); as abóbadas (fig.23), cúpulas (fig.22), e arcos (fig.21), pois estruturam este edifício e fazem parte da estrutura original do convento; os vãos e o ferro forjado (fig.25), e os azulejos presentes na cozinha (fig.24), por, segundo o que se acredita, serem originais da época em que a casa foi construída.

¹¹ (...) *el monumento es, sin duda, el mejor documento de sí mismo.* (Tradução livre)

¹² *Pero esa condición documental no debe contemplarse aislada de las demás que configuran la esencia del monumento.* (Tradução livre)

¹³ *la capacidad de un edificio para sobrevivir a estos cambios [de uso] es una prueba de su valía: una prueba de que el edificio responde a algo más profundo en nosotros que la efímera función que lo requería.* (Tradução livre)



Fig.24: Azulejos que se acredita serem originais da casa, século XIX – cozinha 1º piso



Fig.25: Vãos decorados com ferro forjado – Alçado Nascente



Fig.26: Abóbada de berço e paredes estruturais em alvenaria de pedra e terra visíveis na ruína do convento do Bom Jesus – data desconhecida



Fig.27: Vista sobre Monforte a partir do Mirante

Navarro defende que o objeto tem a capacidade de enriquecer, ordenar e hierarquizar o território, assim os critérios que valorizam uma obra arquitetónica são os mesmos que valorizam um monumento e que devem ser seguidos aquando do seu restauro. O monumento não pode ser considerado uma obra acabada e imutável, mas a intervenção deve ter em maior consideração possível a passada função.

Por fim, é enunciado o monumento como **elemento significativo**, onde Navarro afirma que os valores associados ao património estão intrínsecos em todas as pessoas que com ele convivem, desde o habitante local até ao turista. Sendo assim, o significado de um edifício pode ser definido por vivências ou memórias, concedendo-lhe uma relevância sentimental.

A Casa do Mirante apresenta como valores significativos, mais uma vez, a implantação sobre o antigo convento; as funções que este edifício ao longo do tempo foi tendo, já foi centro comercial e agora utilizado como habitação e restauração; a utilização de técnicas construtivas tradicionais da região e conseqüente proveito dos recursos locais; a localização no centro de Monforte, entre muralhas e na praça principal da Vila; e até a curiosidade, dada a conhecer por elementos da Câmara Municipal de Monforte, de que estarão sepultadas mais de cem freiras, que faziam parte do convento, na área da antiga capela no rés do chão da casa.

“(...) os significados de algumas construções pertencem ao âmbito estritamente individual (...) lugares onde tanto nos amamos (...) imagens e arquiteturas que formam parte da memória individual, cujo desaparecimento ou transformação pode ferir a sensibilidade de alguma pessoa ou grupo, mas que muitas vezes deixam a maioria indiferente.” (Navarro, 1999: 19)¹⁴.

Desta forma Navarro conclui que o significado do monumento é sempre essencial e definidor do restauro objetivo e que, por mais desinteressante nos pareça aquele património no qual uma comunidade deposita sentimentos, deve sempre ser alvo da nossa atenção e respeito. A grande base de Navarro, assenta na memória, seja ela coletiva ou individual sendo que quanto maior a quantidade de valores que for atribuída, tanto maior terá de ser a atenção na intervenção de forma a preservar aqueles que estão ainda presentes no edifício.

¹⁴ (...) los significados de algunas construcciones pertenecen al ámbito estrictamente individual (...) lugares donde tanto nos amamos (...) Imágenes y arquitecturas que forman parte de la memoria individual, de la biografía individual, cuya desaparición o transformación (sobre todo si su justificación no se acaba de comprender) puede herir la sensibilidad de alguna persona o de un grupo, pero que a menudo deja indiferente a la mayoría. (Tradução livre)

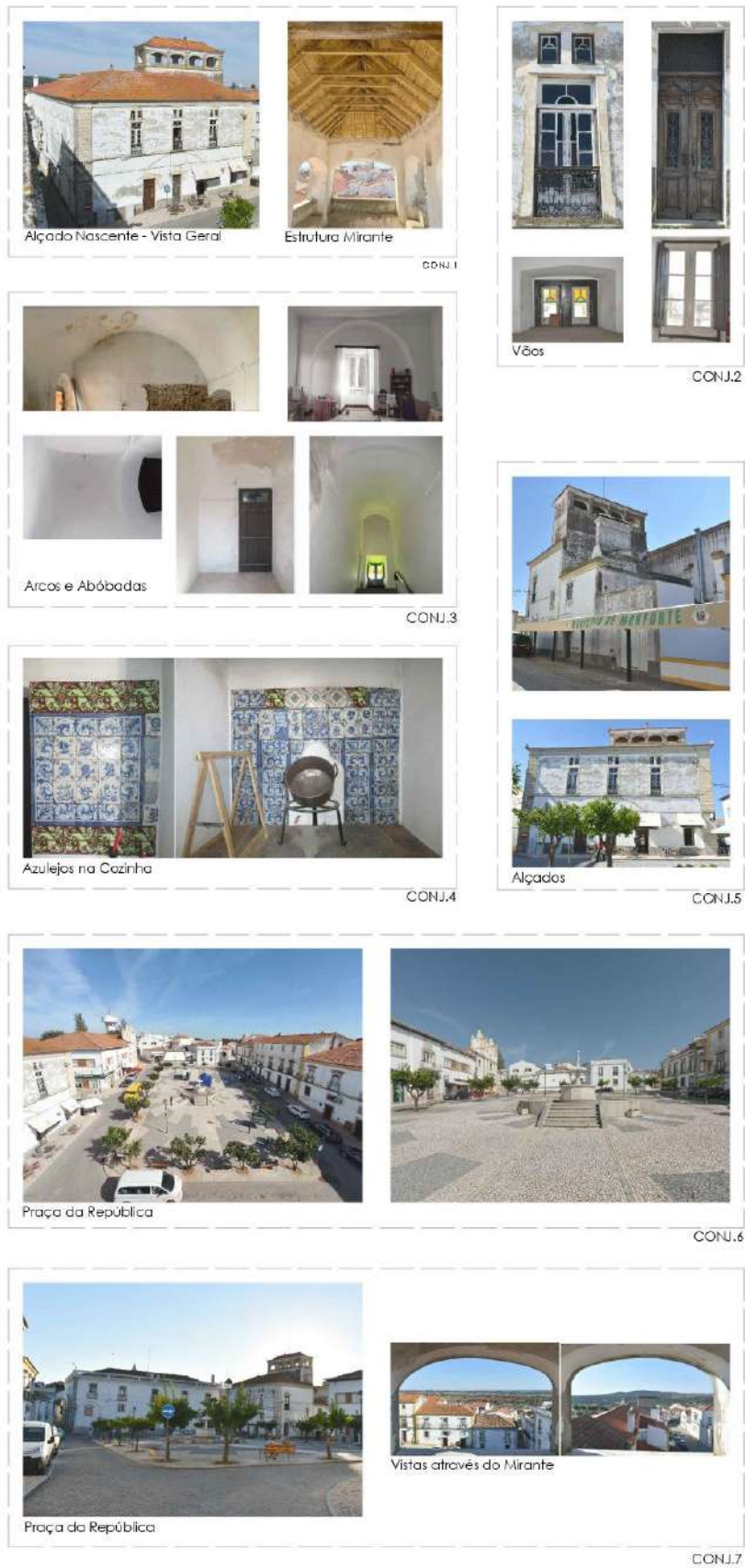


Fig.28: Conjunto de imagens dos Valores da Casa do Mirante

1.1.6. A Reabilitação

Atualmente mostra-se cada vez mais importante e urgente compreender de que modo se deve intervencionar em situações previamente existentes. Fala-se de intervenções em monumentos e na conservação dos valores a eles associados, no entanto, hoje, o conceito de património estende-se muito para lá do monumento, abrangendo também edifícios comuns antigos, como os edifícios de habitação ou edifícios e património de acompanhamento.

Foi a partir dos anos sessenta que a proteção de conjuntos antigos e a reabilitação ganham força na Europa. É na *Carta de Veneza*, de 1964, que a definição de monumento se estende a obras mais simples e modestas, mas com valores históricos e arquitetónicos. A partir do lançamento da *Carta Europeia do Património Arquitetónico*, através da Declaração de Amsterdão, em 1975, a noção de património deixa de ser aplicável apenas aos monumentos e edifícios é estendida aos conjuntos constituintes de cidades e aldeias com interesse histórico e cultural.

A Casa do Mirante, não estando inserida na categoria de monumento, é um edifício onde se reconhecem valores, tal como referido atrás, inserindo-se na categoria de património arquitetónico, passando a carecer dos cuidados e salvaguardas a que este está sujeito. Neste património a ação mais pertinente é a reabilitação uma vez que nestes edifícios, muitas vezes de habitação, se pretende a sua conservação, mas dotando-os de características compatíveis com os níveis e exigências de conforto contemporâneos.

A reabilitação é definida pela Ordem dos Arquitetos como a “*intervenção de adaptação de uma construção ou sítio com o objetivo de permitir a sua utilização, que procura melhorar os seus níveis de desempenho e implica a preservação dos valores com significado cultural nele existentes.*” (Ordem dos Arquitetos, 2018)¹⁵

Foi através da discussão sobre a “*conservação integrada*” que emergiu o conceito da reabilitação, a fim de encontrar métodos de intervenção e conservação em edifícios, que acarretava “*reabilitar edifícios, particularmente os destinados a habitação, renovando as suas estruturas internas, adaptando-a às necessidades da vida moderna, mas, preservando cuidadosamente os seus valores com significado cultural.*” (Ordem dos Arquitetos, 2018)¹⁶

Este método de intervenção no património e no edificado corrente, para além de permitir o aproveitamento económico do edifício, apresenta reduzido impacto ambiental e

¹⁵ Disponível em <https://arquitectos.pt/documentos/1527004481H9jWX4in5Sd23ZB3.pdf>. Consultado a 06-01-2023.

¹⁶ Idem.

tem como objetivo fundamental “(...) *regenerar e conservar o património construído ou o espaço urbano, incluindo os respectivos ecossistemas*” incluindo “(...) *a modernização e a actualização de infraestruturas técnicas de modo a corresponder às normas ambientais e de segurança em vigor.*” (Barranha, 2016: 86)

A reabilitação pretende conceber funcionalidade e resolver patologias a partir de soluções que aumentem a qualidade e a funcionalidade do edifício tendo como objetivo dissolver possíveis danos a nível físico, construtivo ou ambiental, sendo que as intervenções devem satisfazer as exigências funcionais, o nível de desempenho e o conforto contemporâneos sem alterar as características particulares, históricas ou culturais do edifício mantendo intactos os seus valores, e deste modo, contribuir para a longevidade do património arquitetónico e do edificado antigo, conservando-o e transmitindo-o de geração em geração.

O processo de reabilitação está associado a uma metodologia envolvendo um conjunto de fases que devem ser seguidas e realizadas.

Antoni González Moreno-Navarro, já anteriormente referido neste texto, não só se dedicou à teorização sobre os valores dos monumentos, mas também ao desenvolvimento de uma metodologia de intervenção na sua obra *Método SCCM de restauración monumental*. Nesta obra, Navarro divide a metodologia em quatro etapas essenciais que são repartidas em várias fases.

A primeira etapa, intitulada de **Conhecimento** por Navarro, menciona o conhecimento do objeto, que deve existir a nível material, histórico, arquitetónico, cultural e social bem como a condição atual, de forma a compreender a complexidade do edifício e da sua envolvente antes da intervenção.

Esta etapa divide-se em duas fases, a primeira é o pré-diagnóstico que corresponde a um “*parecer inicial sobre a natureza e problemática do monumento, baseado no reconhecimento direto, no estudo e na análise de documentação disponível*” (Navarro, 1999: 19)¹⁷, que é fundamentado em três aspetos: o primeiro aborda o conhecimento histórico, arquitetónico, artístico, sociológico e natureza material do monumento; o segundo trata da avaliação do interesse do edifício e do meio ambiente; o último aporta à proposta inicial de atuação, onde ocorre uma estratégia de utilização e gestão, e ao projeto de investigação.

¹⁷ “*dictamen inicial*» sobre la naturaleza y problemática del monumento, basado en el reconocimiento directo y el estudio y análisis de la documentación ya disponible” (Tradução livre)

A segunda fase, o diagnóstico, comporta, já com conhecimento das problemáticas existentes, o desenvolvimento dos estudos planeados anteriormente. O diagnóstico é constituído por três análises, a análise histórica, a material e a sociológica do monumento.

A segunda etapa, é denominada de **Reflexão** que se entende como o resultado do produto do que foi analisado na etapa anterior, nesta fase todas as informações conseguidas são consideradas antes de seguir para a intervenção.

A reflexão divide-se em duas fases: primeiro, a avaliação do objeto, que comporta os aspetos fundamentais e as facetas documentais, arquitetónicas e significativas do objeto arquitetónico que devem ser primordiais ao intervir; depois, a programação da atuação que se serve de instrumentos como o estudo prévio e define os métodos de intervenção a concretizar sobre o objeto sendo aqui possível responder às questões colocadas por Antoni Navarro na fase anterior: Como foi? Como é? O que se espera? Como vai ser?

Desta forma é possível que a etapa seguinte seja elaborada com critério já que é a partir da reflexão que se define os métodos de intervenção a realizar no edifício.

A terceira etapa da metodologia de Navarro é a **Intervenção**, é nesta que se tornam definitivas as propostas e objetivos para a executar na obra com base nas informações obtidas nas etapas anteriores. A execução terá sempre em consideração a compatibilidade e adequação de técnicas de construção, materiais, reforço estrutural ou alterações em elementos da preexistência de forma a proteger e melhorar os valores a esta inerentes. Durante a obra são revelados aspetos que, por vezes, levam a pequenas alterações no projeto de intervenção, sendo assim necessário que tudo seja devidamente registado e documentado.

Para encerrar, a última etapa da metodologia de Navarro é a **Conservação preventiva** que assenta numa ação pós-intervenção que tem como objetivo a manutenção das ações que foram executadas e afastar ou até evitar a necessidade de futuras intervenções.

Já para Vasco Peixoto de Freitas, que se pode considerar que vai ao encontro à metodologia previamente enunciada, o processo de reabilitação deve obedecer a uma série de fases, iniciando com a viabilidade da intervenção. *“Para se decidir promover uma operação de reabilitação é necessário avaliar a sua viabilidade sendo ponderados os aspectos de exequibilidade: no tempo, no espaço, financeira e técnica.”* (Freitas, 2012: 25), defendendo que deve haver um conhecimento aprofundado do edifício a intervir, sendo que se este for antigo é necessário ter em conta que existe *“uma valorização intangível por preservação de valores de ordem artística, cultural ou histórica”* (Freitas, 2012: 25).

A segunda fase a ter em conta é o diagnóstico. Nesta fase importa analisar o estado de conservação e a estratégia que deve ser adotada para responder ao programa pretendido.

Para esta fase existe uma metodologia a ser utilizada que é dividida em seis passos: o primeiro é a pesquisa histórica de modo a apurar as presentes e passadas funcionalidades, a data de origem da construção, as intervenções já executadas e a materialidade do edifício.

O segundo passo passa pela apuração de dados desenhados onde pode existir a necessidade de um levantamento arquitetónico do edifício e da sua envolvente.

O terceiro e quarto passos incluem a visita ao imóvel executando um levantamento fotográfico e do estado de conservação quer no interior, quer no exterior, respetivamente.

Por fim, os quinto e sexto passos servem para possível necessidade de verificação da estrutura e os seus comportamentos através de ensaios, sondagens ou medidas a realizar.

Depois de elaborado o diagnóstico passamos a conhecer as *“necessidades de intervenção global no edifício, as possíveis soluções de reparação e a estimativa do custo unitário dos trabalhos de reabilitação”* (Freitas, 2012: 27), sendo este capaz de sustentar as ações de intervenção levadas a cabo.

A terceira fase passa pela definição da estratégia, nesta fase Freitas recomenda que seja feita uma *“avaliação técnico-económica”* (Freitas, 2012: 27) e que a qualidade exigida é importante em especial quando o edifício se considera de elevado valor patrimonial e por isso essa qualidade deve garantir a autenticidade, a durabilidade, a compatibilidade de materiais e a reversibilidade e a garantia económica onde se deve ter em conta o *“valor intangível do imóvel”* (Freitas, 2012: 27), onde se inclui aquilo que o edifício representa para *“um povo ou para uma cultura, e não só pelo somatório de parcelas atribuídas ao terreno, ao imóvel, ao tipo de ocupação, etc.”* (Freitas, 2012: 27).

A quarta fase corresponde ao projeto de execução, esta fase aparece depois da estratégia de intervenção estar definida. O projeto de execução deve englobar peças detalhadamente desenhadas e escritas das quais o sucesso da reabilitação dependerá.

A quinta fase é descrita como a *“análise técnico-económica de propostas”* (Freitas, 2012: 27), nesta etapa, que já corresponde ao pré-obra, importa analisar as propostas de várias empresas. São muitas vezes verificadas diferenças consideráveis de orçamento que podem ser justificadas pela falta de técnica e conhecimentos no âmbito da reabilitação por isso, esta análise deve focar-se em encontrar possíveis preços anómalos, conferir que todos os pontos do caderno de encargos são respondidos, estudar todas as propostas de igual forma tendo em conta a capacidade técnica e os produtos propostos por cada empresa e *“elaborar uma análise multicritério (...) que permita ordenar as propostas”* (Freitas, 2012: 27).

Na sexta e última fase surge o culminar de todo o processo da reabilitação, a execução da obra, que merece um audacioso seguimento por parte de quem projeta, uma vez que apenas esta orientação será capaz de afastar erros de execução. Após a conclusão da obra será “*efectuada uma vistoria completa aos trabalhos realizados (...) e elaborado o auto de receção*” (Freitas, 2012: 28), iniciando-se o período de garantia.

Respeitando a metodologia apropriada, a reabilitação torna possível alcançar um novo uso para o edifício ou resgatar o original, permitindo que o objeto arquitetónico permaneça no tempo sem descaracterizar a sua história ou integridade, tornando-o capaz de obedecer aos padrões de segurança, funcionalidade e conforto contemporâneos.



Fig.29: Turismo em Odemira, Alentejo Litoral, início do século XX - época em que esta atividade era essencialmente balnear.

1.2. Turismo

1.2.1. Caracterização

O final do século XVI é apontado como o período em que surgem, na Europa, os primeiros viajantes motivados por lazer, conhecimento ou curiosidade. A primeira definição de Turismo surge em 1910 pelo austríaco Hermann von Schullern zu Schrattenhoffen, este defendia que turismo engloba todos os processos, principalmente os económicos que ocorrem na chegada, permanência e partida do turista.

Já para a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo “*compreende as atividades das pessoas que viajam e ficam em lugares fora do seu ambiente usual por não mais que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios e outros propósitos.*” (UN; WTO, 1994, p.5).¹⁸

Os autores de *Tourism, Policy and Planning*, concordam com a OMT e definem Turismo como “*a prática de viagens e também o negócio de fornecimento de produtos e serviços associados. (...) uma mistura de setores da indústria – uma experiência pessoal e um complicado fenómeno internacional.*” (Edgell, David, et al., 2008: 2)¹⁹.

Em Portugal, foi no século XX “*que o turismo conheceu a sua expansão e se transformou numa atividade com um significativo peso económico e capaz de proporcionar uma dinâmica regional (...) atrativa para regiões carenciadas de outros serviços e indústrias.*” (Milheiro e Santos, 2005: 119).

De 1974 até hoje o setor turístico tem-se mostrado cada vez mais importante na economia e desenvolvimento de Portugal, sendo uma atividade económica em constante crescimento e fundamental na geração de riqueza e emprego no nosso país.

Em 2019 foram registadas setenta milhões de dormidas e hoje, apesar da pandemia de Covid-19, em que o turismo foi um dos setores mais afetados devido às restrições impostas durante os anos de 2020 e 2021, antecipa-se que esta atividade tenha uma grande recuperação e continue a contribuir de forma positiva ao desenvolvimento do país, estando também em vigor a *Estratégia Turismo 2027 (ET27)*²⁰ em que um dos cinco eixos

¹⁸ “*Tourism comprises the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes.*” (Tradução livre)

¹⁹ “*Tourism is the practice of travelling and also the business of providing associated products, services and facilities. It is not a single industry but instead an amalgam of industry sectors – a demand force and supply market, a personal experience and a complicated international phenomenon.*” (Tradução livre)

²⁰ A ET27 é o referencial estratégico para o turismo em Portugal nos próximos dez anos e tem como objetivos a retoma do setor turístico nacional e pretende tornar Portugal um dos destinos líderes e referência na produção de bens e serviços para a atividade turística e um destino para visitar, viver, investir, estudar e criar empresas.

estratégicos em que este programa assenta, foca-se em valorizar o território, onde se pretende desenvolver a utilização do património cultural, “*preservando a sua autenticidade, fomentar a reabilitação urbana, potenciar economicamente o património natural e rural (...) são disso exemplos programas específicos de apoio à valorização e qualificação do destino como os Programas Valorizar e Revive.*”²¹

Com isto, o turismo corresponde a um fenómeno social, económico e cultural que acarreta a movimentação de pessoas para locais, cidades ou países fora da sua área de residência por motivos de lazer, férias, religião, desporto, família, negócios, entre outros, existindo diversos tipos como o Turismo Cultural, Rural, de Natureza, entre outros.

As pessoas que praticam o turismo denominam-se visitantes e são divididos em duas classes: o turista, que fica no local pelo menos durante vinte e quatro horas e o excursionista, por menos de vinte e quatro horas.

Um género de turista que demonstra estar em ascensão é aquele que procura visitar urbes ou localidades de destaque com expressão histórica ou artística. O interesse pela história e culturas ao redor do mundo, ou o Turismo Cultural, mostra-se cada vez maior entre os turistas e representa já uma das maiores fatias do turismo mundial.

O Turismo Cultural está obrigatoriamente ligado ao património e é baseado no “*conhecimento dos sítios e dos monumentos. Exerce sobre estes sítios e monumentos um efeito positivo considerável, na medida em que, pelos fins que pretende atingir, contribui para a sua manutenção e proteção.*” (ICOMOS, 1976).

Segundo a OMT, este tipo de turismo corresponde a uma “*atividade turística em que a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experimentar e consumir as atrações culturais tangíveis e intangíveis produzidas em um destino turístico*” (OMT, 2019: 30). Monumentos e património construído são grandes atrativos já que se demonstram dos melhores elementos na transmissão de conhecimentos acerca das comunidades, sendo já 1121 os objetos considerados património da humanidade no mundo, a maioria destes no continente Europeu e hoje o turismo cultural representa já 37% do setor do turismo.

1.2.2. Turismo no Espaço Rural

Um espaço ou área rural corresponde, segundo a Direção-Geral do Território²², a uma área com “*densidade demográfica relativamente baixa e sem cidades de dimensão*

²¹ Disponível em http://www.turismodeportugal.pt/pt/Media/Kit_Informativo/Paginas/Uma-Estrat%a9gia-para-o-Melhor-Destino-do-Mundo.aspx. Consultado em 08-08-2022.

²² <https://www.forumdasidades.pt/content/area-ruralcampo>. Consultado em 02-02-2023.

significativa” caracterizada pela paisagem natural e “*usos do solo em que a agricultura e áreas naturais desempenham um papel importante*”, em conjunto com a indústria e turismo.

Segundo o RJET²³ são empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) aqueles que prestam, “*em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico (...) através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes*” (DL n° 80/2017 - secção VIII - Artigo 18°).

É dentro das modalidades de TER que se encontra o Turismo de Habitação (TH), que segundo o *Turismo de Portugal*²⁴ e pelo RJET, são estabelecimentos “*de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época (...) podendo localizar -se em espaços rurais ou urbanos.*” (DL n° 80/2017 - secção VII - Artigo 17°).

É em 1980, que se cria o TH, com o objetivo de “*recuperar o património arquitetónico e criar um alojamento de qualidade no meio rural*” (Pérez, 2008: 274).

Permitindo aos seus hóspedes contacto direto com o Portugal mais autêntico, o TH “*veio ajudar a reconstruir, sobretudo a desenvolver o calor e a vida em muitas destas casas, despertando o respeito e admiração das populações*” (Lima, 2003: 2).

Esta modalidade, contrária ao turismo comum ou de massas, é baseada nas tradições mais genuínas e na hospitalidade e estimula o turismo sustentável pois “*(...) tende a ser um turismo localmente controlado, de carácter familiar, de pequena escala e em harmonia com o ambiente físico, social e cultural das comunidades de acolhimento, no qual o cliente é acomodado na casa do anfitrião.*” (Silva, 2007: 35).

1.2.3. Turismo no Alentejo

Fundamentalmente rural e escassamente povoada, a região do Alentejo preenche cerca de um terço do território nacional e proporciona experiências que unem o natural ao cultural ao apresentar belas paisagens e um amplo património arqueológico, arquitetónico, monumental ou etnográfico a par da gastronomia e vinhos típicos deste local (ERTAR, 2023)²⁵.

²³ RJET - Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos

²⁴ Turismo de Portugal é a Autoridade Turística Nacional - integrado no Ministério da Economia - é responsável pela valorização, promoção e sustentabilidade da atividade turística. Tem como objetivo tornar o turismo um dos principais motores de crescimento da economia do país.

²⁵ ERTAR - Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo, disponível em <https://www.visitalentejo.pt/pt/como-chegar/>. Consultado em 03-02-2023.

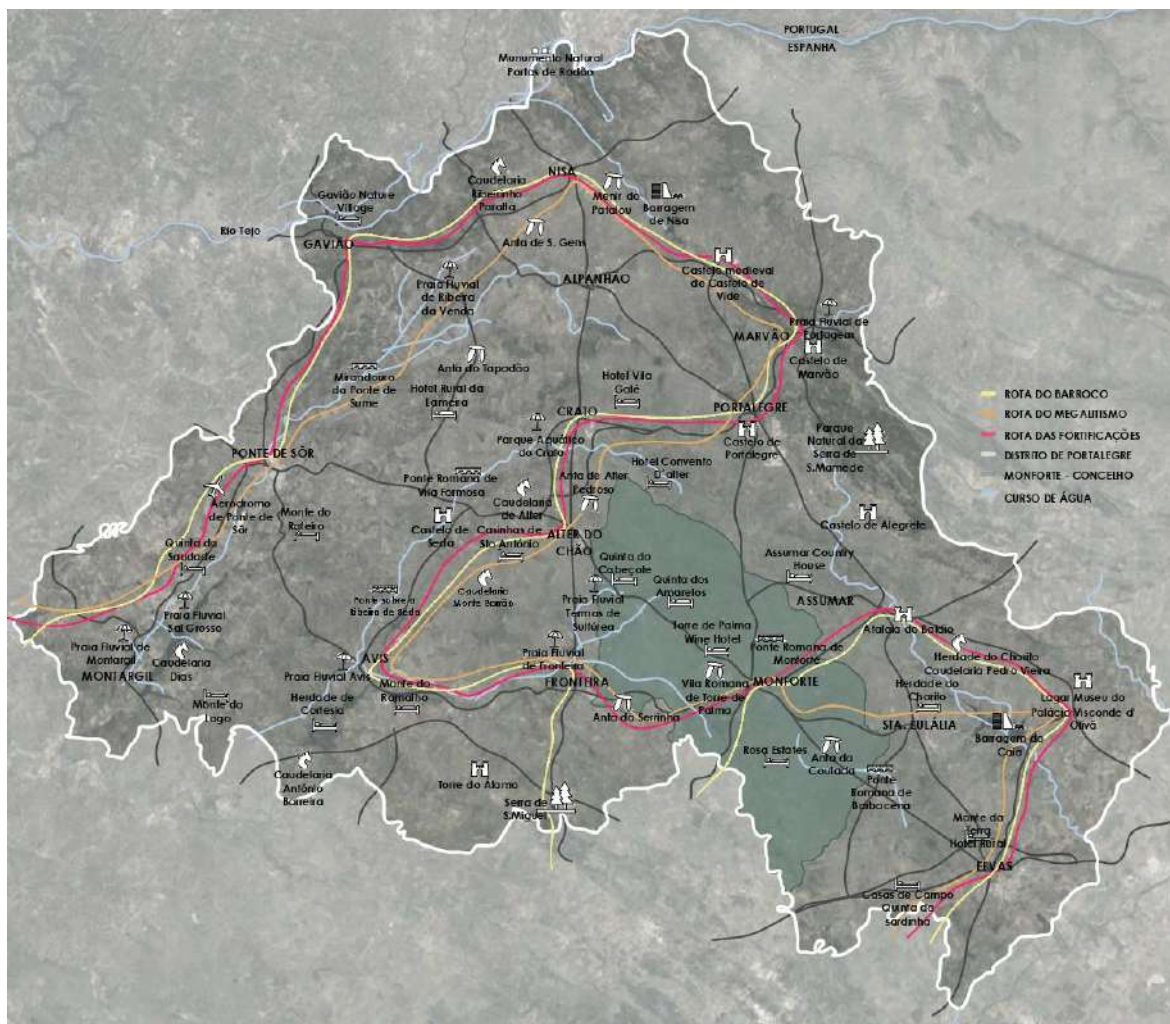


Fig.30. Distrito de Portalegre – Rotas culturais e pontos turísticos

O turismo no Alentejo, tal como acontece a nível nacional, tem vindo a crescer, contribuindo para este crescimento as vastas características únicas deste local, como o património da humanidade, como o centro histórico de Évora e a “*cidade-quartel fronteiriça*”²⁶ de Elvas, o património arquitetónico e fortificado como castelos e fortalezas que são abundantes em todo o território, o artesanato, a gastronomia e a produção de vinhos.

Para evidenciar as atrações turísticas e culturais no Alentejo foram criadas Rotas culturais²⁷ que dão a conhecer não só a história, como revelam o mais importante e característico património de todo Alentejo abrangendo também o Alto Alentejo (fig.30).

Ao ser uma região costeira e fronteiriça, apresenta um número considerável de construções de defesa do território que são hoje património cultural e monumental. Para descoberta destas construções existe a *Rota das Fortificações* (fig.30). Nesta rota é possível conhecer desde os mais emblemáticos pontos de interesse até aos mais desconhecidos: são dezenas de castelos, fortes e fortificações que guardam a memória da defesa da fronteira portuguesa, como o Castelo Medieval de Castelo de Vide ou o Castelo de Marvão (fig.31).

Nesta região, é possível encontrar vários exemplos de arquitetura religiosa, com diversos elementos de arte sacra, alguns destes edifícios mantêm a função religiosa, mas muitos foram convertidos em alojamento turístico, bibliotecas ou outras funções públicas.

Dedicada a estas construções, a *Rota do Barroco* (fig.30) convida à descoberta da “*arquitetura chã (...) de grande qualidade compositiva e construtiva*”²⁸ abrangendo património religioso como igrejas, ermidas, santuários ou conventos, como a Igreja da Misericórdia e o Convento de N^a Sr.^a da Assunção (fig.32), e a arquitetura civil que percorre os centros históricos urbanos alentejanos.

Território vasto em construções megalíticas, nesta região preserva-se um notável património megalítico, como menires e dolmens, que pode ser descoberto na *Rota do Megalitismo* (fig.30), onde se encontram as construções mais antigas da Europa como a Anta de S. Gens (fig.33) ou a Anta de Alter Pedroso.

Como principal referência nos recursos turísticos naturais, temos o Parque Natural da Serra de São Mamede, área protegida e um dos pontos de maior altitude do país onde se encontra uma paisagem natural com grande variedade de fauna e flora.

²⁶ Disponível em <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/cultura/classificacoes-unesco/classificacoes-unesco-na-lista-do-patrimonio-mundial/>. Consultado em 03-02-2023.

²⁷ Rotas Culturais do Alentejo – Informação disponível em <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/cultura/rotas-culturais/>. Consultado 13-02-2022.

²⁸ Idem.



Fig.31: Castelo de Marvão, Parque Natural da Serra de São Mamede



Fig.32: Convento de Nª Sr.ª da Assunção



Fig.33: Anta de S.Gens, Nisa



Fig.34: Barragem de Montargil

A presença de cursos de água, como o rio Tejo, proporciona a existência de trilhos, turismo de aventura e praias fluviais, como a praia fluvial de Fronteira. Existem ainda várias barragens distribuídas, onde se evidenciam as barragens de Montargil (fig.34), Meadas e Maranhão.

Estes atributos unem-se à rica gastronomia local, produção de vinhos e artesanato, com trabalhos elaborados em vários materiais, e ainda aos eventos desde os mais locais, como festas e romarias, aos internacionais, como o Festival do Crato.

O setor turístico no Alentejo apresenta um índice de sazonalidade alto, sendo o verão a melhor época, enquanto que no inverno a taxa de ocupação pode baixar consideravelmente.

No ano de 2021, a oferta de alojamento turístico no Alentejo, segundo o INE, é liderada pelo TER e TH com 344 unidades de alojamento deste tipo, praticamente o dobro das unidades hoteleiras, no entanto em capacidade de ocupação, e devido à sua dimensão consideravelmente maior que os empreendimentos de TER, são mesmo os hotéis que ocupam o destaque, com capacidade para 13237 hóspedes contra 6600 no TER.

Por norma, o visitante do Alentejo é português, visita por férias ou lazer, viaja com a família e amigos e procura esta região para repousar, pelas paisagens e ambiente calmo.

Quanto à procura dos alojamentos turísticos no Alentejo, segundo dados no INE, tem vindo a aumentar de ano para ano, a par da oferta, tal como se verifica a nível nacional. Observa-se maior taxa de ocupação nas unidades hoteleiras, justificada por serem estes os alojamentos presentes em maior número, seguidos dos empreendimentos de TH.

O Alto Alentejo, região correspondente ao distrito de Portalegre e onde se localiza a Casa do Mirante, é marcadamente rural e apresenta baixa densidade populacional, o que contribui para que se mantenha autêntica e resistente à exploração humana.

Quanto à oferta de alojamento, segundo dados da *EY-Parthenon*²⁹ na *Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico no Alentejo e Ribatejo 2021-27*, o Alto Alentejo representa 16% da capacidade de alojamento do Alentejo sendo o TER e o TH modalidades de grande peso, no entanto “a hotelaria é responsável pela maior fatia da capacidade de alojamento (55%)” (EY-Parthenon, 2020: 34), seguindo a tendência do total alentejano.

Nos últimos anos o Alto Alentejo tem registado crescimento no número de hóspedes e dormidas, em concordância com o Alentejo e o país. Segundo o INE (2019), em 2018 cerca

²⁹ *EY-Parthenon* - Empresa global de auditoria e consultoria. Grupo autor do Relatório final da *Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico no Alentejo e Ribatejo 2021-2027*, promovido pela ERTAR. Disponível no portal institucional *Turismo do Alentejo* (Alentejo 2020; Portugal 2020 e Fundo Europeu de desenvolvimento Regional) - <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/quem-somos/turismo-do-alentejo-ert/documentos-estrategicos/>. Consultado a 09-10-2022.

de 74% do total de hóspedes dos alojamentos nesta região eram residentes em Portugal sendo a segunda maior percentagem, cerca de 9,4%, atribuída a Espanha. O município de Monforte acompanha a proporção com cerca de 58% de hóspedes portugueses e 5% espanhóis.

1.3. Património e Turismo

1.3.1. Confronto entre Património e Turismo

O património e turismo conservam uma relação de proximidade e simbiose sendo que um alimenta o outro. O turismo representa hoje um importante instrumento de desenvolvimento não só económico, mas social, cultural e ambiental, no entanto, com o turismo surgem riscos e para que o património seja usado como recurso turístico deve ser cuidadosamente trabalhado.

A relação entre o turismo e o património é abordada pela primeira vez através das *Normas de Quito*, em 1967. Esta carta volta-se, principalmente, para o estado de degradação em que se encontrava o património histórico e cultural, necessidade de intervenção no mesmo e alternativas de utilização destes bens. Dentro destas alternativas surge a valorização dos monumentos através do turismo. Esta e a *Resolução de São Domingos* (1974) são as cartas mais favoráveis ao turismo, pois foram redigidas numa época em que o turismo estava a despontar, situação bem distinta da atualidade, por isso defendem que o exaltar de valores, ainda que seja para atrair visitantes e nada tenha a ver com cultura, acaba por beneficiar o património.

A *Carta do Turismo Cultural* (1976) tem como base os objetivos do ICOMOS de salvaguarda e valorização dos monumentos e entende que o turismo é um fenómeno com influência irrefutável na gestão dos sítios e monumentos, sendo o que o turismo cultural “(...) contribui para a sua manutenção e proteção (...) justifica os esforços que a manutenção e a proteção exigem da comunidade, face aos benefícios socioculturais e económicos que propicia para o conjunto das populações locais.” (ICOMOS, 1976)

No final de 1999 surge a *Carta Internacional do Turismo Cultural* pelo ICOMOS onde é defendido que a gestão do turismo em sítios de significado patrimonial deve respeitar os “valores patrimoniais, (...) interesses e direitos atuais das comunidades de acolhimento e (...) proprietários dos conjuntos históricos. (...) as populações locais que perpetuam esses valores, bem como as paisagens e culturas que os contextualizam.” (ICOMOS, 1999).

A nível do **património construído**, os impactos negativos acontecem, principalmente, em elementos arquitetónicos localizados em grandes cidades históricas,

locais demasiado difundidos como destinos a ‘não perder’ onde estes sofrem de deterioração e desgaste rápidos devido à grande afluência de visitantes. O turismo de massas ou *overturismo*, representa um fenómeno de entrada exagerada e ocupação constante por visitantes em determinado lugar. “*O crescimento descontrolado, conducente à descaracterização e à perda de originalidade dos destinos turísticos, constitui um dos seus impactes mais negativos.*” (Brito; Silva, 2005: 13), tornando a vida no local insustentável e a própria experiência turística desagradável.

Com a grande demanda do turismo, como se verifica em Portugal, a necessidade de alojamento é cada vez maior, leva a que um grande número de edifícios de habitação antigos sejam convertidos em alojamentos turísticos, que muitas vezes são sobreexplorados com o intuito de suportarem o máximo de quartos possível sem, em grande parte dos casos, haver respeito pelo valor arquitetónico e significativo que aquele edifício representa. Assiste-se muitas vezes à destruição do interior destas casas seculares levando à perda identidade e autenticidade do lugar e ao fachadismo.

No entanto, uma conservação integrada do património para fins turísticos, que tenha em conta e mantenha o papel que o edifício representa para as pessoas que com ele convivem, contribui para a manutenção do edifício, cultura local e fixação da população.

Por absorver a essência e história do país, um dos elementos mais importantes para o turismo em Portugal é o património, quer o que se encontra no litoral quer no interior e a sua reabilitação estabelece cada vez mais uma relação com a promoção turística.

Nos últimos anos o turismo tem sido responsável pela reabilitação e requalificação de muitos edifícios quer nas zonas litorais, quer interiores de Portugal.

Existe uma relação mútua entre o Património e o turismo: enquanto que Portugal recebe muitos turistas por possuir muito do seu património conservado, a chegada de cada vez mais turistas e a sua expansão a zonas rurais, leva a que estas regiões recuperem o seu património a fim de atrair maior número de turistas e assim obter benefícios económicos. Deste modo, o fenómeno contribui para que o património, muitas vezes abandonado e ao qual não é atribuída a devida importância, seja valorizado e recuperado.

Segundo Lopes, o turismo traz vantagens ao património arquitetónico tais como: “(...) encontrar novos usos para os edifícios do passado; Gerar um ambiente de tolerância e compreensão entre os povos”, um “sentimento de orgulho pelo seu património, o qual espelha a sua identidade” e uma “valorização económica dos locais de visita, através da dinamização do comércio e dos serviços, criando emprego e riqueza.” (Lopes, 2000: 246).

Também o TER e TH para além de fomentarem “(...) a recuperação de casas e outros patrimónios edificados e assegurar a manutenção e criação de algumas tradições” (Silva, 2007: 39), estimulam a própria atividade turística pois ao oferecerem alojamentos variados, os visitantes têm espaços agradáveis, característicos e calmos onde ficar e escolherão mais facilmente o local em questão, assistindo-se a uma simbiose em que os proprietários conseguem retirar dividendos que podem utilizar na preservação e valorização do seu património.

Estas modalidades aliam-se a uma estratégia de preservação e crescimento de recursos turísticos a pequena escala, de gestão local que pode estimular uma série de efeitos benéficos para o espaço rural como a reabilitação, recuperação e conservação do património, diretamente para uso turístico ou indiretamente para recuperação da cultura, diversificação e revitalização da economia local; incremento do comércio, dos investimentos públicos, recuperação de atividades outrora deprimidas e contribuir para um desenvolvimento sustentável e equilibrado da região.

Em Portugal, o grande investimento, levado a cabo devido ao incremento do turismo, levou a que o *Turismo do Porto e Norte de Portugal*³⁰ em conjunto com a *Associação do Turismo da Aldeia* criassem o *Aldeias de Portugal*³¹, reconheceram e organizaram todo o património por tipologias como monumentos, arqueologia, artesanato, moinhos, entre outros. Deste modo, o turismo contribuiu, ainda que indiretamente, para que muito do património arquitetónico do interior do país fosse identificado e requalificado, sendo um exemplo prático do benefício mútuo entre património e turismo.

O confronto mais importante é o **sociocultural**, pois “o turismo é uma das forças sociais mais significativas no mundo de hoje” (Galdini, 2007: 103)³². É, por isso, um grande responsável por reconstruir, organizar e habitar espaços sociais e culturais, que constitui uma grande força de mudança, capaz não só de injetar capital nas comunidades residentes como provocar-lhes mudanças quer benéficas, quer menos vantajosas.

Uma conservação integrada do património para fins turísticos, que tenha em conta e mantenha o papel que o edifício representa para as pessoas que com ele convivem, contribui

³⁰ *Turismo do Porto e Norte de Portugal*: Entidade regional responsável pela valorização e desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área, promoção interna e gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional. Disponível em <http://www.portoenorte.pt/pt/porto-e-norte/>. Consultado a 26-09-2022.

³¹ *Aldeias de Portugal – Associação do turismo de aldeia*: entidade promotora do turismo de interação entre aldeias. Disponível em <https://www.aldeiasdeportugal.pt/sobre-nos/>. Consultado a 26-09-2022.

³² *Tourism is one of the most significant social forces in the world today*. (Tradução livre).

não só para a manutenção do edifício e salvaguarda da cultura local como impulsiona a fixação e progresso da população.

Já o contrário, uma reabilitação centrada apenas no turista, que não considere as atividades anteriormente desenvolvidas no edifício em questão, pode provocar fachadismo e expulsar a população nativa, levando à gentrificação.

Segundo Zaei e Zaei, *“a interação dos turistas com a comunidade recetora pode ser um fator que pode afetar a comunidade uma vez que os turistas podem não ser sensíveis aos costumes, tradições e padrões locais.”* (Zaei e Zaei, 2013: 15)³³. No entanto, acreditam que a utilização do património para fins turísticos acarreta a melhoria nas instalações e infraestruturas locais que, embora desenvolvidas para sustentar o turismo, podem melhorar a educação, saúde e emprego e levar ao *“(…) renascimento do seu artesanato, tradições arquitetónicas e património ancestral; As áreas urbanas podem ser revividas e o movimento de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas em busca de emprego pode ser revertido”* (Zaei; Zaei, 2013: 15,16).³⁴

Já Paul defende que esta interação leva a *“novas ideias, valores e motivações para o desenvolvimento social e económico”* (Paul 2012: 502)³⁵. Paul faz um paralelismo entre o turismo e a globalização, que estão estreitamente ligados, e constrói a tese de que ambos têm peso na perda de identidade cultural.

Associado ao turismo e à globalização está o fenómeno da gentrificação, que se manifesta como a ocupação de um bairro ou espaço de uma cidade mais ou menos degradado por classes sociais diferentes e de maior poder económico.

Hoje, com o crescente aumento da indústria do turismo fala-se na Turistificação ou Gentrificação Turística, característica das maiores cidades e do turismo de massas, onde as transformações e operações levadas a cabo têm como foco satisfazer as necessidades e vontades dos consumidores, turistas e visitantes frequentes, levando ao desaparecimento de património construído, privatização de espaços públicos, marginalização de povos nativos e *“destruir a identidade sociocultural, valores, (...) tradições e estilo de vida das comunidades locais.”* (Paul 2012: 502)³⁶.

³³ *The interaction between tourists and the host community can be one of the factors that may affect a community as tourists may not be sensitive to local customs, traditions and standards.* (Tradução livre).

³⁴ *(...) rebirth of its crafts, architectural traditions and ancestral heritage; Urban areas can be revived and the movement of people from rural areas to urban areas for employment may be reversed as jobs will be available in the tourism industry.* (Tradução livre).

³⁵ *(...) new ideas, values and motivations for social and economic progress (...)* (Tradução livre).

³⁶ *destroying the socio-cultural identity of the local communities (...) traditions and lifestyle.* (Tradução livre).

A nível **económico**, o património cultural desempenha um poderoso papel na indústria do turismo, sendo que *“as economias regionais (...) podem beneficiar fortemente do seu património cultural como um contributo para o desenvolvimento regional”* (interregEurope, 2021: 20).

Segundo Ardahaey (2011), o turismo é hoje considerado um dos maiores contributos económicos em muitos destinos mundiais, no entanto pode: inflacionar o custo da habitação e preços do retalho na área; alterar impostos sobre serviços e infraestruturas; incrementar o tráfego e congestionamento pela maior pressão populacional e conseqüente aumento dos gastos em deslocações que afetam famílias e empresas.

Noutro prisma, Zaei e Zaei (2013) defendem que o capital despendido pelo turista ultrapassa em muito o gasto que este provoca. Chamam-no de *“efeito multiplicador”* onde o turismo funciona como um multiplicador de vendas, rendas e empregos.

Já no que toca ao TER pode criar, efetivamente, poucos empregos sendo esta necessidade mais sazonal (Silva, 2006: 314). Também a falta de mão de obra qualificada, característica do interior e áreas rurais de Portugal pode resultar numa oferta em desacordo com as expectativas dos visitantes, contribuindo para a falta de afluência e conseqüente falha de receitas necessárias à manutenção dos edifícios patrimoniais (EY-Parthenon, 2020: 41). No TER também encontramos riscos como a *“especulação do solo e do património imobiliários, falta de serviços básicos e a concentração da oferta.”* (Pérez, 2009: 281).

No entanto, o TER brinda as populações com benefícios económicos e *“induz o desenvolvimento rural mediante a criação de postos de trabalho e a dinamização das economias locais”* (Silva, 2006: 314), e ao permitir a geração de capital através da utilização e recuperação de património imobiliário, *“contribui para a manutenção de uma paisagem carregada de valor simbólico”* (Silva, 2006: 314).

A nível **ambiental**, segundo Koncul (2007), a sobrelotação provocada pelos visitantes em áreas pequenas e ambientes frágeis levam à maior necessidade de recursos, que se podem tornar escassos, e à perda de flora e fauna devido à expansão do turismo.

Paul (2012), vai ao encontro de Koncul no que de conseqüências nefastas diz respeito, afirmando que a atividade do turismo sobre o ambiente provoca alteração da flora e fauna; poluição da água, ar e solo; erosão do solo; esgotamento de recursos naturais; congestionamento do tráfego e transportes públicos e impacto visual causado pelo aumento da urbanização sem planeamento que este setor provoca.

No entanto, defende também que não só em pontos negativos é baseada esta relação já que o meio ambiente é um elemento fundamental para a atividade turística. Se por um lado o desenvolvimento turístico requer o consumo de recursos, por outro lado existem turistas que procuram determinados recursos ambientais para práticas de atividades específicas.

Paul acredita que, por ser um fator de atração e gerador de receitas, “*o ambiente natural tem beneficiado com o turismo através das ações de proteção da natureza*” e que “*o turismo provoca uma apreciação mais profunda da natureza pelos turistas e população local*” (Paul, 2012: 504)³⁷, sendo a atividade turística considerada mais amiga do ambiente quando comparada com outras atividades económicas.

Segundo diretrizes da WTO e a UNEP (2005), para que os problemas associados ao turismo não aconteçam, este deve: respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, conservar o seu património construído, vivo e tradicional e contribuir para a tolerância e compreensão intercultural; utilizar os recursos naturais de forma responsável contribuindo para a conservação do património cultural e biodiversidade; garantir operações económicas com benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas; garantir uma experiência gratificante ao visitante sensibilizando-o para a sustentabilidade; ter uma participação informada de todas as partes e uma forte liderança política para a criação de consenso e uma monitorização constante dos impactos introduzindo medidas preventivas.

Logo, é necessária uma gestão equilibrada do turismo para precaver os problemas que podem advir desta relação. Para isso é necessário um estudo aprofundado do edifício, das comunidades residentes e do local.

1.3.2. Previsões para o Turismo no Alentejo

Ao investigar sobre o futuro do Turismo no Alentejo, julgamos pertinente referir o *Programa Revive*, desenvolvido pelo Governo de Portugal como forma de utilizar o turismo para recuperar e preservar património imóvel do Estado Português, cujo conceito consiste em facultar ao investimento privado edifícios de elevado valor patrimonial durante um período alargado de tempo, a fim deste ser recuperado e utilizado na indústria turística. Lançado em setembro de 2016, a sua estreia foi o Convento de São Paulo (fig.35 a 38),

³⁷ “(...) the natural environment has benefited from tourism, through the conservation actions and protection of nature (...) Also, tourism causes a deeper appreciation of the nature of the tourists and the local population. Tourism is considered a "friendly" alternative to other industries that could benefit the locals.” Tradução livre.



Fig.35: Convento de São Paulo antes da intervenção (2016)



Fig.36: Convento de São Paulo antes da intervenção – Pátio interior (2016)



Fig.37: Convento de São Paulo depois da intervenção (2019)



Fig.38: Convento de São Paulo depois da intervenção – Pátio interior (2019)

em Elvas, cidade pertencente a Portalegre, na região do Alentejo e sub-região do Alto Alentejo.

A fim de recuperar e valorizar o património cultural e histórico, este projeto está assente em três pontos: reabilitação, património e turismo.

No primeiro ponto, esta iniciativa pretende incentivar o turismo cultural tornando possível a utilização pública do património e garantir que esta recuperação é feita “(...) *com respeito pelos valores arquitetónicos, culturais, sociais e ambientais mais relevantes.*” (Governo de Portugal, 2017)³⁸ e que assegura a continuidade do património no tempo e o promove enquanto bem cultural.

O segundo ponto visa garantir que a recuperação material do património mantém o valor imaterial dos imóveis e prolonga a sua existência no tempo “(...) *tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística, gerar riqueza e postos de trabalho, promover o reforço da atratividade de destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento de várias regiões do país*” (Governo de Portugal, 2017).³⁹

O terceiro ponto assenta na utilização do património cultural público aliado ao desenvolvimento económico e ao turismo através do investimento privado.

O Revive tem como fim principal a promoção da “*requalificação e aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetónico, patrimonial, histórico e cultural que não estão a ser devidamente usufruídos pela comunidade em que se inserem e, nalguns casos, encontrando-se em adiantado estado de degradação.*”⁴⁰

Esta iniciativa já permitiu a recuperação de vinte e três imóveis patrimoniais do Estado, dos quais cinco localizados no Alentejo, incluindo três no Alto Alentejo. Este património de alto relevo convertido em alojamento turístico de excelência contribui não só para a conservação deste legado como para atrair visitantes e garantir a subsistência e futuro da indústria do turismo nesta área.

Desta forma, o Programa Revive, evidencia o que de melhor pode advir da aliança entre o Património e o turismo, onde resultam benefícios mútuos entre o património, os privados que o exploram e o Estado que o detém, com o propósito de utilizar estes bens imóveis de forma integrada e ajustada às necessidades regionais e nacionais, “*contribuindo para o desenvolvimento económico e social das regiões*” (Governo de Portugal, 2017)⁴¹.

³⁸Disponível em <https://haia.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/a-embaixada/noticias/revive-reabilita%C3%A7%C3%A3o,-patrim%C3%B3nio-e-turismo>. Consultado a 15-10-22.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Revive. Disponível em <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiaio-pt>. Consultado a 15-10-22.

⁴¹ Idem

Segundo *Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27*, a ambição é posicionar o Alentejo como um dos mais dinâmicos a nível nacional, afirmando “*o turismo como um poderoso instrumento de abertura e internacionalização da economia regional e de promoção de coesão territorial e da sustentabilidade.*” (EY-Parthenon, 2020: 46).

A concretização deste objetivo de forma sustentável, pressupõe que o turismo deve ser capaz de alastrar os “*efeitos positivos junto das populações residentes e de mitigar e controlar os efeitos negativos, nomeadamente os que se referem à pressão sobre os recursos, os serviços de interesse geral e o nível e estrutura dos preços.*” (EY-Parthenon, 2020: 46).

Para cumprir com os pressupostos, existem objetivos a cumprir para o futuro deste setor no Alentejo, sendo estes:

Garantir um crescimento do turismo que supere o ritmo médio de crescimento nacional; Garantir um crescimento dos ganhos em dormidas, duração da estadia e na despesa média; Garantir uma redução da sazonalidade e a densificação da oferta de produtos e experiências turísticas e aumento do capital natural e patrimonial do Alentejo; Otimizar o retorno da promoção e comunicação deste destino aumentando a notoriedade, satisfação e taxa de repetição entre os visitantes; Intensificar a importância do turismo na economia, aumentando o seu peso na criação de emprego e contributo económico positivo; Aumentar o retorno à região por parte dos visitantes, potencializando a valorização de recursos, produtos e experiências da região.

Seguindo as linhas destes objetivos, planeia-se “*um equilíbrio dinâmico, entre a motivação dos turistas, a competitividade das empresas, a atratividade dos destinos e o modelo da governação, suscetível de induzir níveis elevados de eficácia*” tendo em vista a união de forças entre particulares e empresas de modo a “*alargar e densificar a atratividade do turismo e o seu valor como fenómeno económico e social.*” (EY-Parthenon, 2020: 47).

1.3.3. Conclusões

Após a informação recolhida percebemos que existe uma relação de simbiose entre o património e o turismo. A conservação do património pode ser impulsionada pela receita gerada pelo turismo e este último existe muitas vezes graças à existência de património e a autenticidade e identidade a ele associadas, elementos importantíssimos para que a afluência aos destinos exista.

Uma reabilitação do património para utilização turística considerada de sucesso, acontece quando não só os valores e integridade do edifício são respeitados como as atividades e a comunidade que com ele convivem, tornando possível a utilização por visitantes e por locais, que muitas vezes trabalhavam nestes edifícios e de lá retiravam os seus rendimentos. Reabilitações que permitam ao património manter-se e incluir não só a nova função turística, mas também as atividades outrora nele existentes, contribuem para o renascer de tradições, geração de emprego, receitas e fixação da população.

No entanto, quando o crescimento do turismo ultrapassa os limites de certa região, como acontece muitas vezes em espaços urbanos, esta atividade passa a demonstrar-se menos benéfica implicando consequências nefastas como a perda de autenticidade, fachadismo e a gentrificação.

Logo, uma gestão equilibrada, com regras e sustentável é necessária para que sejam precavidas as consequências nefastas sobre o património material e vivo. Quando bem gerida e regada pode originar mais benefícios que malefícios, ao contribuir para o bem comum das comunidades locais, dar a conhecer ao mundo tradições e construções seculares e proporcionar aos visitantes o conhecimento e exploração de diferentes lugares, culturas e património arquitetónico tradicional.

CAPÍTULO II – Casos de Referência

2.1. Metodologia de Análise

No presente capítulo são apresentados três casos de referência que foram escolhidos tendo em conta os temas próximos do objeto de estudo e do presente trabalho, a reabilitação, a função de alojamento turístico e a localização, para que seja possível uma análise de casos análogos à situação da Casa do Mirante.

O primeiro caso de referência analisado é a unidade de turismo rural Casas Caiadas, em Arraiolos, um conjunto de casas em ruínas, tipicamente alentejanas que tinham à sua época função de moinho. Estas construções foram transformadas em alojamento de TER pelo projeto de reabilitação do arquiteto Luís Pereira Miguel, que foi baseado no respeito pelas características e história do local.

O segundo caso é a Herdade de Torre de Palma, em Monforte, importante herdade agrícola à sua época, que empregava grande parte de população envolvente. Foi adquirida pelos atuais proprietários já em estado devoluto e transformada no Torre de Palma Wine hotel com o projeto de reabilitação do Arquiteto João Mendes Ribeiro que, com a inclusão de unidades de alojamento temporário, se baseou na preservação da identidade do local, manutenção das funções existentes e compatibilidade construtiva.

O terceiro caso é o Hotel Rural São Lourenço do Barrocal, em Monsaraz, Herdade com séculos de existência, torna-se autossuficiente e serve de habitação e sustento de um grande número de famílias, depois sofre uma decadência e um dos herdeiros decide reavivar este vasto pedaço alentejano introduzindo a função de alojamento turístico com o projeto de reabilitação de Eduardo Souto Moura que teve como conceito primário a manutenção e o respeito pela preexistência, valores e significado deste conjunto arquitetónico.

Inicialmente será analisada a origem e evolução do edifício antes da intervenção, qual era o estado de conservação e os valores que este possui. Depois será feita a análise da intervenção onde importa perceber a identidade do objeto, ao nível dos materiais e das técnicas construtivas tradicionais e da sua tipologia, e perceber como ocorreu a sua conservação e salvaguarda nas operações de reabilitação levadas a cabo, tanto a nível do tratamento térmico dos edifícios como da conservação dos materiais que os constituem e como se introduziram as novas funções e o seu impacto nas tipologias preexistentes. Por fim perceber de que modo resultou a aliança entre o património e o turismo, tendo como base o impacto da intervenção a nível sociocultural, económico e ambiental.

Ou seja, se o património imaterial, como as técnicas e saberes tradicionais, que está sempre presente, também ele foi objeto de salvaguarda, assim como a preservação da população e das suas atividades que constroem aqueles territórios e paisagens.

2.2. Casas Caiadas, Arraiolos

Situado no concelho de Arraiolos, norte de Évora, no Alentejo, o alojamento turístico Casas Caiadas surge da apropriação e recuperação de um conjunto de ruínas, no lugar do Moinho do Barroco (fig.39), constituído por um moinho de maior dimensão, duas casas de apoio e outro moinho menor (moinhola) e ligeiramente afastado do conjunto (fig.40).

Este local remoto de paisagem de intenso montado e caracterizado pela Ribeira da Fanica (fig.41), não possuía estrada alcatroada e tinha acesso apenas no verão visto que a ribeira enche e transborda no inverno. As oliveiras centenárias e os barrocos⁴² pontuais conferem-lhe características únicas. A alvenaria em pedra das construções cresce a partir destas rochas, servindo estas de fundações prévias.

Em relação à análise histórica, embora não existam dados oficiais, supõe-se que as construções originais datem do século XIX ou anterior. Após a aquisição e limpeza do terreno, na década de 2010, foi possível constatar o estado ruinoso das construções (fig.42 a 44), confirmando o seu abandono por mais de 50 anos. Verificou-se também várias tentativas de reapropriação deste espaço devido à presença, em algumas construções, de restos de alvenaria em tijolo corrente descaracterizadores. Devido à precariedade dessas intervenções e à presença de oliveiras, presume-se que se destinavam à prática agrícola, pecuária e armazenamento.

Numa avaliação à materialidade do existente, foi possível perceber que as construções originais apresentavam características construtivas idênticas às tradicionalmente alentejanas: as paredes estruturais em alvenaria de pedra, tetos com barrotes de madeira, telhados revestidos com telha antiga, revestimentos interiores feitos com cal, sendo também evidenciados fragmentos de revestimento do mesmo material no exterior das construções com a exclusão de uma delas em que a alvenaria de pedra é aparente.

Adaptando os valores encontrados nestas construções à seleção segundo Navarro, dentro do valor documental, podemos destacar a antiguidade deste conjunto; o tipo de construção, com um propósito específico, os moinhos de água eram utilizados em processos

⁴² Barroco: Penhasco ou penedo irregular



Fig.39: Lugar do moinho do Barroco

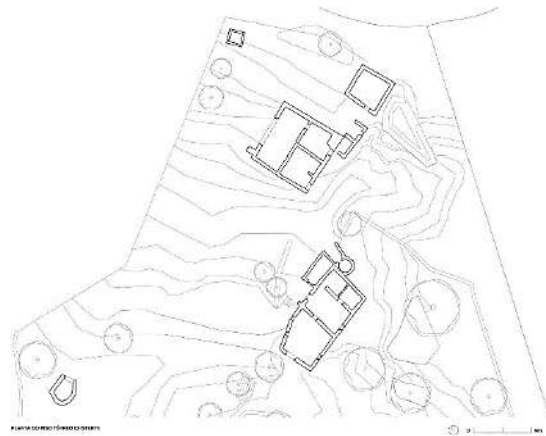


Fig.40: Planta de piso térreo existente



Fig.41: Ribeira da Fanica



Fig.42: Estado de conservação antes da intervenção – casa de alvenaria de pedra à vista (casa A)



Fig.43: Estado de conservação antes da intervenção – casa maior (casa B)



Fig.44: Estado de conservação antes da intervenção – moinho (casa C)

de moagem e hoje a sua utilização com esse fim é praticamente inexistente, estando estes destinados à mudança de função, museificação ou simplesmente abandono.

Como valores arquitetónicos destacamos o principal moinho de grandes dimensões, “*dos maiores da região*”⁴³, a traça das casas, tipicamente alentejana, as chaminés de grandes dimensões, que são características das casas de campo alentejanas; os arcos de tijolo à vista e a materialidade das ruínas como a alvenaria em pedra

Já os valores significativos residem na antiga função de moinho, que terá deixado de existir há mais de 70 anos e os barrocos que caracterizam a paisagem e estão inseridos nestas construções servindo-lhes de base, em comunhão com os pontuais menires e rochas megalíticas.

Embora, numa primeira idealização, este conjunto edificado fosse destinado apenas a segunda habitação, foi devido à potencialidade deste espaço e à oportunidade de recuperar investimentos que os proprietários decidiram converter este local num alojamento turístico.

Para a sua reabilitação contaram com o projeto do arquiteto Luís Pereira Miguel que teve como base “*manter a traça alentejana original*”⁴⁴.

Este conjunto é hoje composto por cinco construções independentes, quatro da composição original - o moinho principal, o moinho menor, uma casa em alvenaria de pedra aparente e uma casa maior - e uma adicionada aquando da reabilitação que substituiu uma construção anterior em alvenaria de tijolo cuja conservação não se mostrou necessária, juntamente com uma eira e piscina em meia lua integrada na paisagem.

O terreno onde estão implantadas estas construções apresenta declive considerável pelo que, dada a função pretendida, foram adicionados degraus e pavimentos tornando possível a circulação no exterior (fig.45). Também o acesso, que antes só era praticável fora das enchentes da ribeira, foi corrigido com um passadiço facultado pela Câmara local.

Para identificação dos volumes (fig.46), a casa A corresponde à casa em alvenaria de pedra aparente, a casa B à casa maior, a casa C ao moinho principal, a casa D à acrescentada na intervenção, a piscina é identificada com a letra E, e a moinhola com a letra F.

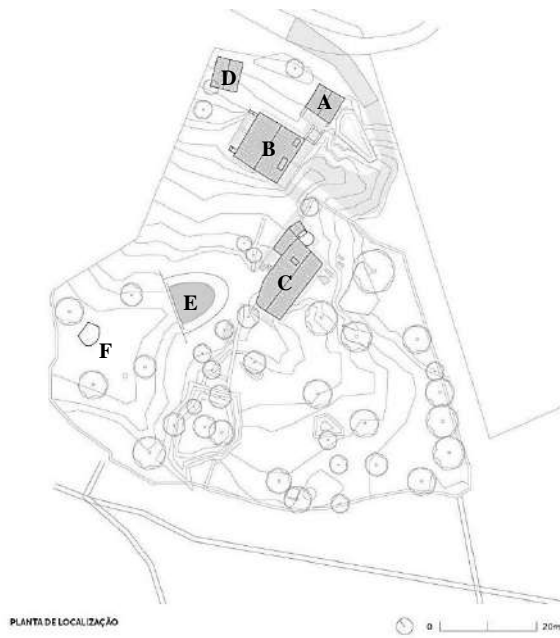
Pereira Miguel dotou estas construções de condições físicas e infraestruturais compatíveis com as exigências contemporâneas de conforto. Adicionou e modificou vãos exteriores, de acordo com a necessidade funcional, dentro de uma visão contida sem descaracterizar o volume, já que o objetivo primário seria conservar tudo o que fosse possível

⁴³ Disponível em The Collection - <https://thecollection.pt/casas-caiadas/>. Consultado a 29-03-2023

⁴⁴ Idem



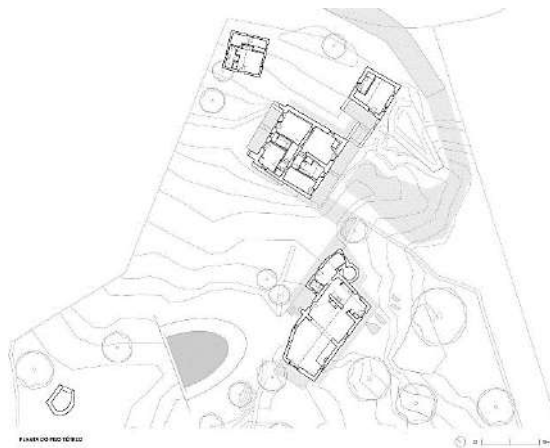
Fig.45: Espaço exterior circulável e pontuado com barrocos



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

0 10 20m

Fig.46: Implantação após intervenção e identificação dos volumes



PLANTA DO PRIMEIRO ANDAR

0 5 10m

Fig.47: Planta piso térreo após intervenção

e manter os valores associados a estas antigas ruínas, para além da intenção de “*utilizar materiais idênticos aos existentes ou até reciclados do local, como alvenaria de pedra e telhas antigas*”⁴⁵. Apenas no moinho foram adicionadas novas entradas para que os três volumes principais (casas A, B e C) passassem a comunicar para o mesmo espaço exterior.

A casa A é a única em alvenaria de pedra à vista (fig.48), que foi mantida após a intervenção. Quanto à distribuição programática, pelo seu carácter rudimentar, reduzida área e ausência de janelas e divisões interiores, deduz-se que seria uma dependência agrícola, sendo possível a sua transformação numa suíte (fig.49).

A entrada acontece a sul, pela porta pré-existente e inalterada. São abertas duas pequenas janelas que permitem a entrada de luz natural no espaço e a única parede divisória delimita a instalação sanitária.

Na casa B evidenciam-se duas grandes chaminés (fig.50), fortemente notadas tanto no exterior como no interior. Embora não cumpram a função para a qual foram originalmente construídas, foram conservadas e mantidas, encontrando-se uma delas numa instalação sanitária e onde se pode observar uma mó que nos empurra para tempos antigos. Estas chaminés foram fechadas e desprovidas de uso por razões de compartimentação interior, servindo essencialmente de elemento representativo.

De maiores dimensões, esta casa seria a única destinada a habitação, depois da intervenção passou a dispor de três quartos (fig.52) e duas instalações sanitárias (fig.53). A construção encontrava-se descaracterizada pela degradação e anterior apropriação do espaço comprovada pela existência de pedaços de alvenaria de tijolo, que Pereira Miguel optou por retirar e completar a construção original.

Para a disposição interior pesou aquela que já era conferida pelos paramentos de grande espessura existentes. Todos os quartos têm acesso ao exterior, os que se encontram a poente acedem a um espaço pavimentado entre os contrafortes presentes na mesma fachada (fig.51), um deles reerguido aquando da intervenção. Caiada a branco no exterior e interior, todo o ambiente da casa passou a ser marcado pela coerência formal e visual.

Tanto a casa A como a B foram equipadas com salamandras que proporcionam conforto térmico no seu interior.

A casa C (fig.54 e 55), o moinho principal do conjunto, ficou destinada às funções comuns a serem partilhadas pelos hóspedes do empreendimento: foi dividido em sala comum

⁴⁵ Habitar Portugal 12-14. Disponível em <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/casas-caiadas/>. Consultado a 30-03-2023.



Fig.48: Fachadas Sul e Nascente Casa A após intervenção



Fig.49: Interior Casa A após intervenção



Fig.50: Fachada Nascente Casa B após intervenção – forte presença das chaminés



Fig.51: Fachada Poente Casa B após intervenção – contrafortes recuperados



Fig.52: Interior casa B após intervenção - quarto



Fig.53: Interior casa B após intervenção – instalação sanitária com chaminé desativada

(fig.57), espaço para refeições, cozinha e instalação sanitária social, que é e revestida a ladrilho hidráulico no pavimento.

Segundo Pereira Miguel, existia na ruína desta construção um sistema de condutas e represas, originais do moinho, que serviam para transportar a água da ribeira para dentro do moinho e assim fazer girar as mós de pedra através da ação das pás de madeira. Embora em 2012, aquando do início da intervenção, estivesse ainda visível esta infraestrutura, as madeiras e mós já não existiam. Apesar disso, as condutas e canais de água por onde passava o moinho foram limpas e recuperadas para que seja possível a sua reutilização futura.

Outros elementos de destaque nesta casa são um arco de tijolo à vista (fig.56) que foi recuperado e destacado na intervenção e o forno circular contíguo à fachada do moinho, mas exterior a este, que foi agregado ao interior da casa na intervenção, embora para isso tenha perdido a sua função original.

A casa D, volume adicionado na intervenção, teve como base os princípios de construção tradicional alentejana inserindo-se no conjunto. Esta construção nova surgiu da necessidade de um espaço técnico dado o fim turístico do edificado. Para a sua implantação foi reaproveitada a anterior localização de um anexo posterior ao conjunto original, em alvenaria de tijolo que Pereira Miguel optou por demolir.

O programa para este edifício divide-se em duas zonas sem comunicação pelo interior, a sul uma suite, a norte uma área técnica.

A moinhola foi também mantida e, devido à sua proximidade à piscina (fig.59), passou a desempenhar função de apoio a esta e manutenção da área exterior como uma área técnica e arrumação.

Este projeto de reabilitação apresenta compatibilidade construtiva com a preexistência já que as técnicas construtivas adotadas foram de encontro com as tradicionais.

Todos os pavimentos das construções foram acabados a cimento afagado, uma vez que os originais estavam irrecuperáveis, à exceção da já referida instalação sanitária da casa C pavimentada com piso cerâmico. Todos os telhados com estrutura em madeira foram recolocados, pintados a branco (fig.58) e colocada a telha canudo, como originalmente se encontrava e inclusive em parte recuperada do local.

Com exceção da casa A, originalmente em alvenaria de pedra aparente e assim mantida após intervenção, todas as paredes das casas são acabadas com cal interna e externamente, conferindo coerência cromática. A compartimentação interior foi elaborada



Fig. 54: Fachadas Norte e Nascente casa C após intervenção



Fig. 55: Fachadas Sul e Nascente casa C após intervenção



Fig.56: Interior casa C após intervenção - arco em tijolo maciço aparente



Fig.57: Interior casa C após intervenção – sala comum - arco em tijolo e salamandra



Fig.58: Pavimento em cimento afagado, paredes caiadas, vãos com madeira de pinho e tetos com barrotes de madeira pintados de branco (casa B)



Fig.59: Espaço exterior – piscina e moinhola

de forma a aproveitar ao máximo as paredes divisórias existentes, sendo que as acrescentadas na reabilitação se limitam às instalações sanitárias.

Os vãos apresentam portas e janelas em madeira de pinho executadas de acordo com as construções locais e todas as casas possuem instalação de salamandras que contribuem para o conforto térmico no seu interior durante o inverno.

O respeito pela pré-existência na intervenção do arquiteto Luís Pereira Miguel foi total, havendo um esforço pela manutenção não só dos valores como de todos os elementos originais deste conjunto, também no volume adicionado o esforço por integrar a construção no empreendimento resultou ao ser baseado nas tradicionais construções alentejanas.

O público-alvo deste empreendimento TER, são “*famílias ou grupos de amigos*”⁴⁶, indicado para o turista que procura a calma do Alentejo e o contacto com a natureza.

Este local, embora com capacidade baixa de oito a dez pessoas, veio trazer ao concelho de Arraiolos um espaço capaz de atrair visitantes que são convidados a conhecer as vilas vizinhas, “*de traça belíssima, com castelos e outros monumentos*”⁴⁷, e o encanto da paisagem natural alentejana, sem ultrapassar os limites ou provocar um turismo exagerado, incitando ao respeito pela natureza e tornando a relação entre a função de alojamento turístico e o património que aqui analisamos baseada no equilíbrio, respeito e comunhão.

As funções originais a que estas construções eram destinadas, como a agricultura, o armazenamento de produtos agrícolas, a moagem de cereais e o pastoreio de animais, não se mantiveram, pelo que as pessoas que neste espaço faziam o seu dia a dia e desta forma conviviam com o edificado, deixaram de existir com esta reabilitação, dando lugar ao turista que apenas visita o espaço por um curto período de tempo.

Esta característica pode contribuir para o desaparecimento das comunidades residentes que antes davam identidade e contruíam paisagem, provocando também a extinção de modos, saberes e técnicas tradicionais e culturais.

No entanto, a extinção das pessoas da terra e da função original pode ser justificada, neste caso, pelo facto deste conjunto já ter sido abandonado há mais de cinquenta anos e, por isso, as pessoas que um dia contribuíram para a construção da paisagem e do local já há muito não estavam presentes e também pela sua atividade principal de moagem de cereais, desempenhada pelo moinho de água, deixou de fazer sentido ou ser necessária na

⁴⁶ PM Arquitetos - <https://espacodearquitetura.com/projetos/casas-caiadas/>. Consultado a 30-03-2023.

⁴⁷ Idem.

contemporaneidade e é hoje praticamente inexistente, salvo raros casos de utilização muito limitada, vítima da evolução da sociedade e da industrialização dos processos de moagem.

Mesmo assim, a reabilitação foi feita com base na manutenção e conservação da história do local uma vez que contribuiu para que este conjunto, há mais de meio século abandonado e tomado pela natureza, voltasse a ter expressão e a construir a paisagem onde está inserido.

Por fim, esta obra veio permitir o renascer de construções com séculos de existência, outrora comuns e importantes no quotidiano do cidadão do Sul, tornando-as funcionais e até passíveis de virem a desempenhar a função para a qual originalmente se destinavam.

2.3. Herdade de Torre de Palma, Monforte

A herdade de Torre de Palma, localiza-se no mesmo concelho que a Casa do Mirante, em Monforte, na freguesia de Vaiamonte (fig.60). A região é caracterizada pela paisagem horizontal e apresenta vários testemunhos da romanização e idade média e nesta herdade podem ser encontradas ruínas romanas.

Esta herdade, que se integra nas grandes planícies do Alto Alentejo, possui um núcleo edificado de escala considerável, no lado sudeste da propriedade, que detém uma extensão de terreno agrícola.

Quanto á análise histórica, a história da Herdade de Torre de Palma começa no século I quando os Romanos habitaram as suas terras e por aqui se mantiveram até ao século V. Nesta época tem destaque a Família Basílii abastada e produtora de vinho, azeite e criadora de cavalos. Intelectualmente superior na sociedade, deixou mosaicos, hoje expostos no Museu Nacional de Arqueologia, que demonstram a intelectualidade superior desta família. (História - Torre de Palma)⁴⁸

Torre de Palma pertenceu à coroa portuguesa durante mais de quinhentos anos, desde 1338 até 1863 quando é adquirida Jacinto Falcão e arrendada à Família Costa Pinto conhecida pela sua honestidade e que se dedicava à agricultura, cereais, azeite e criação de gado.

A era desta família termina em 1973, e após 1974 a herdade é ocupada pelos trabalhadores e os seus terrenos tornam-se “*a primeira unidade coletiva de produção do Alentejo*” (História- Torre de Palma) ativa até aos anos 1990.

⁴⁸Disponível em <https://www.torredepalma.com/sobre-nos/>. Consultado a 19-10-2022.

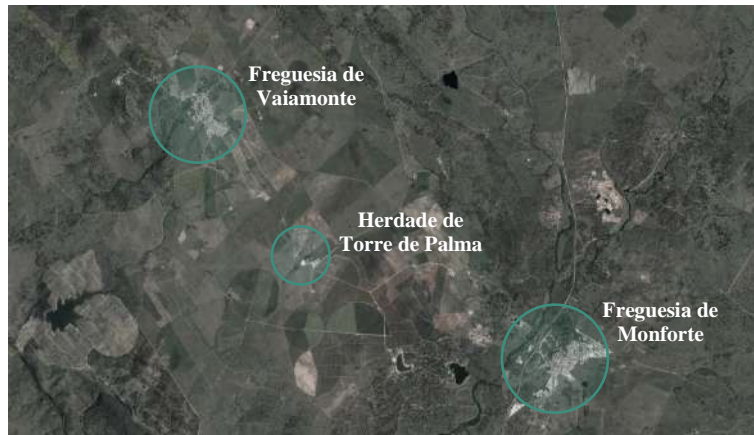


Fig.60: Localização Herdade de Torre de Palma



Fig.61: Vista aérea da herdade antes da intervenção
 A- Torre central; B- Casa principal; C- Celeiro; D- Capela; E- Oficinas; F- Armazém; G- Casas dos operários; H- Oficinas; I- Cavalariças; J- Casa do Caseiro

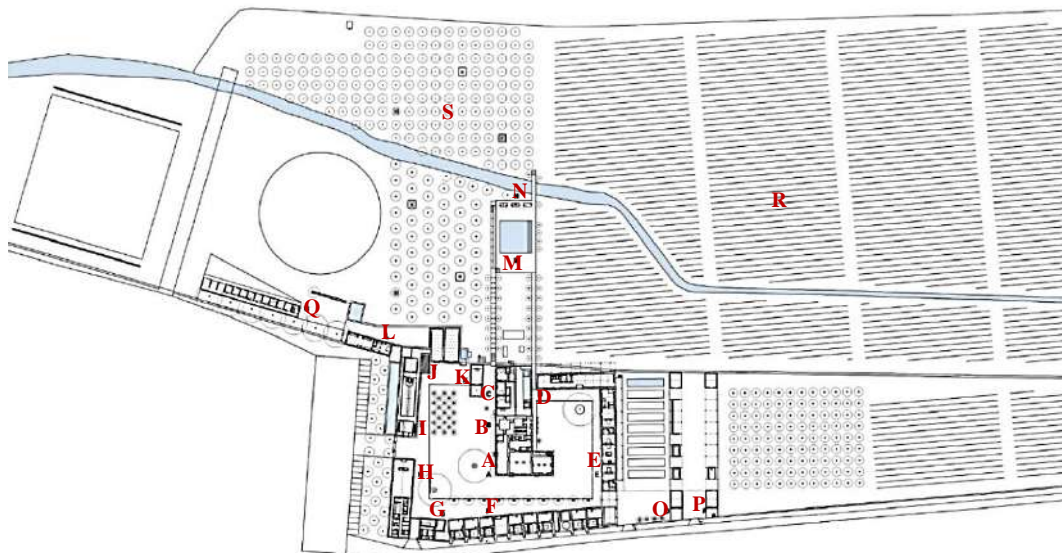


Fig.62: Planta Torre de Palma Wine Hotel
 A- Casa principal; B- Torre central; C- Quartos, Spa (antigo celeiro); D- Bar (antigos estábulos); E- suites (antigas oficinas); F- Suites (antiga casa dos trabalhadores); G- Edifício de serviços; H- Restaurante; I- adega, armazenamento de vinho; J- adega, produção de vinho; K- Capela; L- Apartamento (antiga casa do caseiro); M- piscina exterior; N- Dependências de apoio à piscina; O- Armazém agrícola; P- Estacionamento coberto; Q- Cavalariças, R- Vinha; S- Olival

Depois de 2007 é comprada pelos atuais proprietários que iniciam o projeto de reabilitação da Herdade de Torre de Palma para a sua transformação no Torre de Palma Wine Hotel, um hotel rural, inserido no TER, “(...) *com o mesmo propósito da sua origem: ser um local de trabalho onde se produz o vinho, o azeite e se criam cavalos, adicionando a possibilidade aos hóspedes de ficarem numa casa com muitos anos de história*” (História-Torre de Palma), contando para isso com o Arquiteto João Mendes Ribeiro.

Numa análise arquitetónica do existente, segundo Mendes Ribeiro, inicialmente o edificado era constituído pela Torre Central - que seria senhorial e passa a habitacional no século XVII – pela casa principal e pela capela, ambas do século XIX, e depois pelo conjunto de construções em torno da casa principal direcionadas para a produção agrícola, como celeiro, cavalaria, oficinas e casas de antigos operários, armazém, zona de produção de azeite, adega e casa do caseiro (fig.61).

A nível da materialidade do existente, mais uma vez, os materiais utilizados nas construções preexistentes deste conjunto são comuns do Alentejo, como pavimentos revestidos a tijoleira tradicional de barro, paredes revestidas com reboco à base de cal, tetos com barrotes em madeira que suportam o telhado revestido a telha canudo e escadas revestidas a mármore de Estremoz.

Adaptando os valores encontrados nesta herdade à seleção segundo Navarro, dentro do valor documental encontramos a história desta quinta, com séculos de existência, passou por várias funções e teve um considerável peso no quotidiano das comunidades que, ao longo do tempo, aqui viveram e tiraram o seu sustento.

Como valores arquitetónicos destaca-se todo o conjunto edificado que foi crescendo com o tempo, com especial destaque para a construção mais antiga e principal, a torre secular que deu início a esta herdade, e os volumes adjacentes à torre, de arquitetura tradicional alentejana, como a casa principal, a capela, as casas dos operários, a cavalaria, o celeiro e oficinas. Insere-se nesta categoria também a métrica de vãos, as chaminés associadas às fachadas dos volumes menores, o sistema estrutural de todas as construções como abóbadas, arcos e estrutura do telhado, assim como a materialidade destas construções, também tradicionalmente alentejana, como a tijoleira tradicional e o rebolo à base de cal.

Já nos valores significativos destaca-se a importância que esta herdade sempre teve para as comunidades que à volta dela viviam: desde a produção de vinho e de olival às atividades ligadas à agricultura, esta herdade sempre empregou e serviu de habitação a um grande número de pessoas que daqui retiraram a sua subsistência e viveram, pessoas estas



Fig.63: Vista aérea da Herdade depois da intervenção



Fig.64: Capela, celeiro, torre central e casa principal antes da intervenção – Fachada Sul



Fig.65: Capela, celeiro, torre central e casa principal depois da intervenção – Fachada Sul



Fig.66: Fachada Norte do volume principal da herdade antes da intervenção



Fig.67: Fachada Norte do volume principal da herdade depois da intervenção

que, com os seus saberes, tradições e cultura, conferiam uma vida marcadamente rural e típica da área a este objeto arquitetónico, tornando-o seu e assim detentor de uma ‘alma’ e identidade únicas.

O projeto de intervenção de Mendes Ribeiro para o conjunto edificado de carácter agrícola e habitacional *“procurou, respeitando as características arquitectónicas do conjunto e da paisagem envolvente, dar resposta ao novo programa funcional”* (Ribeiro, 2014), preservando a identidade do local desde a manutenção das funções existentes e método construtivo com a inclusão de unidades de alongamento temporário.

Assim, a reabilitação contou com a distribuição programática (fig.62) de 19 unidades de alojamento de duas tipologias - casas alentejanas e quartos, receção, capela, restaurante, bar, sala de cinema, biblioteca, observatório astronómico, zonas de lazer, piscina interior e exterior, spa, centro equestre, loja de produtos regionais, estacionamento coberto e ainda picadeiro, horta biológica, pomar, vinha, olival e bosque.

Para isto, a casa principal passa a incluir a receção, acolhimento e serviços administrativos no piso 0 e habitação do proprietário no piso 1. A torre central é destinada a biblioteca e observatório astronómico no terraço do último piso. O antigo celeiro *“acomoda o spa e uma zona de quartos distribuída por dois pisos”* (Ribeiro, 2014) (fig.69). As cavalariças são adaptadas para receber a área social e de lazer (fig.70). As antigas casas de operários e oficinas recebem a função de alojamento com quartos e apartamentos (fig.68). A capela existente continua com a mesma função, sendo conservadas as suas características arquitetónicas, complementada com um pequeno adro no exterior.

Parte do programa, como o restaurante, adega e serviços de apoio, foi distribuído por novos edifícios que substituem as antigas construções degradadas e sem interesse patrimonial ou arquitetónico, contruídos no local exato das anteriores, que apresentam proximidade volumétrica ao existente e com a mesma métrica de vãos, mas que introduzem uma linguagem contemporânea. Contando com cobertura ventilada em lajetas de betão branco na qual são introduzidas chaminés, utilizadas para o sistema de ar condicionado, estes edifícios apresentam estrutura em betão e paredes de alvenaria pintadas a branco para dissipação do calor.

Fora do núcleo surge a piscina, a noroeste e alinhada com a casa principal, com balneários e área técnica. A poente do núcleo sucedem-se as novas cavalariças e zona do picadeiro e a nascente são *“implantadas arrecadações agrícolas, zonas técnicas e estacionamento coberto”* (Ribeiro, 2014).



Fig.68: Antigas habitações de operários antes e depois da intervenção – quartos

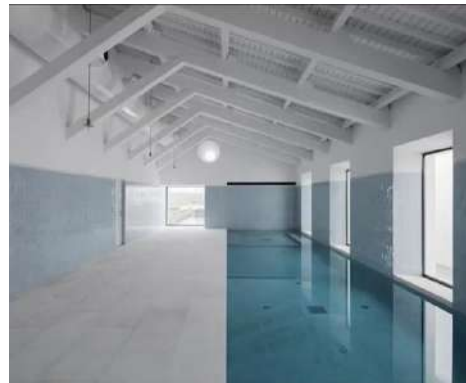


Fig.69: Antigo celeiro antes e depois da intervenção – piscina interior e estrutura conservada



Fig.70: Antiga cavaleriça antes e depois da intervenção – bar, instalações sanitárias e estrutura conservada



Fig.71: Materialidade antes e depois da intervenção – revestimento a tijoleira tradicional e mármore, reboco com base de cal, arcos e abóbadas conservados – torre

Mendes Ribeiro quis garantir a compatibilidade construtiva entre o existente e a reabilitação. Assim, procurou respeitar a preexistência optando pela sua conservação ao mesmo tempo que a dotou de níveis de conforto compatíveis com a contemporaneidade. Para isso, todo o sistema construtivo – abóbadas, arcos, estrutura do telhado – foi mantido assim como materiais tipicamente alentejanos, como a pedra mármore, tijoleira tradicional, reboco à base de cal, e até pedra irregular na calçada exterior, foram utilizados e conservados (fig.71). Para que o conforto térmico no interior dos edifícios exista, foi introduzida uma dupla caixilharia nos vãos. Embora a métrica de vãos tenha sido mantida, houve, quando necessário, abertura de novos vãos, mas a compartimentação interior seguiu a linguagem preexistente.

A reabilitação deste empreendimento para o Torre de Palma Wine Hotel, permitiu não só a inserção da atividade de alojamento turístico, como a manutenção das atividades que antes eram praticadas nestas terras. A agricultura, a produção de vinha e olival e a função de habitação dos proprietários mantiveram-se, permitindo que esta herdade continue a ter o valor significativo original para as populações residentes, oferecendo postos de trabalho e representando um meio de subsistência para a comunidade que faz a sua vida à volta desta herdade.

Ao serem mantidas estas atividades, o Torre de Palma Wine Hotel, que *“no coração do Alentejo vinhateiro não poderia existir sem aquela que é a sua identidade: a produção de vinho e, com ela, o enoturismo”*⁴⁹, para além de acolher o turista, dando a conhecer um pedaço de história e hábitos alentejanos e participando para o dinamismo das localidades envolventes, integra o povo local e contribui para a fixação de população e manutenção de tradições.

2.4. São Lourenço do Barrocal, Monsaraz

A Herdade do Barrocal, onde se localiza São Lourenço do Barrocal (fig.72), corresponde a um antigo monte alentejano que se estende por 780 hectares de planície preenchidos com olival e vinha, no concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, Alentejo Central.

Atentando à análise histórica desta herdade que pertence à mesma família há mais de duzentos anos, percebemos que desde sempre que São Lourenço do Barrocal se declara o

⁴⁹ Disponível em <https://www.torredepalma.com/o-hotel/torre-de-palma/>. Consultado em 13-04-2023.

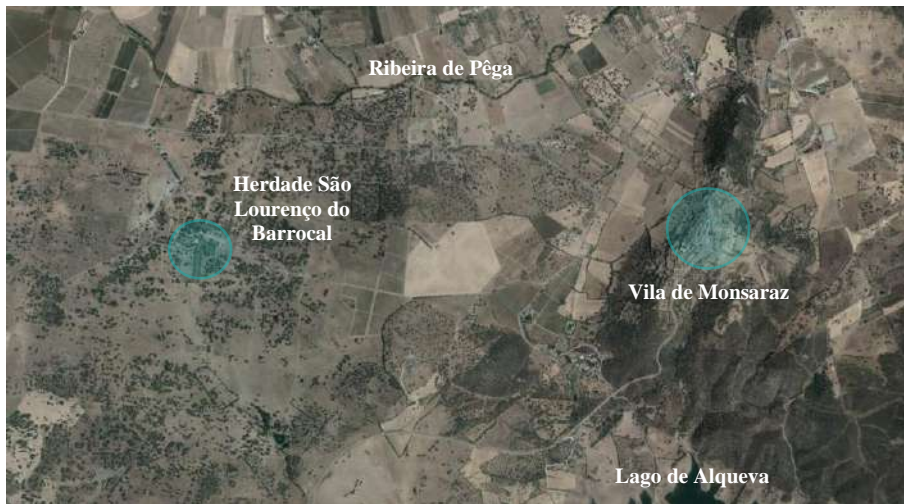


Fig.72: Localização da Herdade de São Lourenço do Barrocal



Fig.73: Comunidade da Herdade no século XIX



Fig.74: Vista aérea da herdade antes da intervenção

“*epicentro da cultura megalítica do Alentejo Central*”⁵⁰ onde paravam tribos sedentárias do neolítico. Esta história é registada, ainda hoje, nos barrocos que pontuam e caracterizam a paisagem que tão marcada é por esta particularidade natural do Alentejo.

Fundada na idade do Bronze e do Ferro e passando pelas ocupações romana e árabe, no século XIX a herdade cresce e torna-se num monte ou pequena aldeia agrícola onde a produção de cereais, legumes e vinho e criação de gado garantia o sustento e autonomia da comunidade de cerca de cinquenta famílias que aqui residiam com as suas próprias oficinas, salas de aula, cavalariças, celeiros, lagar de azeite e adega entre outras dependências (fig.73). Desta forma São Lourenço Barrocal foi referência e uma das herdades alentejanas mais desenvolvidas.

No entanto, a herdade é nacionalizada após o 25 de abril de 1974, assim como várias propriedades portuguesas e inicia-se um processo de decadência das construções e populações que levou a uma estagnação, sendo que no século XXI, José António Uva, um dos membros da oitava geração de viveu no monte, decide retornar a este as vivências e a comunidade local.

Esta herdade era assim composta por sete edifícios independentes de carácter agrícola, habitacional e de outros fins relacionados com as atividades que outrora aqui se desenvolviam, distribuídos ao longo de um arruamento central que divide o monte em parte Norte e Sul (fig.74). Numa análise material dos edifícios existentes constatou-se que a nível construtivo estavam presentes materiais originados na herdade, como a madeira dos eucaliptos locais e pedras como granito e xisto que eram complementados com técnicas e materiais tradicionalmente alentejanos, verificando-se a existência de arcos e abóbadas, rebocos com cal, tetos em madeira e telhados em telha de barro, tijolo maciço de adobe, tijoleira tradicional e a calçada irregular.

Adaptando os valores encontrados nesta herdade à seleção segundo Navarro, dentro dos valores documentais encontramos toda a sua história que, mais ou menos recente, é recordada com saudade pela comunidade local, o facto de pertencer à mesma família há centenas de anos e os métodos construtivos que revelam a época da sua construção.

Os valores arquitetónicos deste empreendimento residem na arquitetura tradicional de monte alentejano que o caracteriza, os edifícios que o compõem e todos os elementos como materiais, sistemas construtivos e morfologia que o constituem. Os caminhos, ruas e

⁵⁰ Disponível em <https://barrocal.pt/pt/estate/about/>. Consultado em 17-04-2023.



Fig.75: Vista aérea da herdade depois da intervenção



Fig.76: Planta de implantação atual do Hotel Rural da Herdade de São Lourenço do Barrocal

A- Estacionamento publico; B- Cavalariças; C- Estacionamento privado; D- Recepção, serviços administrativos, bar e sala de eventos; E- Restaurante; F- Loja; G- Arrumos e lavanderia; H- Spa; I- Casas rurais; J- Adega; K- Quartos; L- Piscina; M- Praça de touros existente.

até os barrocos que pontilham a paisagem, inserem-se também dentro deste conjunto de valores.

Já os valores significativos são os que maior peso têm nesta herdade, inclui-se a sua história, toda ela carregada de histórias das pessoas que dela fizeram seu sustento e sua habitação, o sentimento de pertença por parte das comunidades e a afeição que as pessoas sentem em relação ao passado pelo peso importante que a herdade representou nas suas vidas. Todos estes aspetos garantem a este lugar uma identidade única e distinta.

Depois de, em 2002, passar um ano a viver na herdade e a estudar a sua história e dia-a-dia, José António Uva, percebeu a grandiosidade e complexidade implicadas na intervenção na Herdade de São Lourenço do Barrocal e, assim, para além de reunir com uma equipa de arqueólogos, paisagistas e arquitetos, convida também o arquiteto Eduardo Souto de Moura para realizar o projeto de reabilitação e transformação desta herdade num Hotel rural de luxo.

Segundo Souto Moura, este lugar, de ambiente ímpar, era um “*miniuniverso*” que tinha a sua própria hierarquia: uma rua, uma praça de touros e dependências que se encontravam em bom estado de conservação.

Decorrente do contexto atual, o objetivo era inserir, em comunhão com exploração das culturas existentes nas terras, uma nova função de exploração turística neste espaço e conferir níveis superiores de conforto contemporâneos, respeitando a sua história e valores e retornando-lhe a vida que um dia teve, uma vez que “*A única maneira de preservar o património é viver com ele e usá-lo*” (Souto Moura, 2017)⁵¹.

A adaptação da nova função de hotel rural aos vários espaços da herdade, sem que daí resultasse uma descaracterização do lugar e de maneira a respeitar a identidade e valores do local, foi um dos principais objetivos e desafios desta intervenção.

Assim, o conjunto de edifícios de carácter agrícola foi reabilitado para desempenhar esta nova função, compreendendo o seguinte programa: 40 unidades de alojamento de três tipologias, distribuídas em 22 quartos, 2 suites e 16 casas rurais; uma receção; serviços administrativos; restaurante aberto a todo o público; bar; loja com pátio; spa; salas multiusos; adega; estábulos; pista de equitação; piscina; horta biológica e pomares que complementam a vinha e olival existentes e mantidos (fig.76).

⁵¹ Disponível em <https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/>. Consultado a 23-04-2023.



Fig.77: Núcleo construído principal da Herdade de São Lourenço do Barrocal após intervenção



Fig.78: Rua central (Rua do Monte) sentido nascente antes da intervenção (2002) e depois (2016)



Fig.79 e 80: Rua central (Rua do Monte) sentido poente antes da intervenção (2002) e depois (2016)

Para inserção do programa, o arruamento principal, chamada de Rua do Monte (fig.78 a 80), foi reafirmado, e a função agrícola no edificado diretamente relacionado com esta rua, foi eliminada sendo que produção de vinho e as cavaliças foram remetidas para um edificado mais isolado.

No edifício principal encontramos a receção que comunica com instalações sanitárias públicas e espaço de estar que possui o bar, marcado pelas abóbadas e pilares que as suportam (fig.81 e 82). A sala de eventos, situada num antigo lagar com acesso a um pátio na zona norte do primeiro corpo deste edifício. O spa está perpendicular ao arruamento e inclui ginásio e balneários. Os quartos que se encontram neste edifício têm acesso direto pelo arruamento e destacam-se pela nova compartimentação interior já que a anterior foi totalmente demolida. A norte, no limite do conjunto, encontramos a adega que comporta zonas de trabalho, armazenagem, laboratórios e salas de provas.

Noutro edifício, ainda no mesmo arruamento, encontramos os restantes quartos do hotel, com a mesma organização interior dos anteriores, com acessos através do pátio do edifício principal, do alpendre localizado no arruamento ou pela fachada nascente (fig.83 e 84). No edifício mais a sul aparece o restaurante no antigo canil com entrada independente, composto por duas salas de refeição, instalações sanitárias públicas, cozinha e áreas de serviço. No edifício seguinte surge a loja e espaço infantil que servia anteriormente de galinheiro e pombal. A encerrar o arruamento principal estão os restantes alojamentos que se dividem em apartamentos de tipologia T1, T2 e T3.

Fora do núcleo do monte, o centro hípico localiza-se nas antigas pocilgas onde funciona a respetiva receção, arrumos, estábulos, instalações sanitárias e picadeiro. Já a piscina principal é implantada junto à antiga Casa do Hortelão.

A nível da materialidade, uma das principais preocupações da reabilitação de Souto Moura foi a compatibilidade construtiva entre o antigo e o contemporâneo através de uma obsessão pela autenticidade. Sempre que possível foram utilizados materiais próprios da arquitetura preexistente, houve por exemplo um esforço na recuperação de tijolos e telhas de adobe. Embora tenha havido um reforço estrutural em metal e as lajes dos pisos superiores executadas em betão, todos os elementos característicos como abóbadas e arcos em tijolo foram recuperados.

As paredes exteriores são caiadas a branco e apresentam a característica textura das fachadas alentejanas (fig.85 e 86). No interior as paredes interiores



Fig.81 e 82: Espaço de estar antes e depois da intervenção – conservação da linguagem arquitetónica, estrutura (arcos) e materiais



Fig.83 e 84: Alpendre de acesso aos quartos antes e depois da intervenção – conservação da estrutura (arcos pilares, paredes)



Fig.85 e 86: Exterior caiado a branco, textura das paredes e telha utilizada

Fig.87 e 88: Interior – conservação das abóbadas, reboco com cal, revestimento em xisto e tijoleira tradicional de adobe

seguem a mesma linguagem e o ambiente rústico é conferido através da tijoleira tradicional, tetos brancos em madeira e xisto que aparece pontualmente (fig.87 e 88).

Ao nível dos vãos, a caixilharia segue o desenho preexistente com janelas equipadas com vidro duplo e portada para maior conforto térmico. No que toca a esta questão, todos os espaços são equipados com sistemas de climatização que são inseridos no interior através de elementos impercetíveis ou através de novas chaminés que os escondem e mantêm o traço rústico dos edifícios.

A intervenção pensada pelo proprietário José Uva e o arquiteto Souto Moura teve como conceito primário a manutenção e o respeito pela preexistência, pelos valores e pelo significado que este conjunto arquitetónico tem na comunidade, introduzindo o turismo rural como complemento às atividades que desde sempre se desenvolveram na herdade.

Desta forma a introdução da atividade turística em São Lourenço do Barrocal apresenta-se como um projeto sincero, livre de fachadismo e luxos excessivos. A ocupação prevista é de baixa densidade, e mostra-se uma exploração turística que tira partido da multifuncionalidade do montado sem comprometer a preservação da paisagem, o respeito pelos recursos e a conservação da biodiversidade.

No âmbito sociocultural a implementação do hotel São Lourenço do barrocal demonstra-se positiva para as comunidades envolventes e concelho de Reguengos de Monsaraz pela criação de postos de trabalho, não só na atividade hoteleira, mas nas atividades preexistentes de produção agrícola, que foram reativadas com esta reabilitação, o aumento do número de camas na região contribui para o aumento da capacidade hoteleira que atrai mais hóspedes e conseqüentemente impulsiona o comércio e economia locais.

Em suma, o projeto de São Lourenço do Barrocal contribuiu para um enlace benéfico entre o património material e imaterial que esta herdade carrega e o turismo, contribuindo para um desenvolvimento sustentável da região uma vez que desde o princípio foram consideradas as questões de preservação de valores, utilização coerente de recursos, valorização do património arquitetónico e arqueológico, continuidade das atividades originais e consideração pelo bem-estar da comunidade.

**CAPÍTULO III – Caso de Estudo – A Reabilitação da Casa do Mirante de
Monforte**

3.1. Evolução Histórica do Objeto no Lugar

Como anteriormente referido, a Casa do Mirante localiza-se no núcleo urbano de Monforte, vila do Norte Alentejano. Neste aglomerado construído entre muralhas, destacam-se alguns elementos arquitetónicos, como a Praça da República, a Câmara Municipal e a Igreja Matriz de Monforte. Extramuros os espaços que mais sobressaem são o Rossio, onde se encontram as igrejas do Calvário, da Nossa Senhora da Conceição, de São Batista e a Ponte Romana que atravessa a Ribeira Grande.

A Casa do Mirante insere-se no núcleo urbano intramuros da vila de Monforte, extremamente densificado, contrastando com o restante território que apresenta construções pontuais e raras combinadas com extensos vazios, como é típico da organização do território no Sul do país. A forma urbana desta vila é resultado da adaptação à morfologia do terreno e da evolução e crescimento ao longo do tempo (fig.89).

Os verdes existentes dentro da cerca urbana correspondem, na sua maioria, a logradouros das casas, pequenos jardins, interiores de quarteirões ou terrenos privados. Já fora da cerca é o Rossio que ocupa a maior mancha de espaço vazio e verde (fig.90 e 94), é atravessado pelo IP2 e Ribeira Grande e, ao ser um espaço vazio e de ninguém, confunde-se com o restante território da planície alentejana, composto maioritariamente por montado. Estes espaços vazios de construções, representam um papel crucial na organização territorial e no dia a dia das pessoas que com eles convivem.

Quanto aos espaços públicos no núcleo urbano (fig.91), revelam-se escassos, sendo estes limitados à Praça da República, Largo José Carlos Malato e Terreiro do Castelo de Monforte.

A vila de Monforte apresenta um número reduzido de equipamentos frutuosos à população (fig.92), sendo que estes se encontram essencialmente localizados junto à praça central onde podemos encontrar a biblioteca, lar, centro de atividades, hospital, entre outros. No que respeita a igrejas e capelas, estas demonstram-se elementos muito presentes que, embora muitas já não possuam a sua função original, representam símbolos de atração pelo seu valor histórico e arquitetónico.

Juntam-se às igrejas e capelas outros pontos de interesse que podem funcionar como atração turística nesta vila (fig.93), em particular a Praça da República, Capela dos Ossos, Varandim Panorâmico, Terreiro do Castelo de Monforte, Rossio e Jardim Poeta António Sardinha.



Fig.89: Planta de localização e identificação de espaços



Fig.90: Análise de espaços verdes
Verde claro - verde privado; Verde escuro - verde público



Fig.91: Análise espaços públicos.
1- Praça da República; 2-Jardim da Biblioteca; 3- Terreiro do Castelo de Monforte; 4-Jardim Poeta António Sardinha; 5-Rossio



Fig.92: Análise equipamentos, Igrejas e Capelas
1- Câmara Municipal de Monforte; 2- Biblioteca Municipal de Monforte; 3- Centro de Atividades; 4- CEFUS; 5- Hospital; 6- Sta. Casa da Misericórdia de Monforte; 7- Hotel (atualmente encerrado). a- Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Monforte; b - Igreja Matriz; c- Igreja da Madalena; d- Igreja de S.Pedro; e- Capela do Senhor da Boa Morte; f-Igreja de São João Baptista; g- Igreja de Nossa Sra. da Conceição; h- Capela do Calvário.



Fig.93: Análise espaços de interesse.
1- Praça da República; 2- Igreja Matriz; 3- Capela dos ossos; 4- Varandim Panorâmico; 5- Terreiro do Castelo de Monforte; 6- Igreja da Madalena e Espaço Museológico; 7- Rossio de Monforte; 8- Jardim Poeta António Sardinha

Como foi já explicado no primeiro capítulo deste texto, a Casa do Mirante encontra-se alicerçada em parte do antigo Convento do Bom Jesus de Monforte.

Na análise histórica desta importante instituição religiosa à sua época, conseguida através de informações cedidas pelo historiador José Inácio Militão, percebemos que este possuiu quatro fases ao longo da sua existência.

A primeira fase (fig.96), corresponde à sua fundação, que terá acontecido entre 1500 e 1520, antes desta data já vários familiares do padre Fernão Zebreyro Moutoso habitavam o lugar do Convento de forma religiosa, mas é entre 1500 e 1515 que este padre e a sua irmã lançam os fundamentos materiais e espirituais do futuro Convento do Bom Jesus com a elaboração das primeiras obras de construção do edifício original localizado nas imediações da, à época, Praça Pública de Monforte. Em 1518 Fernão Moutoso vai até Roma procurar o Papa Leão X, com o intuito de conseguir a sua bênção sagrada e o reconhecimento papal do Convento. Dois anos depois, o Papa declara-o como a “Casa do Bom Jesus de Monforte”.

A segunda fase (fig.97), refere-se ao seu aumento e apogeu, no século XVIII. Neste período há um grande desenvolvimento do convento. Este século é designado como o “século do ouro” onde este teve um papel muito relevante nos campos religioso, social e económico, sendo detentor de muito património imobiliário na vila e concelhos vizinhos. Este património – herdades, vinhas, terrenos - foi conseguido através de ofertas de famílias poderosas que inscreviam no convento as suas filhas e sobrinhas. Esta riqueza permitiu ampliação e melhoria do convento como a construção de uma nova cerca, dois lanços do claustro com varandas e arcos, dormitório, entre outras dependências, para que fosse possível acolher todas as pessoas matriculadas na instituição.

Em meados do século XVIII, após conclusão das obras, o convento apresentava: uma extensa superfície retangular que abrangia as frentes de duas ruas e uma parte da praça pública; um pátio ou claustro interior de planta retangular de dois pisos envolto de várias habitações; uma cerca com acesso direto à cava do castelo na fachada sul; um grande dormitório; a “Casa da Roda” para as crianças abandonas e a igreja igualmente remodelada. Junto com estas transformações do convento também o interior foi melhorado com relevo para o revestimento a azulejos azuis e brancos colocados em 1749.

Já na terceira fase (fig.98), em oposição à segunda, assiste-se ao declínio espiritual e económico do convento, refletido na alienação dos seus bens imobiliários. Depois de 1834, com as reformas liberais, dá-se uma grande decadência, que culmina na sua total extinção a 12 de julho de 1862. O edifício do convento é então adquirido por Duarte Dias da Câmara junto com alguns dos seus bens rústicos.



Fig.94: Vista geral do Rossio de Monforte



Fig.95: Ponte Romana de Monforte sobre a Ribeira Grande

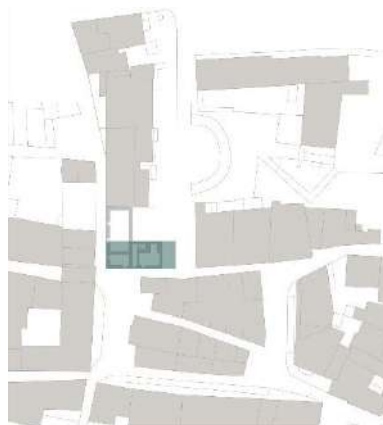


Fig.96: Ocupação do Convento – 1ª fase, Fundação, séc. XVI

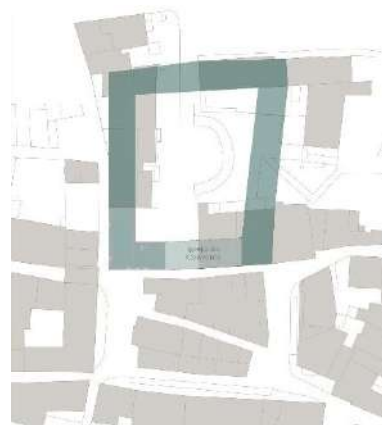


Fig.97: Ocupação do Convento – 2ª fase, Ampliação e Apogeu, séc. XVI

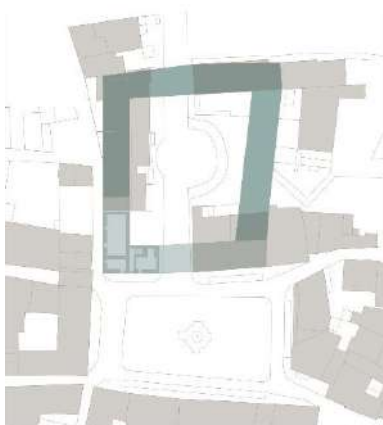


Fig.98: Ocupação do Convento – 3ª fase, Declínio, séc. XIX

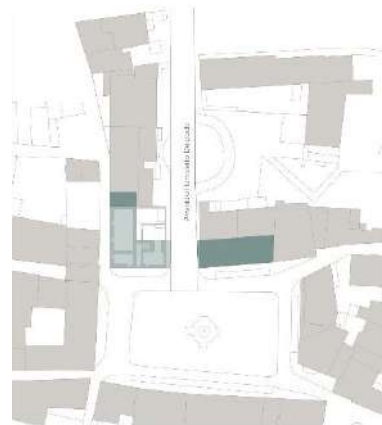


Fig.99: Ocupação do Convento – 4ª fase, Demolição e Remoção, séc. XX

A quarta e última fase (fig.99), acontece na primeira metade do século XX e é marcada pela venda, doação e consequente demolição de restantes partes do edifício que alterou inteiramente a malha urbana da área que ocupava, conduzindo ao seu parcial desaparecimento e total destruição como elemento arquitetónico, dada a sua divisão em parcelas. Uma das partes foi cedida para a abertura de uma nova rua, a atual Avenida Humberto Delgado.

Um dos fragmentos resultantes da divisão do convento, a sul, deu origem a um edifício que, segundo registos já desempenhou a função de centro comercial e que hoje corresponde à Casa do Mirante, um património arquitetónico e vernacular não monumental inserido no centro histórico da Vila de Monforte.

3.2. A Situação Atual

3.2.1. Levantamento Arquitetónico

A Casa do Mirante reflete-se num objeto arquitetónico com valores que lhe concedem identidade, já anteriormente identificados. Com origem no século XX, mas com elementos herdados do Convento do Bom Jesus do século XVI, esta casa apresenta uma arquitetura urbana alentejana tradicional onde se destacam as várias abóbadas, arcos estruturais e o Mirante.

Esta casa que desempenha hoje as funções de habitação e restauração encontra-se no centro histórico da vila sendo rodeada dos edifícios mais importantes desta vila. Em plena Praça da República, este local apresenta, na sua maioria, edifícios de habitação de cêrcea semelhante combinados com edifícios de comércio, restauração, e serviços como a Câmara Municipal, Biblioteca Municipal, assim como igrejas.

A compartimentação interior dos 4 pisos que compõem a Casa do Mirante (fig.100 a 105), foi já enunciada, baseando-se esta na distribuição das áreas públicas no rés do chão e as mais privadas nos restantes pisos, culminando no ultimo piso que é reservado ao Mirante, peça mais marcante e singular desta casa, que se eleva e relação à cêrcea dos restantes edifícios na envolvente e, desta forma, proporciona admiráveis contemplações da Vila de Monforte e da paisagem distinta pelas extensas planícies e natureza, simbolicamente Alentejana.

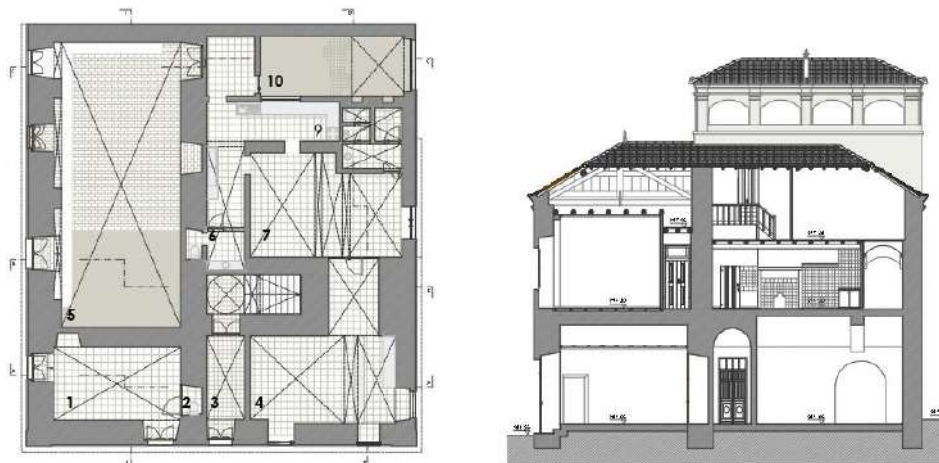


Fig.100: Planta piso 0 e Corte A – Existente

1 - Sala (22.40m²); 2 - Instalação Sanitária (1.20m²); 3 - Átrio (7.70m²); 4 - Cafeteria (37.10m²); 5 - Capela (80.00m²); 6 - Instalação Sanitária (4.15m²); 7 - Restaurante (30.00m²); 8 - Instalação Sanitária (6.55m²); 9 - Cozinha (17.40m²); 10 - Armazém (24.40m²)

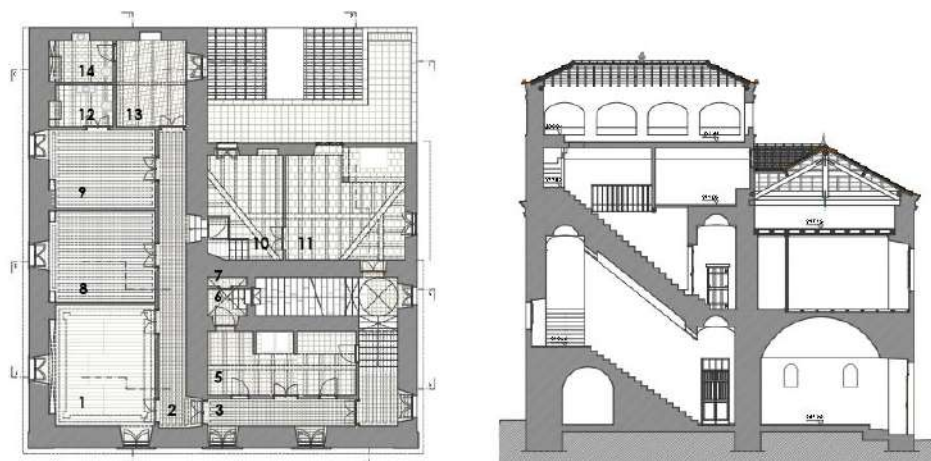


Fig.101: Planta piso 1 e Corte B – Existente

1 - Sala (27.95m²); 2 - Circulação Horizontal (18.40m²); 3 - Circulação Horizontal (10.40m²); 4 - Átrio (5.80m²); 5 - Cozinha (19.40m²); 6 - Átrio (2.40m²); 7 - Arrumos (0.65m²); 8 - Quarto (20.80m²); 9 - Quarto (17.85m²); 10 - Escritório (14.10m²); 11 - Sala (23.30m²); 12 - Instalação Sanitária (5.40m²); 13 - Instalação Sanitária (5.80m²); 14 - Quarto (13.70m²); 15 - Terraço (22.90m²)

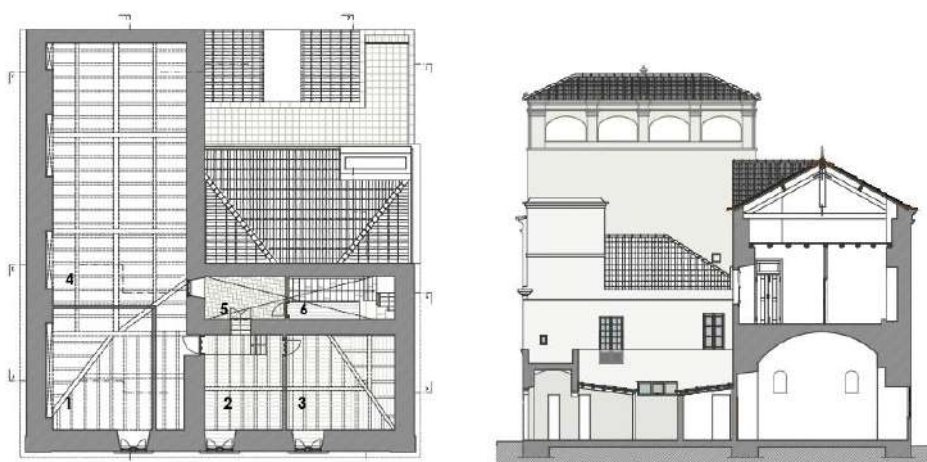


Fig.102: Planta piso 2 e Corte C – Existente

1 - Espaço vazio (27.95m²); 2 - Quarto (13.60m²); 3 - Quarto (22.30m²); 4 - Espaço da Estrutura do Telhado (82.15m²); 5 - Átrio (7.20m²); 6 - Circulação Horizontal (3.80m²)

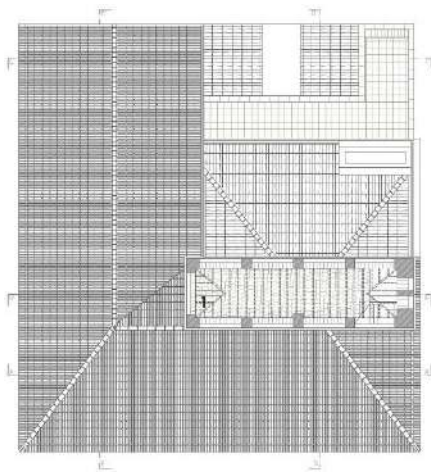


Fig.103: Planta piso 3 e Corte D – Existente
1 - Mirante (17.50m²)

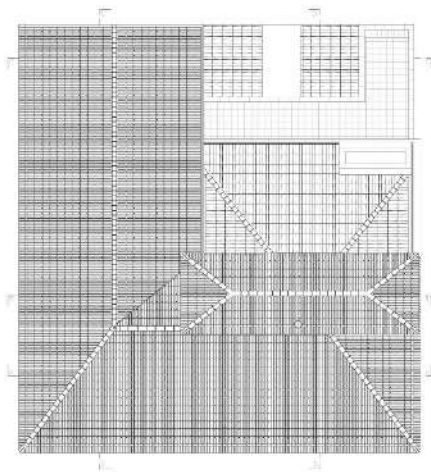
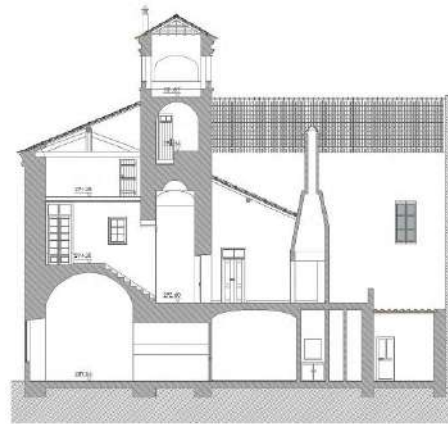


Fig.104: Planta cobertura e Corte E – Existente

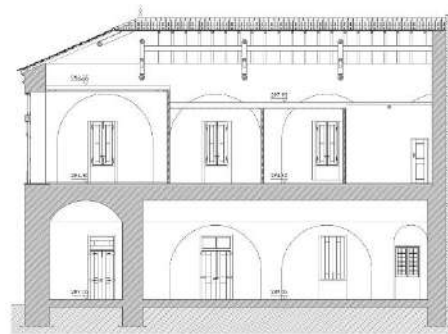


Fig.105: Representação dos alçados Sul (Rua Moreira Costa Pinto); alçado Nascente (Rua da República); alçados Norte (Avenida Humberto Delgado) - Existente



Fig.106: Piso 0 – Capela (5) – teto em abóbada



Fig.107: Piso 0 – Capela (5) – Arcos estruturais



Fig.108: Piso 0 – Restaurante (7) – teto em abóbadas



Fig.109: Circulação vertical - acesso ao piso 1 – Escada em granito e teto em abóbada



Fig.110: Piso 1 – sala (11) – Teto em barrotes de madeira e lareira





Fig.111: Piso 1 – Escritório (10) – Teto em barrotes de madeira



Fig.112: Piso 1 – Circulação horizontal (3) – Acesso à cozinha



Fig.113: Piso 1 – Cozinha (5)



Fig.114: Piso 1 – Circulação horizontal (2) – Acesso aos quartos



Fig.115: Piso 1 – Quarto (9) – Arco estrutural e soalho em madeira



Fig.116: Piso 1 – Quarto (8) – Arco estrutural, soalho em madeira e teto saia-camisado



Fig.117: Piso 1 – Quarto (9) – Arco estrutural e soalho em madeira



Fig.118: Circulação vertical
- Acesso ao piso 2 e 3



Fig.119: Piso 2 (devoluto) - Circulação horizontal (6)
- Teto em abóbada e pavimento em tijoleira tradicional



Fig.120: Piso 2 (devoluto) - Átrio (5) - Teto em abóbada e pavimento em tijoleira tradicional



Fig.121: Piso 2 (devoluto) - Quarto (2) - Teto em barrotes de madeira e pavimento em soalho



Fig.122: Piso 2 (devoluto) - Espaço vazio (4) - Estrutura do telhado

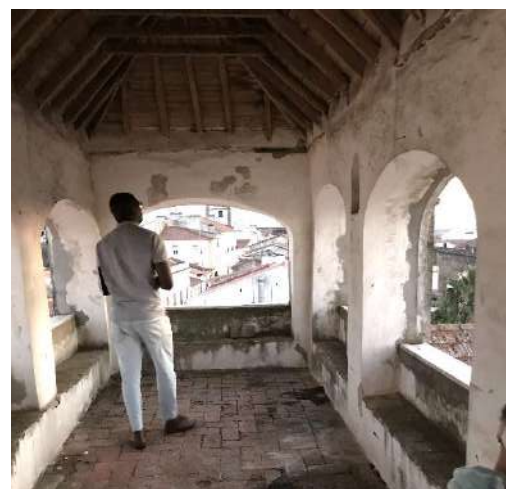


Fig.123: Piso 3 - Mirante (1) - Pavimento em tijoleira tradicional

3.2.2. Caracterização Construtiva

Como anteriormente referido, a Casa do Mirante, objeto em estudo neste trabalho, é caracterizada pelo emprego de materiais e técnicas construtivas tradicionalmente alentejanas. Encontramos pedra miúda, granito, xisto, cal, tijoleira tradicional e tijolo maciço de adobe que é aplicado nas abóbadas e arcos. Todos estes materiais utilizados na sua construção são locais e provenientes do território alentejano.

Com a finalidade de acrescentar informação e pormenor ao que já foi descrito sobre a Casa do Mirante no capítulo I, no que se refere às paredes exteriores, têm considerável largura de cerca de um metro e englobam uma função estrutural. Estas são constituídas, do exterior para o interior por, respetivamente: reboco de cal, alvenaria de pedra miúda, e revestimentos interiores em reboco de cal, peças cerâmicas ou peças de pedra, como mármore, dependendo da função de cada espaço. Já as paredes interiores, que se destinam à divisão de espaços interiores e não servem à função estrutural, são elaboradas em tabique e revestidas a reboco ou tijoleira, nas zonas secas e húmida, respetivamente.

Os pisos estão assentes em abóbadas ou estruturas de madeira. Quanto aos revestimentos dos pavimentos, no piso 0, tal como é normal na casa tradicional alentejana, encontramos materiais como o mosaico hidráulico, pedra mármore e tijoleira. No piso 1 observa-se a tijoleira tradicional, soalho de madeira, azulejo e, mais uma vez, o mosaico hidráulico. No piso 2 os pavimentos são limitados à tijoleira tradicional e ao soalho de madeira. Já o piso 3, o piso do Mirante, é totalmente revestido a tijoleira tradicional. As escadas de acesso ao piso 1 são revestidas a granito e as de acesso aos pisos 2 e 3 são revestidas a xisto.

A cobertura desta Casa não é acessível, apresenta-se em telhado inclinado, com estrutura de madeira e revestida a telha marselha na sua maioria, sendo a telha canudo presente, mas em menor área.

No que toca aos vãos, são encontrados em grande número neste edifício, sendo também variados, mas com uma característica comum a todos: o sistema de batente. A maioria dos caixilhos são em madeira com vidro simples e originais do objeto arquitetónico. No entanto existem, pontualmente, janelas e portas cuja colocação é evidentemente posterior à época da Casa, já que apresentam caixilharia em PVC.

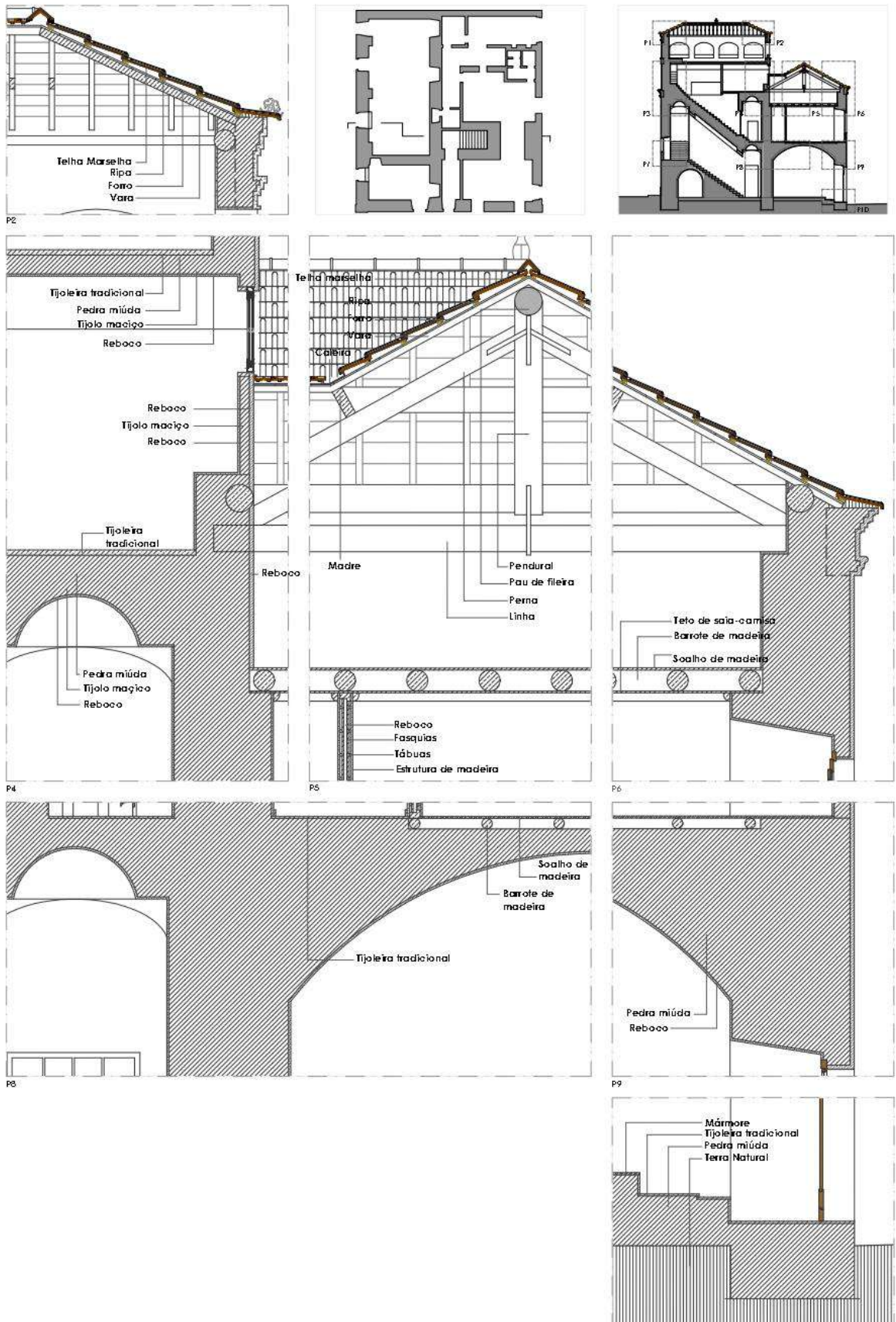
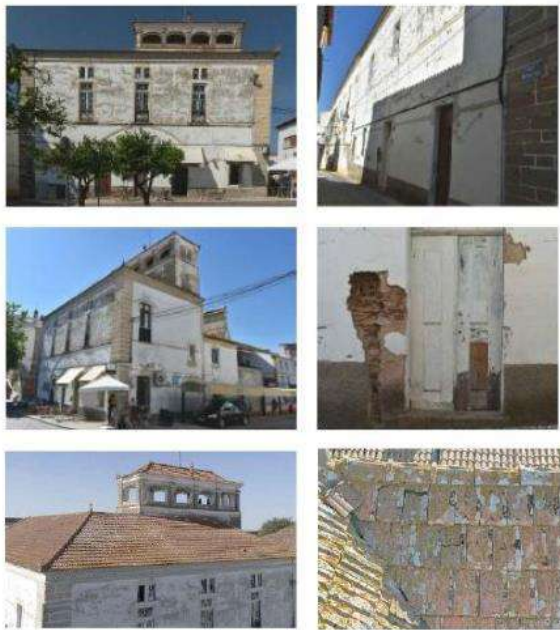


Fig.124: Pormenores construtivos - Existente

REVESTIMENTOS EXTERIORES



ESTRUTURA TELHADO



REVESTIMENTOS INTERIORES



VÃOS INTERIORES E EXTERIORES – CAIXILHARIA EM MADEIRA



Fig.125: Conjunto de imagens dos materiais existentes

3.2.3. Estado de Conservação

Fruto de uma profunda análise do objeto em estudo e atendendo à sua idade, optou-se por dividir o estado geral de conservação da Casa do Mirante em duas partes: a primeira engloba o piso rés do chão e piso 1 que se encontram em razoável estado de conservação, estando as condições de habitabilidade perfeitamente asseguradas, mas que apresentam patologias que, embora não afetem o desempenho das funções destas áreas, requerem manutenção, mas que são de fácil resolução. A segunda parte corresponde ao piso 2 cujo estado de conservação se apresenta razoável a mau, pois possui anomalias que prejudicam o aspeto, uso e condições de conforto requerendo trabalhos de manutenção de difícil e dispendiosa execução como a substituição ou reparação de elementos e trabalhos de limpeza.

De modo geral são observáveis no objeto em estudo patologias inseridas nas categorias de orgânicas, químicas, físicas, de água, estéticas e estruturais, sendo as mais incidentes as do tipo físico.

Dado o género de patologias existentes, estas seriam facilmente evitadas se ao longo do tempo fossem realizadas manutenções periódicas que permitiriam o prolongamento do bom aspeto estético e funcional dos espaços. Desta forma, verifica-se um abandono, desleixo e negligência na preservação de algumas áreas desta casa que causam a degradação mais avançada e rápida de vários elementos.

Atualmente a Casa do Mirante carece de várias intervenções de manutenção e reparação ligeiras como correções de eventuais penetrações de água que são causa de diversas anomalias em vários elementos e, noutros casos, necessita também de reparações profundas ou mesmo substituições, se assim se demonstrar extremamente necessário, de componentes como caixilharias de madeira, pavimentos e revestimentos.

No ato da análise do estado de conservação do objeto arquitetónico foi elaborada uma tabela, apresentada a seguir, que aborda as patologias encontradas neste edifício presentes quer em paredes, pavimentos ou tetos e a respetiva caracterização origem e resolução com respetivas fotografias das patologias presentes.

PATOLOGIAS		CARACTERIZAÇÃO	LEGENDA
ORGÂNICAS	Decomposição ou apodrecimento	Paredes antigas são mais permeáveis do que as modernas. Os rebocos e outros materiais quando expostos a humidade do ar, frio, áreas mal ventiladas, falta de luz solar ou por acção de infiltrações de água por fissuras da fachada, surgem as manchas, algas e fungos.	1
	Presença orgânica		2
QUÍMICAS	Corrosão / Oxidação	Interação destrutiva de um material com o meio ambiente, como resultado de reacções químicas ou electroquímicas, associadas ou não a acções físicas ou mecânicas de degradação.	3
	Enegrecimento da superfície		4
	Migração de sais		5
OPERACIONAIS	Elemento inexistente/desaparecido	Caracteriza-se pela ausência de elemento essencial que deveria ter sido aplicado na construção. Elemento em falta.	6
	Elemento instável	Caracteriza-se por elemento apresenta instabilidade ou desequilíbrio.	7
	Elemento não protegido	Caracteriza-se por falha de revestimento final ou de protecção	8
	Estrutura enfraquecida	Caracteriza-se por existência de falha na resistência dos materiais que constituem a estrutura.	9
FÍSICAS	Desgaste	caracteri-se por desgaste físico da camada superficial dos materiais.	10
	Fractura	Manifesta-se por aparecimento de fissura que quando alastrada se torna uma fratura.	11
	Fissuração		12
	Deformação	Alteração da forma original do elemento.	13
	Desagregação	Perda de aderência entre argamassa e parede com destacamento da argamassa em relação do suporte ou perda de coesão.	14
	Superfície riscada	Existência de pequenas fissuras na camada superficial do material.	15
	Empolamento da superfície	Existência de bolhas/ampliação na camada superficial dos materiais.	16
	Superfície ou elemento quebradiço	Superfície de acabamento com fissuras variadas e falhas no material.	17
DE ÁGUA	Condensação	Condensação é a transformação de um gás num estado líquido que leva a aparecimento de manchas.	18
	Manchas de humidade	Caracteriza-se pela presença manchas na superfície dos materiais.	19
ESTÉTICAS	Descaracterização	Materiais ou elementos visivelmente diferentes ou não adequados que não são compatíveis esteticamente com o local de aplicação.	20
	Instalação eléctrica descuidada	Presença de elementos poluidores ou dissonantes do conjunto.	21
	Sujidade	Presença de porosidade, escrementos e outros	22
ESTRUTURAIS	Cantaria fracturada	Existência de fratura visível no material.	23
	Deformação de molduras (portas/janelas)	Empenamento de elementos.	24
	Pavimentos desnivelados	Diferença de cotas de altura no pavimento.	25

○ Teto □ Pavimento 🏠 Parede

Fig.126: Tabela de patologias existentes – Caracterização

PATOLOGIAS		ORIGEM	LEGENDA
ORGÂNICAS	Decomposição ou apodrecimento	Podridão facilitada pela presença de humidade e deficiente arejamento; Ataque de insectos xilófagos; Deficiente manutenção; Ação de fungos.	1
	Presença orgânica		2
QUÍMICAS	Corrosão / Oxidação	Pormenorização deficiente; Elevado teor de cloretos no ar.	3
	Enegrecimento da superfície	Sais; Má impermeabilização causadora de humidade elevada permanente; Escoamentos de águas das coberturas.	4
	Migração de sais	Água ascendente por capilaridade através das fundações e paredes; Infiltrações de água das chuvas através de tendas.	5
OPERACIONAIS	Elemento inexistente/desaparecido	Remoção de elemento; Mudança de função; Trabalho de obra inacabado ou mal executado.	6
	Elemento instável	Estrutura mal concebida ou apodrecida; Execução inacabada; Falta de manutenção após degradação.	7
	Elemento não protegido	Elemento inacabado.	8
FÍSICAS	Estrutura enfraquecida	Podridão facilitada pela presença de humidade e deficiente arejamento; Ataque de insectos xilófagos.	9
	Desgaste	Má manutenção. Inundações, infiltrações ou fugas fortuitas de grande intensidade que não sejam imediatamente debelada.	10
	Fractura	Variação de temperatura externa; Retracção dos materiais; Mau comportamento térmico; pequenas deformações da estrutura; Tensionamento das telas ou membranas; Argamassa de assentamento desadequada; Pequenas deformações da estrutura.	11
	Fissuração		12
	Deformação	Entrada de água para o interior do edifício; sobrecarga da estrutura.	13
	Desagregação	Humidade proveniente do terreno em contacto com a parede; Má ventilação; Pontes térmicas.	14
	Superfície riscada	Uso humano; Desgaste.	15
	Empolamento da superfície	Má preparação e qualidade do suporte; Pinturas e rebocos inadequados; Falta de manutenção; Presença prolongada de água	16
	Superfície ou elemento quebradiço	Argamassa de assentamento desadequada; Falta ou juntas estreitas Deformações da estrutura; Má execução ou qualidade; Desgaste.	17
	Condensação	Condensação é provocada por pontes térmicas.	18
DE ÁGUA	Manchas de humidade	Origem na fachada/cobertura; Fugas em canalizações; infiltrações pelas caixilharias; Humidade ascendente; Deficiente isolamento.	19
ESTÉTICAS	Descaracterização	Implementação de elementos desadequados ao contexto envolvente; Atualização de sistemas e materiais inadequados.	20
	Instalação eléctrica descuidada	Descuido e despreocupação na execução de trabalhos posteriores à obra.	21
	Sujidade	Acumulação de lixos provocada pela decomposição dos materiais.	22
ESTRUTURAIS	Cantaria fracturada		23
	Deformação de molduras (portas/janelas)	Deficiente concepção (esbeltez excessiva) e manutenção; Protecção insuficiente contra a corrosão; Efeito de cargas verticais transmitidas pelas paredes;	24
	Pavimentos desnivelados		25

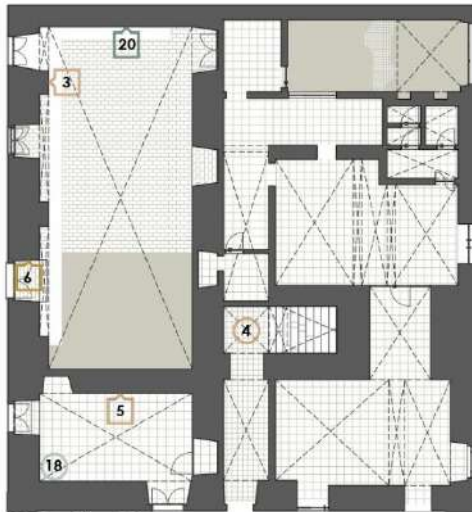
○ Teto □ Pavimento 🏠 Parede

Fig.127: Tabela de patologias existentes – Origem

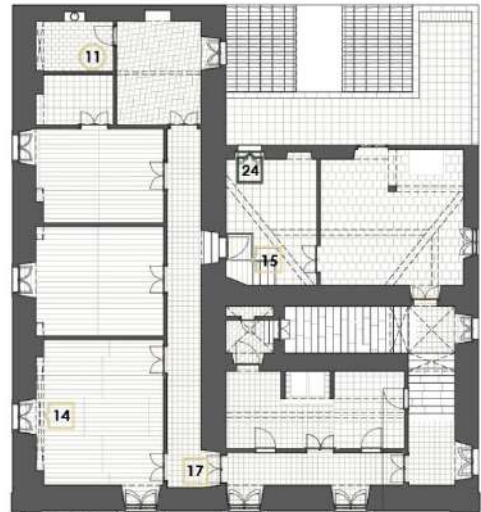
PATOLOGIAS		RESOLUÇÃO	LEGENDA
ORGÂNICAS	Decomposição ou apodrecimento	Quando apodrecidas as massas, proceder à retirada desta camada e substituir por nova; Corrigir fissuras da fachada e proceder à sua impermeabilização; Instalação de ventilação mecânica / abrir janelas garantindo arejamento e ventilação.	1
	Presença orgânica		2
QUÍMICAS	Corrosão / Oxidação	Quando a corrosão é demasiada e o material for de fácil substituição deverá proceder-se a esta; Aplicar tintas e vernizes de protecção; Impermeabilizar com hidrofugante; Aplicar bloqueadores de poros.	3
	Enegrecimento da superfície		4
	Migração de sais		5
OPERACIONAIS	Elemento inexistente/desaparecido	Proceder ao enchimento com material adequado com a devida camada de protecção final. Proceder à restituição do mesmo.	6
	Elemento instável	Reforço estrutural ou encaixes com ou sem substituição do elemento conforme as condições físicas deste.	7
	Elemento não protegido	Proceder à instalação da devida camada de protecção, por exemplo aplicação de reboco.	8
	Estrutura enfraquecida	Aplicação de reforços/ enchimento com massas, instalação de camadas de protecção ou substituição total do elemento.	9
FÍSICAS	Desgaste	Reparação ou substituição da peça e nova utilização correcta com devida manutenção.	10
	Fractura	As fissuras e fraturas em rebocos devem ser tratadas através da sua abertura em "V", limpeza completa (remoção de poeiras e partículas soltas) e preenchimento com mastique acrílico.	11
	Fissuração		12
	Deformação	Não sendo possível a reparação para a forma original, então dever-se-á substituir o elemento.	13
	Desagregação	Remoção das massa e refazer a zona afectada do reboco e aplicação de novo revestimento.	14
	Superfície riscada	Proceder a lixagem e à aplicação de material de protecção final.	15
	Empolamento da superfície	Após reparada a origem, a tinta empolada deve ser toda removida.	16
Superfície ou elemento quebradiço	Proceder à remoção da área quebrada e refazer a mesma.	17	
DE ÁGUA	Condensação	Reforço da ventilação do interior; Reforço do isolamento térmico das paredes; Aumento da temperatura interior.	18
	Manchas de humidade	Eliminar a origem, ou as manchas resurgirão; Remover as massas da área afectada; Reposição de massas da área afectada.	19
ESTÉTICAS	Descaracterização	Remover o material inestético e em cada caso estudar a melhor solução que se adegue e seja compatível com o existente.	20
	Instalação eléctrica descuidada	Remover do local e instalar noutra mais apropriada, não sendo possível, enquadrar de forma cuidada.	21
	Sujidade	Proceder a limpeza da área.	22
ESTRUTURAIS	Cantaria fracturada	Encher a fractura com pó de granito com resina epoxi, em caso fractura pequena, em fratura maior, substituir o elemento.	23
	Deformação de molduras (portas/janelas)	Reparação do elemento, se muito acentuada, proceder à substituição do elemento deformado.	24
	Pavimentos desnivelados	Correcção e reforço estrutural de forma a permitir a nivelção de piso.	25

○ Teto □ Pavimento 🏠 Parede

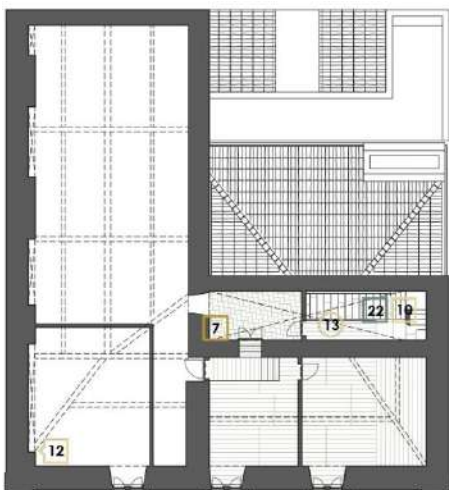
Fig.128: Tabela de patologias existentes – Resolução



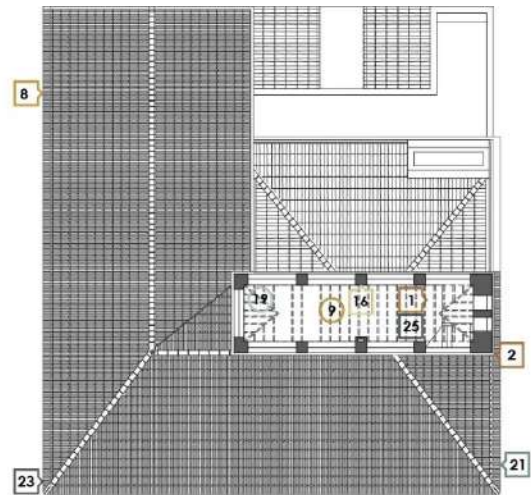
Planta Piso R/C



Planta Piso 1



Planta Piso 2



Planta Piso 3

Fig.129: Esquema das patologias interiores e exteriores existentes

PAREDES EXTERIORES



PAREDES INTERIORES



TETOS INTERIORES

PAVIMENTOS INTERIORES



Fig.130: Conjunto de imagens das patologias interiores e exteriores

3.3. A Proposta de Reabilitação

3.3.1. Conceito

A intervenção proposta para o objeto em estudo – a Casa do Mirante - teve como base o problema averiguado que se prende na perda dos valores singulares, consequência da carência de intervenção de manutenção e inadequação funcional que gerou a degradação do estado geral de conservação do edifício.

Posto isto, verifica-se a necessidade de intervir de modo assegurar a conservação dos valores e história quer do objeto, quer do local através da introdução de uma nova função que acompanhe as necessidades deste edifício e do espaço onde está inserido, adaptando-a e compatibilizando-a quer com as exigências atuais de conforto quer com o próprio edifício.

Assim, é conceito da resolução desta problemática a Reabilitação da Casa do Mirante, através da introdução e adaptabilidade de uma nova função – Turismo de Habitação – neste edifício, que é compatibilizada com as funções de habitação própria permanente e cafetaria que já existem atualmente e que se propõe serem mantidas e melhoradas.

Como anteriormente analisado neste trabalho, a manutenção do significado que o património carrega na vida da comunidade e na forma como esta o vive é dos pontos mais importantes quando se fala da introdução da função turística no património.

A Casa do Mirante conta atualmente com a função principal de habitação e a de restauração, funções essas que pertencem também à história deste edifício, portanto a manutenção destas duas funções, ainda que conjugadas com a função de TH, garante a continuação da utilização deste património no dia a dia da vila sem que se transforme num objeto obsoleto, unicamente destinado ao turista e sem respeito pelo local onde está inserido.

A estas características, juntam-se as particularidades do Alentejo, já anteriormente referidas, que convidam ao passeio, à curiosidade, ao conhecimento da nossa história, ao apreciar a paisagem e a natureza que, em comunhão com as ocupações humanas constroem serenidade e equilíbrio e permitem aos visitantes privar com uma cultura distinta daquela com que estão familiarizados no dia a dia, condizendo, à partida, com o turista que viaja em família ou acompanhado por amigos e que procura relaxar longe do ambiente citadino e com respeito pelo legado deixado pelos antepassados e pela natureza.

Por isso, entendeu-se que a modalidade TH, cujo objetivo é “*recuperar o património arquitetónico e criar um alojamento de qualidade no meio rural*” (Pérez, 2008: 274), a mais indicada para o caso de estudo, contribuindo para que exista um equilíbrio entre o objeto arquitetónico, o setor, a comunidade e a própria vila.

Com anteriormente referido uma reabilitação corretamente executada deve ter em conta todos os valores presentes no edifício, por isso também nesta premissa se baseia a proposta, respeitando o sistema estrutural e construtivo da casa (arcos, abobadas e cúpulas e alvenaria em pedra miúda com terra); o Mirante e a materialidade.

3.3.2. Programa

No interior de Portugal, a Casa do Mirante localiza-se numa vila onde a população é reduzida e as ofertas de alojamento são escassas. É proposto para esta casa a introdução de TH mantendo também as funções já existentes, habitação e restauração. Este novo uso adapta-se ao edifício em comunhão com a melhoria das funções atuais, permitindo a esta vila oferecer um alojamento de qualidade.

Baseada na manutenção dos valores, proteção do significado histórico e melhoria e atualização das condições de conforto, adaptando-as às exigências atuais, esta reabilitação, maioritariamente incidente na reorganização interior, poderá proporcionar ao edifício uma revitalização estética e funcional resultando numa mais valia e forma de rentabilidade permitindo que este continue a ser mantido e conservado pelo proprietário após a intervenção e assim preservar, ao longo do tempo, a sua autenticidade.

Assim, o programa previsto é: Receção; Cafeteria com respetivas áreas dependentes e esplanada; Sala de pequenos-almoços para hóspedes; Apartamento T0 com Kitchenette e instalação sanitária (i.s.) – habitação do proprietário; Sala/Copa comum; Quartos de alojamento de TH – 7 suítes, 4 das quais com pátio privado; Lavandaria e arrumos; Espaço do Mirante.

No que toca ao aspeto visual exterior, tenciona-se manter a leitura e métrica de vãos existente. São apenas corrigidos alguns vãos, abertos posteriormente à data de origem da casa, a fim de se conseguir coerência e harmonia visuais.

Quanto à distribuição funcional das áreas é proposta a seguinte forma:



Fig.131: Vermelhos e Amarelos – Plantas, Cortes e Alçados

No piso rés do chão (fig.132), é realizada a correção de alguns vãos, é, aliás, neste piso que mais se verifica a manipulação de vãos com o intuito de, em conjunto com a funcionalidade de cada espaço, harmonizar os alçados.

Neste piso faz-se a entrada no alojamento pela porta principal do Alçado Nascente – Praça da República - onde se localiza a receção. A zona do atual café passa a sala de pequenos-almoços para os hóspedes, com acesso pelo interior do edifício e também acesso ao exterior diretamente para a Praça da República, sendo as i.s. atuais demolidas para a implantação da cozinha, que serve tanto esta sala quanto a cafeteria sendo apoiada de uma i.s. privada e acesso pelo alçado norte de forma a facilitar cargas e descargas. A cafeteria proposta localiza-se no espaço da antiga capela, com acesso quer pelo alçado nascente, quer pelo alçado sul, sendo complementada com i.s. públicas. De forma a tornar este espaço mais agradável surge uma esplanada, nas traseiras da casa e com acesso pelo interior da cafeteria e pelo alçado norte, garantindo o acesso à cafeteria por todas as frentes da casa. Esta esplanada cria um vazio no volume e respeita a preexistência, uma vez que é delimitada pela implantação da casa, criando harmonia volumétrica e, embora se encontre entre quatro paredes, proporciona conforto e calma a quem dele desfrutar. No que respeita às abóbadas todas são mantidas à exceção da abóbada existente nas i.s. atuais da restauração.

O acesso ao piso 1 (fig.133) é feito através das escadas existentes que são mantidas na forma e tipo. O primeiro lance das escadas dá acesso à habitação do proprietário, que passa a ocupar o atual espaço da sala e escritório. Desta forma é criado um espaço reservado e afastado dos quartos de alojamento, contribuindo para a privacidade quer do proprietário, quer dos hóspedes. No interior desta habitação é demolida a parede divisória atualmente existente e introduzida uma caixa dentro do espaço, de cota mais baixa que o pé direito total, que corresponde à i.s. e onde se apoia a cozinha. Para além disto é mantida a lareira e chaminé e, na cobertura, a telha canudo que atualmente lhe serve de revestimento, é substituída por telha marselha de forma a criar conformidade em todo o telhado da casa.

O segundo lance de escadas termina na sala comum com copa de apoio aos hóspedes que passa a ocupar o espaço da atual cozinha da casa, deixando de possuir a parede divisória existente e criando assim um espaço amplo que dá então acesso à circulação horizontal de acesso aos quartos que, embora se localizem no mesmo sítio dos atuais quartos da casa, a sua divisão atual é demolida, sendo redesenhada e alinhada pelos arcos estruturais existentes. Totalizando três quartos neste piso, todos equipados com i.s. privada e armário. No final do

corredor de acesso aos quartos, e rematando-o, existe um espaço de lavanderia e arrumos de apoio ao alojamento de TH.

A estes espaços (corredor de acesso aos quartos, quartos e lavanderia/arrumos) sugere-se uma intervenção nos tetos de forma a baixar o pé direito e alinhá-lo pelo pé direito da sala comum (atual cozinha), o que permitirá criar uma área útil no piso de cima, sendo para isto necessário demolir a abóbada presente no início da escada de acesso ao piso seguinte, este acesso à escada deixa de ser conseguido como é atualmente, através da cozinha, e passa a acontecer através do corredor dos quartos.

Em relação ao piso 2 (fig.134), as escadas de acesso a este piso são alteradas de modo a torná-las seguras e confortáveis. No fim destas escadas encontramos a circulação horizontal onde atualmente se encontra o átrio sustentado numa abóbada de cúpula que, como referido, é retirada por não representar um problema estrutural e permitir assim uma redução no número de degraus. Já a área na ala lateral deste piso, atualmente sem uso e reservada à estrutura do telhado, é transformada numa área útil através da alteração da estrutura do telhado e criação de um novo piso. Estas alterações garantem que todo o segundo piso se desenvolva na mesma cota não havendo necessidade de pequenos lances de escadas entre divisões como atualmente acontece.

Assim, ao chegar a este piso, depois da circulação horizontal, encontramos uma sala comum que distribui o acesso para um dos quartos e para o corredor que dá acesso aos restantes três quartos deste piso, seguindo a mesma linguagem do piso anterior. Todos os quartos são equipados com i.s. privada, armário e dispõem de pátio privado que permite ventilação dos espaços e entrada de luz natural. O corredor de acesso aos quartos culmina também num pequeno pátio que lhe confere luz e ventilação naturais, provocando no alçado norte um rasgo vindo do telhado e cujo guarda-corpos é desenhado de forma a parecer visualmente uma janela com portada, integrada no conjunto dos restantes vãos, conferindo-lhe uma leitura harmoniosa e coerente. Todos os pátios são implantados fora do alçado principal de modo a não alterar a sua leitura original. Desta forma, este piso passa a comportar um total de 4 quartos com pátio e i.s. privados e uma sala comum.

O terceiro e último piso é reservado ao Mirante (fig.135) que, por ser um dos valores arquitetónicos e significativos da casa, é conservado e mantém a sua função. As escadas de acesso mantêm-se no mesmo sítio, no entanto são redesenhadas de forma a tornarem-se mais seguras. É sugerida a inserção de janelas em todos os vãos do Mirante como proteção das condições atmosféricas, impedindo a entrada de água no interior, protegendo do calor e,



Fig.132: Planta piso 0 e Corte A – Proposto. 1- Cafeteria (90.20m²); 2 - Átrio + Recepção (8.25m²); 3 - Sala Pequeno-Almoço (34.00m²); 4 - Despensa + Cozinha (32.65m²); 5 - I.S. Privada (2.35m²); 6 - I.S. pública (2.55m²); 7 - Instalação Sanitária Mobilidade Reduzida (4.35m²); 8 - Esplanada (27.85m²); 9 - I.S. (1.90m²)

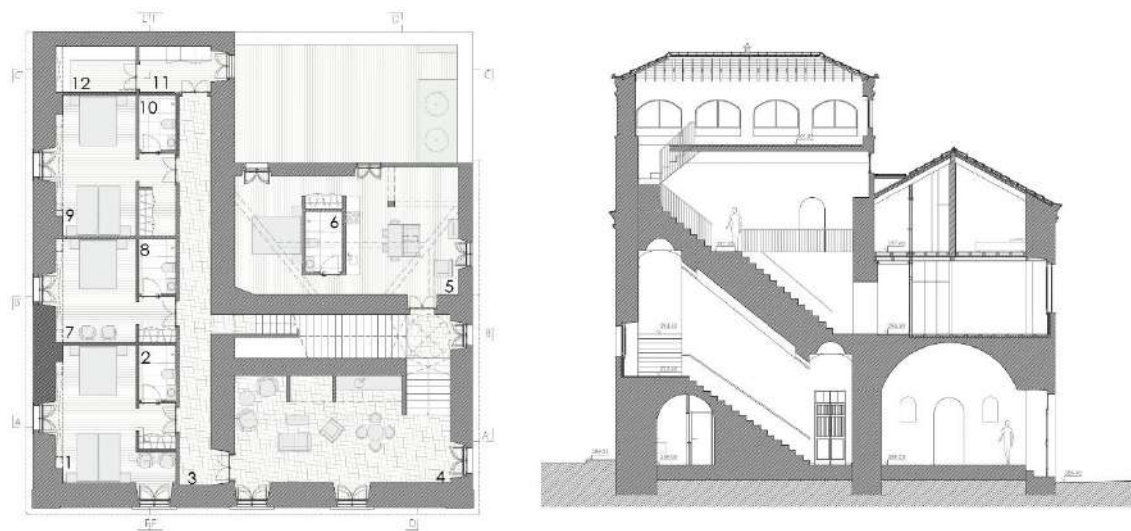


Fig.133: Planta piso 1 e Corte B – Proposto. 1- Quarto (18.35m²); 2- I.S. (3.20m²); 3- Circulação Horizontal (18.40m²); 4- Sala/Copa + Circulação Horizontal (33.90m²); 5- Apartamento Kitchenette (27.95m²); 6- I.S. (3.60m²); 7- Quarto (13.45m²); 8- I.S. (3.20m²); 9- Quarto (16.60m²); 10- I.S. (3.20m²); 11- Lavandaria (5.35m²); 12- Arrumos (6.00m²)

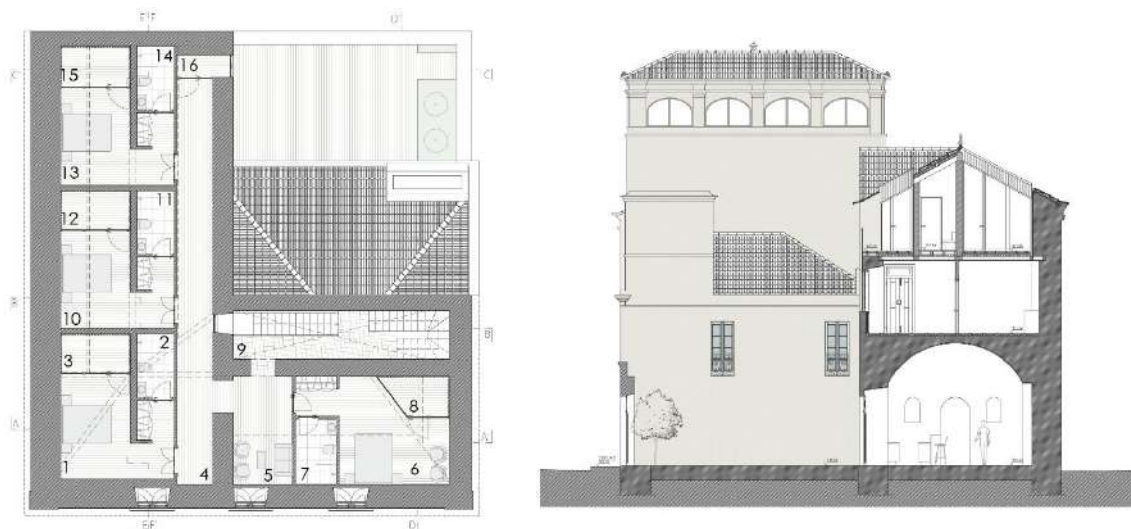


Fig.134: Planta piso 2 e Corte C – Proposto. 1 - Quarto (11.75m²); 2 - I.S.(4.20m²); 3 - Pátio (4.50m²); 4 - Circulação Horizontal (12.00m²); 5 - Sala (10.25m²); 6 - Quarto (15.20m²); 7 - I.S. (4.20m²); 8 - Pátio (3.60m²); 9 - Circulação Horizontal (6.25m²); 10 - Quarto (11.10m²); 11 - I.S. (4.20m²); 12 - Pátio (4.50m²); 13 - Quarto (19.70m²); 14 - I.S. (4.20m²); 15 - Pátio (4.50m²); 16 - Pátio (1.90m²)

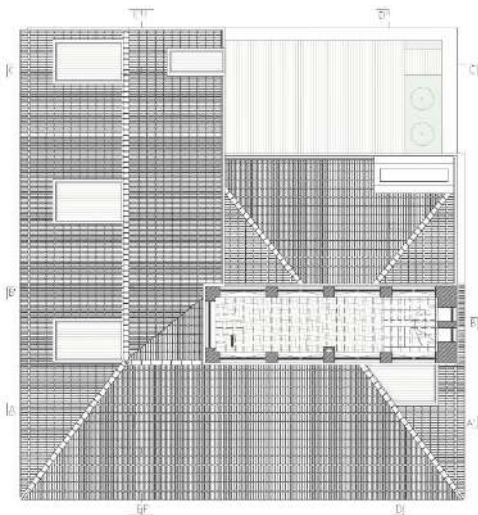


Fig.135: Planta piso 3 – Proposto. 1-
Mirante

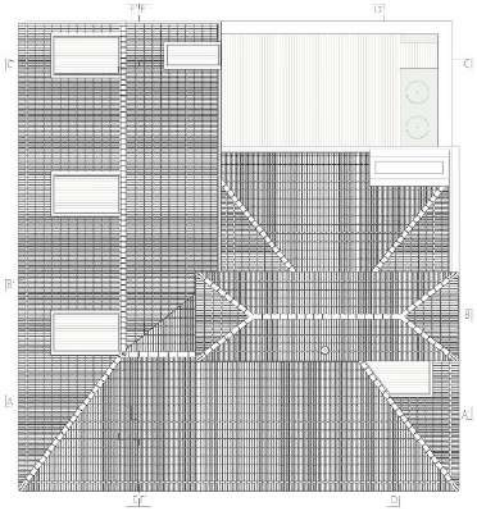


Fig.136: Planta Cobertura – Proposto

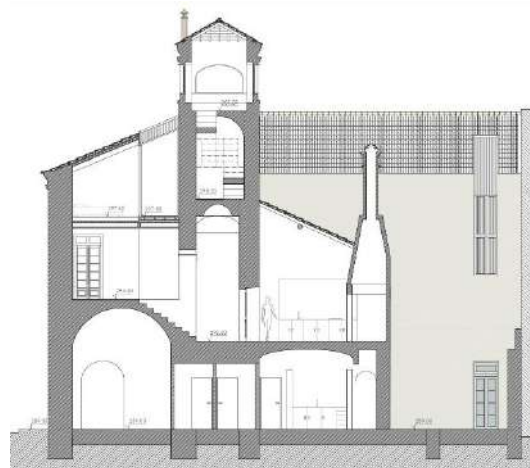


Fig.137: Corte D – Proposto

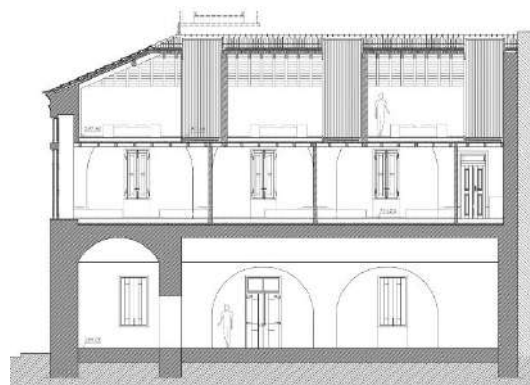


Fig.138: Corte E –
Proposto



Fig.139: Corte F – Proposto

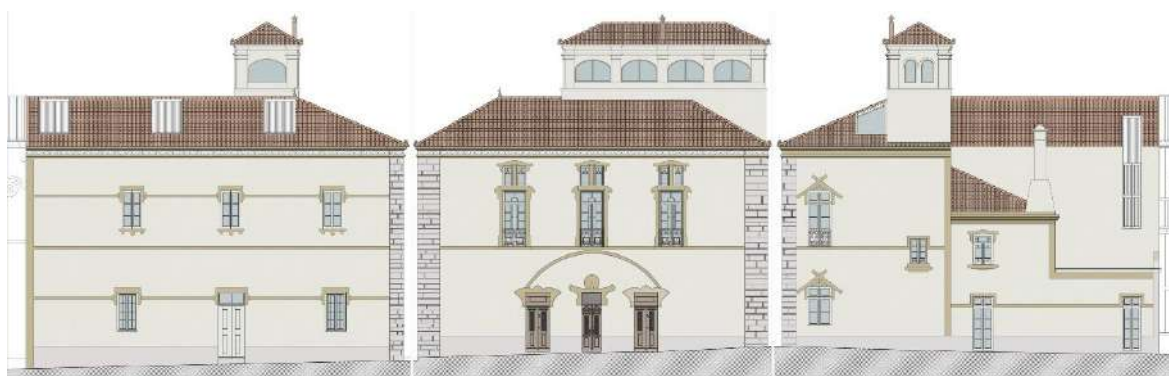


Fig.140: Representação dos alçados Sul (Rua Moreira Costa Pinto); alçado Nascente (Rua da República); alçados Norte (Avenida Humberto Delgado) - Proposto

desta forma, permitir a sua utilização durante todo o ano.

Quanto à materialidade, na reabilitação uma das prioridades é dotar os espaços de conforto térmico e acústico contribuindo para o bem-estar dos utilizadores. Por isso, os pavimentos de todos os pisos passam a ser equipados com materiais isolantes; as paredes exteriores são equipadas, pelo interior, com isolamento térmico e placas de gesso, e a cobertura, que continua com estrutura de madeira, embora alterada, e telha marselha, é melhorada a nível de desempenho térmico e proteção das condições exteriores.

No que se refere aos vãos, é sugerida a continuação, a nível visual, da mesma linguagem e desenho das portas e janelas, mas com o acréscimo de uma nova caixilharia com vidro simples pelo interior do vão e respetiva portada, para que seja possível a suspensão de pontes térmicas e extinção das entradas de água ou humidade.

As novas paredes interiores de compartimentação são executadas com estrutura leve em gesso cartonado apoiado em perfis de fixação metálicos com isolamento.

Para os revestimentos há o objetivo de manter a leitura fiel ao objeto e à casa tradicional urbana alentejana. Por isso, para os pavimentos optou-se pela tijoleira cerâmica tradicional em todo o rés do chão com exceção da esplanada em deck. No primeiro piso é escolhido soalho de madeira nas áreas privadas - quartos e habitação - e a tijoleira tradicional de adobe nas áreas comuns. No segundo piso a mesma tijoleira está presente na circulação horizontal e o restante apresenta soalho de madeira com exceção dos pátios em deck onde foi eleita a chapa de zinco canelado para revestimento das paredes pela sua praticidade, durabilidade, resistência e baixa necessidade de manutenção. Nas áreas húmidas é escolhida a pedra mármore que se estende também às paredes. As paredes são rebocadas e pintadas a branco com exceção das zonas húmidas já referidas. Os revestimentos dos tetos mantêm-se os originais sempre que possível. Para isto, são preservadas, sempre que existem, as abóbadas rebocadas a branco, os tetos com estrutura de madeira visível da atual sala e cozinha são mantidos e, nos novos quartos, segue-se a linguagem atual do teto saia-camisa, mas pintado de branco de forma a criar uma harmonia visual em todo o espaço.

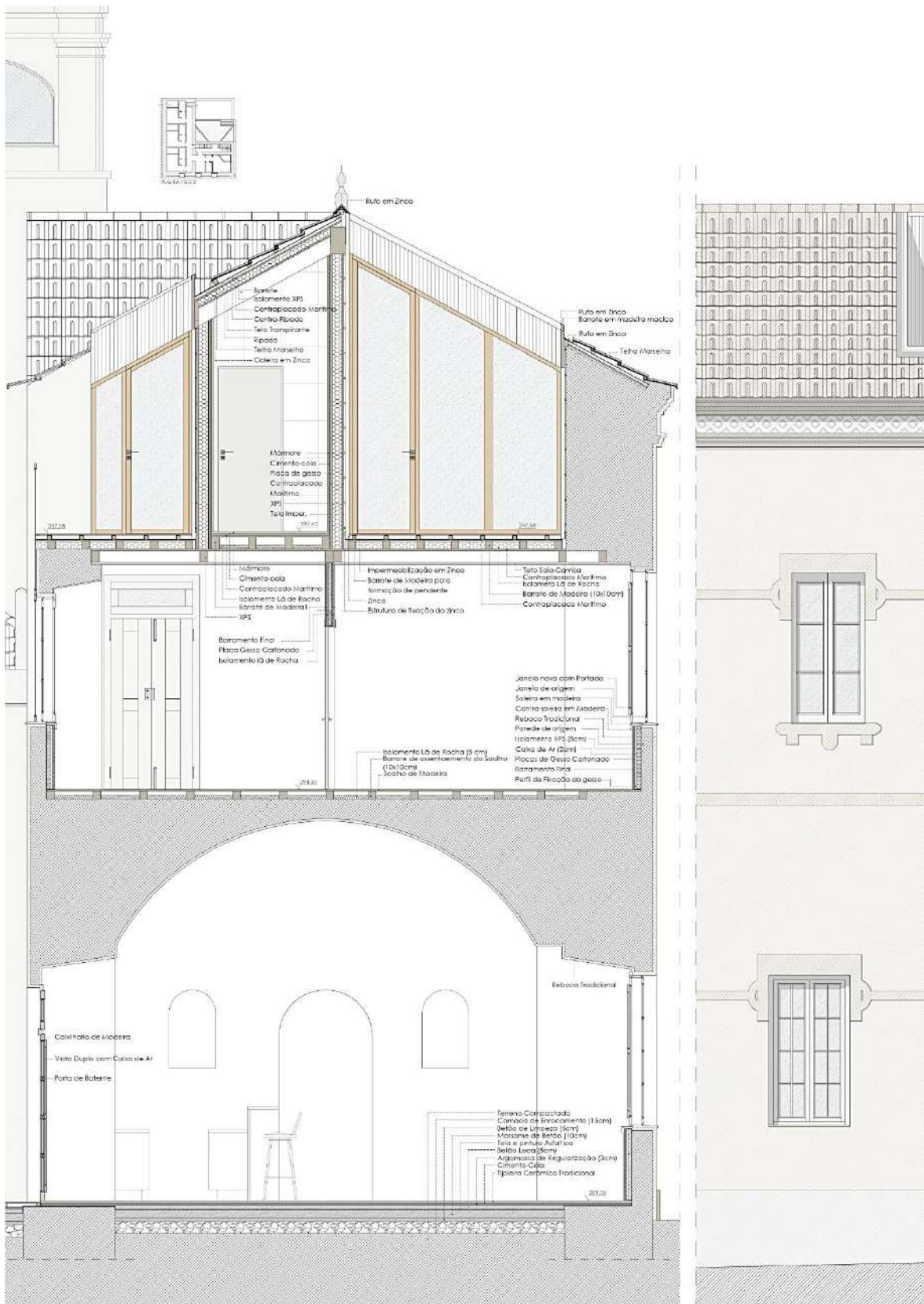
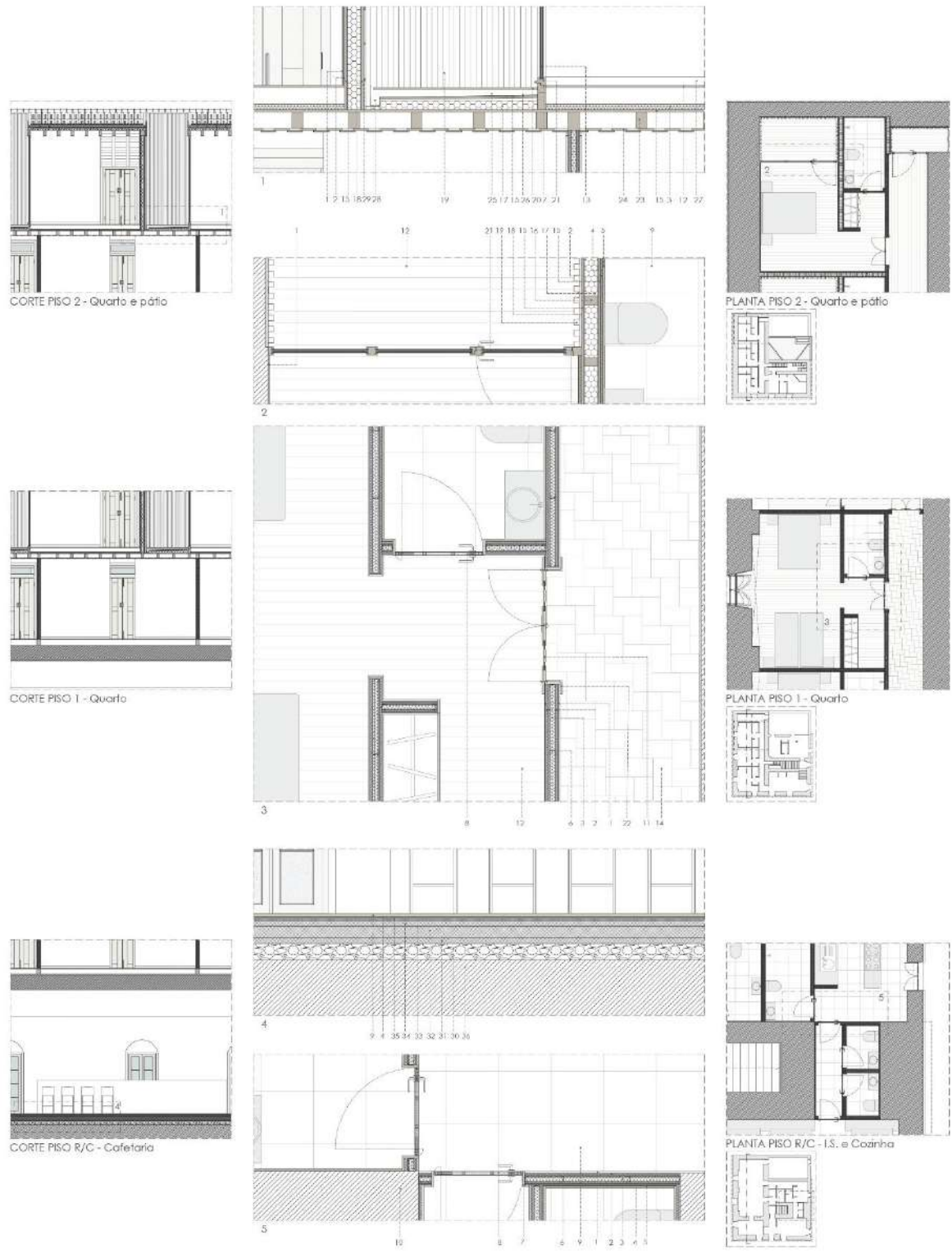


Fig.141: Pormenores construtivos - Proposto



- | | | | |
|--------------------------------------|---|---|---------------------------------------|
| 1 - Barramento Final | 10 - Parede existente em Pedra miúda | 19 - Zinco Cornelado | 28 - Cadeira em Zinco |
| 2 - Placa de Gesso Cartonado (1.5cm) | 11 - Porta existente pintada em branco | 20 - Pavimento em Deck | 29 - Estrutura de fixação do zinco |
| 3 - Isolamento Lã de Rocha | 12 - Pavimento em Soalho de Castanho (10x150x2cm) | 21 - Porta de Balneio com caixilho em madeira | 30 - Camada de Enrocamento (25cm) |
| 4 - Cimento-Cala | 13 - Vidro Duplo com Caixa de Ar | 22 - Prê-ara existente em Madeira | 31 - Betão de Limpeza (5cm) |
| 5 - Revestimento em Mármore | 14 - Tijoleira Tradicional | 23 - Estrutura ligeira de piso em Barrotes de Madeira | 32 - Massacre de Betão (10cm) |
| 6 - Perfil Montante metálico | 15 - Contraplacado Marlino (2cm) | 24 - Teto sala-café pintado de branco | 33 - Tela e pintura Asfáltica |
| 7 - Prê-ara em Madeira | 16 - Estrutura da Parede Exterior em Barrotes de Madeira (8x12cm) | 25 - Formação da Paredente em Barrotes de Madeira | 34 - Betão Leve (5cm) |
| 8 - Porta Pivotalne | 17 - Isolamento XPS | 26 - Impermeabilização em zinco | 35 - Argamassa de Regularização (3cm) |
| 9 - Pavimento em Mármore (50x50x2cm) | 18 - Tela Impermeabilizante | 27 - Rodapé em Madeira | 36 - Terreno Compactado |

Fig.142: Pormenores construtivos - Proposto

Assim, a proposta de reabilitação para a Casa do Mirante de Monforte conjuga a perpetuidade do edifício e, conseqüentemente, da sua história, do significado que esta tem na comunidade e das técnicas construtivas, preservando os valores do objeto, com a introdução da função turística. Esta função torna possível ao proprietário retirar rendimentos que podem ser utilizados para a manutenção deste património, e a possibilidade de alojamento no centro de uma vila rural e do interior de Portugal, onde os espaços com esta função não são abundantes e, desta forma, contribuir para que mais pessoas visitem a região, dando a conhecer as tradições, costumes, cultura e património que Monforte possui, colaborando para o desenvolvimento da localidade e população. Para além disto, ao manter as atividades anteriormente desenvolvidas no objeto, a intervenção permite a continuação do seu papel e significado no seio da comunidade, contribuindo para uma relação saudável e de simbiose entre este património, o turismo e o local.



Fig.143: Fotomontagem da Casa do Mirante no lugar - Proposto

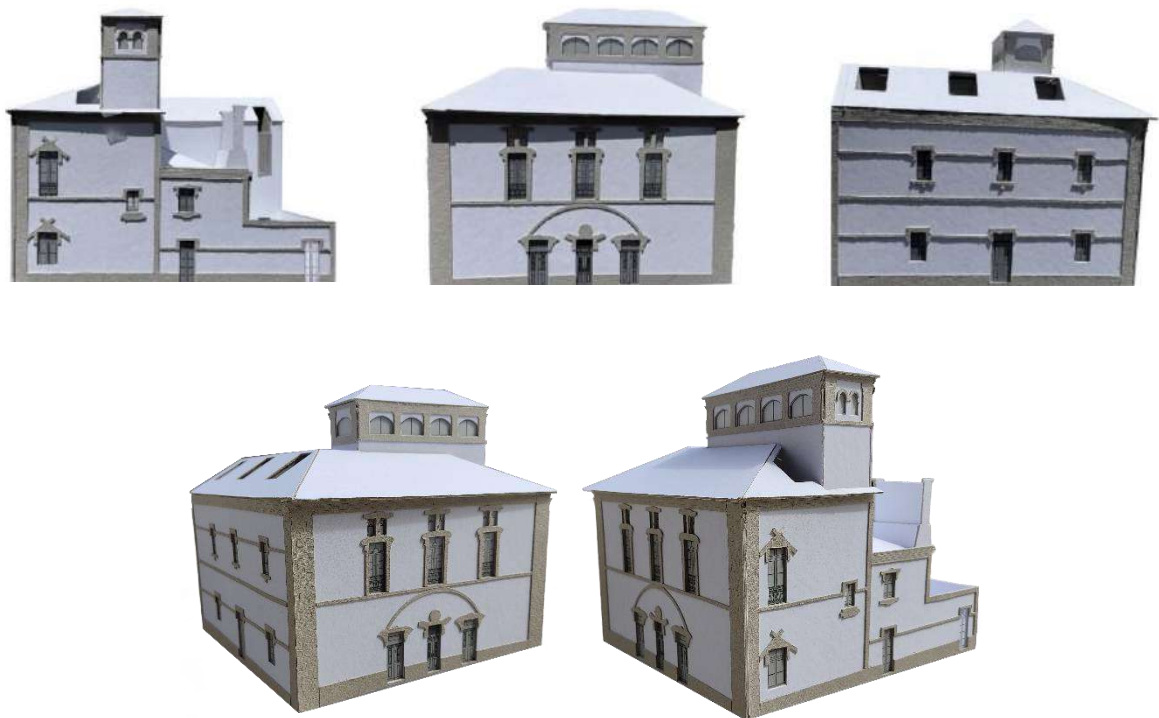


Fig.144: Fotografias maquete 1/100 - Proposto



Fig.145: Ilustração 3D – Quarto com pátio - Proposto



Fig.146: Ilustração 3D – Cafeteria - Proposto

CONCLUSÃO

De forma a obter informação necessária para atingir os objetivos a que nos propusemos, a presente dissertação baseou-se no estudo de teorias, conceitos e realidades acerca do património, do turismo e da interação entre estes dois, aplicando-os também particularmente ao Alentejo.

Assim, após um estudo sobre o conceito de património, que tem vindo a alargar-se de tal forma que construções destinadas a habitação e outros usos com os quais estamos familiarizados podem ser vistas e classificadas como património arquitetónico, procuramos caracterizar o objeto em estudo - A Casa do Mirante de Monforte – através de uma pesquisa sobre a casa tradicional urbana alentejana. Segundo Veiga de Oliveira e Galhano, esta casa é caracterizada, principalmente, pela sua materialidade que responde, na maioria das vezes, às condições climáticas do local onde é inserida e, sendo urbana, limita-se, normalmente, à função de habitação, apresentando dois pisos e, por vezes, altivos mirantes com origem em antigos conventos. Uma particularidade destas casas é também a abóbada executada em tijolo maciço. Conseguimos assim uma ideia concreta do objeto em estudo já que estas características a ele se aplicam perfeitamente e, desta forma, percebemos que a casa se pode inserir no património arquitetónico e património vernacular.

Posto isto, foi-nos possível perceber os valores da Casa do Mirante através da definição dos valores patrimoniais classificados por Antoni González Navarro (valor documental, valor arquitetónico e valor significativo).

O passo seguinte foi entender de que forma a intervenção no património deve ser realizada. Para isto houve uma procura pela definição de reabilitação e percebemos que é graças ao alargamento do conceito de património que atualmente é possível realizar ações de reabilitação em edifícios como a Casa do Mirante, sendo possível a sua utilização no contexto atual através de ações de melhoria dos equipamentos e das condições de conforto adaptando-as às exigências atuais.

Podemos afirmar que a reabilitação do património permite a sua salvaguarda, valores e características particulares introduzindo um desempenho contemporâneo sendo que esta intervenção necessita de seguir uma metodologia coerente. Para conhecer os passos a dar numa correta reabilitação estudamos de novo Antoni Navarro mas, destas vez, em conjunto com Vasco Peixoto de Freitas. Os dois autores estão de acordo na generalidade do processo e seguem as etapas do Conhecimento, a Reflexão, a Intervenção, a Conservação preventiva

segundo Navarro e a viabilidade da intervenção, o diagnóstico, a definição da estratégia, o projeto de execução, análise das propostas e a execução da obra, segundo Freitas.

Numa segunda fase da pesquisa teórica deste trabalho e entrando na definição de turismo e numa breve reflexão sobre a história desta atividade, percebemos que, desde que surgiu, esta atividade tem vindo a crescer sendo o turismo cultural a modalidade que ocupa uma das maiores percentagens dentro do setor, contribuindo para a crescente valorização do património, história e culturas ao redor do planeta. Também no Alentejo a tendência crescente se confirma e, para além de conhecermos as atrações turísticas e rotas existentes, foi possível verificar que é o TH, modalidade inserida no TER, uma das que mais ocupa este território.

Já na última etapa deste estudo teórico, ao confrontarmos o património e o turismo, após análise de cartas, convenções e autores como Zaei e Zaei e Paul, que abordam esta temática, depreendemos que a relação entre o património e o turismo pode ter impactos a nível do próprio património construído, impactos socioculturais, económicos ambientais, sendo os socioculturais os mais importantes e que mais pesam, já que sem as pessoas qualquer património deixa de o ser, sendo por isso necessário que qualquer intervenção no património tenha em consideração o significado que este tem ou já teve na comunidade local, mantendo as funções originais e evitando que este passe a ser destinado apenas à atividade turística, correndo-se o risco de criar uma fantasia baseada em fachadismo.

Após a investigação teórica desta dissertação, recorreremos a três casos de referência com proximidade local, funcional (turística) e material ao objeto de estudo, todos realizados no Alentejo e transformados em alojamento turístico. Com o objetivo de percebermos de que forma foi conseguida a relação entre o edifício, a função e a comunidade local. Os casos de estudo, para além da inserção da função de alojamento turístico, mantiveram funções antigas pelo significado que tinham para as pessoas, com a exceção do primeiro que, devido ao prolongado abandono, as mudanças que existiram ao longo desse tempo, quer no local quer no modo de vida da comunidade que outrora conviveu com aquele património, foram tantas que se torna de extrema dificuldade ou mesmo impossível recuperá-las. Isto demonstra também que embora a civilização evolua e deixe de usar certos recursos, como é o caso do moinho, é obrigação, em particular do arquiteto, permitir que aquele património tenha igualmente função e vida, renovando o seu significado, mas mantendo presentes as origens.

Na última fase do trabalho apresentamos o caso de estudo: A Reabilitação da Casa do Mirante de Monforte, fruto e reflexo da investigação realizada. Seguindo os ensinamentos adquiridos, iniciamos, depois de uma abordagem ao local e análise dos valores do objeto

feitas anteriormente, a análise do edifício que passou pela evolução histórica do objeto; levantamento arquitetónico; caracterização construtiva e estado de conservação. Assim, dadas as necessidades da Casa e o conhecimento assimilado, optamos pela introdução da função de TH em comunhão com a manutenção das funções de habitação e restauração que atualmente a ocupam, elegendo a reabilitação como a intervenção mais adequada uma vez que esta permite não só a conservação dos valores e significado como inclui o equipamento do edifício com níveis superiores de conforto e segurança, tornando-o apto aos requisitos exigidos atualmente. A intervenção vem permitir uma coexistência entre as funções atuais e a função turística, que não se sobrepõe às existentes, pelo contrário, complementa-as e permite que o objeto continue a desempenhar o papel tradicional na comunidade, criando também postos de trabalho e atraindo turistas a um alojamento único que dá a conhecer e permite que este edifício continue a escrever a história de Monforte e das suas gentes.

Por fim, e respondendo à questão primordial desta dissertação, perceber de que forma o turismo se torna um aliado benéfico à conservação e reabilitação do património arquitetónico, entendemos que o património tem uma enorme importância identitária numa sociedade, no entanto os valores que essa sociedade lhe dá tem igual peso para que este se torne realmente relevante. Fruto dos vários tipos de patrimónios atualmente existentes tornou-se possível intervir e reabilitar estes edifícios e por isso encontramos hoje pedaços de história que podem ser utilizados por todos e, assim, passados séculos de existência, continuarem a cerzir a comunidade onde estão inseridos. Desta forma, a função turística, que permite um retorno económico, facilita a reutilização destas construções e conseqüentemente a sua manutenção. Após um conhecimento profundo do objeto, esta função deve ser sempre inserida cuidadosamente, com o objetivo de não se sobrepor aos interesses dos habitantes locais e do próprio edifício, para que seja possível uma coexistência saudável, benéfica e harmoniosa entre património, função e comunidade.

BIBLIOGRAFIA

Monografias

- AA.VV.** 1998. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, A.** 2005. *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*. 7ª edição, L.N.E.C, Lisboa.
- CHOAY, Françoise.** 2020. *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70. Tradução de Teresa Castro.
- CHOAY, Françoise.** 2011. *As Questões do Património*. Edições 70.
- CUNHA, António Maria.** 1985. *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Câmara Municipal de Monforte.
- EDGELL, David; et al.** 2008. *"Tourism Policy and Planning: Yesterday, Today and Tomorrow"*. Oxford, UK. Elsevier Inc.
- FREITAS, Vasco Peixoto.** 2012. *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*. Ordem dos Engenheiros da região norte.
- PEDERSEN, Arthur.** 2019. *Gestão do turismo em Sítios do Património Mundial: manual prático para gestores de Sítios do Património Mundial*. Brasil, UNESCO.
- TIMOTHY, Dallen.** 2020. *Cultural Heritage and Tourism*. Channel View Publications LTD.
- UNEP & WTO.** 2005. *Making tourism more sustainable. A guide for policy makers*. Paris and Madrid, UNEP and WTO.
- VAZ, Pedro.** 2019. *Edificar no Património: Pessoas e Paradigmas na Conservação & Restauro*. Lisboa, Edições 70.
- VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando.** 1994. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote. 2ª edição.

Fontes Eletrónicas

- ALDEIAS DE PORTUGAL.** (?). *A ATA e a marca Aldeias de Portugal*. Disponível em <https://www.aldeiasdeportugal.pt/sobre-nos/> Consultado a 26-09-2022.
- ARQUITECTOS, Ordem dos.** 2018. *Colégio Património Arquitectónico. Reabilitação*. Disponível em: <https://arquitectos.pt/documentos/1527004481H9jWX4in5Sd23ZB3.pdf> Consultado a 06-01-2023
- ARQUITECTOS, Pereira Miguel.** 2014. *Casas Caiadas*. Habitar Portugal 12-14.

Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/casas-caiadas/>

Consultado a 30-03-2023

ARQUITECTOS, Pereira Miguel. 2020. *Casas Caiadas*.

Disponível em: <https://espacodearquitectura.com/projetos/casas-caiadas/>

Consultado a 30-03-23

ARQUITECTOS, Pereira Miguel. 2022. *Casas Caiadas*.

Disponível em: <https://www.pm-arq.com/pt/project/casas-caiadas-pt/>

Consultado a 30-03-23

BARRANHA, Helena. 2016. *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*.

IST Press e ICOMOS-Portugal.

Disponível em:

https://www.academia.edu/30225795/Patrim%C3%B3nio_Cultural_conceitos_e_crit%C3%A9rios_fundamentais

Consultado a 23-09-2021

BARROCAL. (?). *Uma história que remota à época megalítica*. Barrocal.

Disponível em: <https://barrocal.pt/pt/estate/about/>

Consultado a 17-04-23

CIMAA. 2020. *Município de Monforte*. Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Disponível em: <https://www.cimaa.pt/municipio-de-monforte/>

Consultado a 04-11-2022.

CIMAC. 2020. *Demografia*. CIMAC

Disponível em <https://www.cimac.pt/visitante/alentejo-central/caracterizacao/demografia/>

Consultado a 28-10-2022.

CORREIA, Mariana. 2002. *A Habitação Vernácula Rural no Alentejo, Portugal*. La Universidad de Chile. Cyted de la Cooperación Iberoamericana Y el Ministerio de Vivienda y Urbanismo.

Disponível em: <http://www.restapia.es/files/14811>

Consultado a 01-10-2022

DGT. 2016. *Área rural/campo*. Fórum das Cidades. Direção Geral do Território.

Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/area-ruralcampo>

Consultado a 02-02-23

ERTAR. 2019. *Como Chegar*. Visitalentejo.

Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/pt/como-chegar/>

Consultando a 03-02-2023

EY-PARTHENON. 2020. *Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27*. Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo.

Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/quem-somos/turismo-do-alentejo-ert/documentos-estrategicos/>.

Consultado a 24-10-2022

FAGULHA, João, et al. 2016. *Cadernos técnicos nº4 – Reabilitação e conservação do património arquitetónico*. Lisboa, Ordem dos Arquitetos – Secção Regional Sul.

Disponível em: https://oasrs.org/media/uploads/4_CT_Conservacao.pdf

Consultado a 05-07-2022

FERREIRA, Ana Dias. (?). *Alentejo. Casas Caiadas. Quartos duplos ou propriedade completa. Moinho do Barroco, Sabugueiro*. The Collection.

Disponível em: <https://thecollection.pt/casas-caiadas/>

Consultado a 29-03-2023

GOVERNO DE PORTUGAL. 2017. *REVIVE - Reabilitação, Património e Turismo*.

Disponível em: <https://haia.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/a-embaixada/noticias/revive-reabilita%C3%A7%C3%A3o,-patrim%C3%B3nio-e-turismo>

Consultado a 15-10-2022

IHRU, IGESPAR. 2010. *Património Arquitectónico — Geral*, Lisboa. Kits património, nº 1, versão 2.0, URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt, www.igespar.pt.

Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/KIT01.pdf

Consultado a 28-10-2022

INE. 2019. *Anuário Estatístico da Região Alentejo: 2018*. Lisboa, INE. ISSN 0872-5063. ISBN 978-989-25-0502-2.

Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=410519396&att_display=n&att_download=y

Consultado a 24-10-2022

INE. 2022. *Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos*. Lisboa.

Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2

Consultado a 28-10-2022

INTERREG EUROPE. 2021. *PATRIMÓNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE - Guia Prático*. Espanha, KEEP ON.

Disponível em: <https://adrat.pt/2021/02/18/guia-pratico-do-patrimonio-cultural-e-sustentabilidade/>

Consultado a 14-04-2022

LIMA, Maria do Céu. 2003. *Encontros patrimoniais: conheça o património e promova-o. Turismo no espaço rural: Ofertas a valorizar*. Ponte de Lima. TURIHAB.

Disponível em: https://www.center.pt/imprensactr/estudo_459.pdf

Consultado a 21-08-2022

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. 2019. *UNWTO Tourism Definitions*. UNWTO, Madrid.

Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284420858>

Consultado a 02-02-2023

PIRES, Ana; **CADAVEZ,** Maria; **HENRIQUES,** João. 2020. *Turismo: história, património e ideologia - Diálogos e memórias*. Cascais-Lisboa.

Disponível em:

https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG316/DG316_item1/DG316_PDF/DG316_PDF_24-C-R0300/DG316_0000_Obracompleta_t24-C-R0300.pdf

Consultado a 12-04-2022

REVIVE. (?). *Guião Técnico Programa Revive*.

Disponível em: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiiao-pt>

Consultado a 15-10-2022

SOUTO DE MOURA, Eduardo. 2017. *São Lourenço do Barrocal*. Espaço de Arquitetura.

Disponível em: <https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/>

Consultado a 23-04-23

TAVARES, Alice, et al. 2011. *Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios, Guia de intervenção*. Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro: Inovadomus.

Disponível em:

https://www.academia.edu/57358863/Manual_de_Reabilita%C3%A7%C3%A3o_e_Manuten%C3%A7%C3%A3o_de_Edif%C3%ADcios_Guia_de_interven%C3%A7%C3%A3o

Consultado a 07-10-2022

TURISMO DE PORTUGAL. 2011. *Relatório de Sustentabilidade*. Lisboa, Turismo de Portugal.

Disponível em:

<https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2FPortalTurismo%2FDocs+Estrat%C3%A9gia%2FRelSust2011PORT.pdf>

Consultado em 12-08-2022

TURISMO DE PORTUGAL. (?). *Uma Estratégia para o Melhor Destino do Mundo*.

Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/pt/Media/Kit_Informativo/Paginas/Uma-Estrat%c3%a9gia-para-o-Melhor-Destino-do-Mundo.aspx

Consultado a 08-08-2022

TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL. (?). *Apresentação Institucional*.

Disponível em <http://www.portoenorte.pt/pt/porto-e-norte/>

Consultado a 26-09-2022.

VISITALENTEJO. 2019. *Classificações UNESCO na lista do património mundial*. ERTAR.

Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/cultura/classificacoes-unesco/classificacoes-unesco-na-lista-do-patrimonio-mundial/>

Consultado a 03-02-2023

VISITALENTEJO. 2019. *Rotas Culturais*.

Disponível em: <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/cultura/rotas-culturais/>

Consultado a 13-02-2022

Artigos e Revistas

ARDAHAËY, Fateme. 2011. *Economic impacts of tourism industry*. International Journal of Business and Management. pp. 208-209.

Disponível em: <https://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/11572>

Consultado a 26-02-2023

BRITO, Mónica; **SILVA,** Carlos. 2005. *"Turismo e Planeamento: a Continuidade ou a Auto-Destruição"*. RT&D-REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, pp. 11-24.

Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13851/9347>

Consultado a 22-09-2022

GALDINI, Rossana. 2007. *Tourism and the city: opportunity for regeneration*. MPRA Munich Personal RePEc Archive, MPRA Paper No. 6370, pp. 95-111

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/24114944 Tourism And The City Opportunity For Regeneration](https://www.researchgate.net/publication/24114944_Tourism_And_The_City_Opportunity_For_Regeneration)

Consultado a 14-10-2022

KONCUL, N. 2007. *Environmental issues and tourism*. Ekonomska Misao Praksa Dubrovnik, pp. 157-166.

Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/file/33523>

Consultado a 27-02-2023

LOPES, Flávio. 2000. *O programa de incremento do turismo cultural. Os novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade*. Porto, Antropológicas, nº4, pp. 244-249.

Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/934>

Consultado a 25-09-2022

MILHEIRO, Eva; **SANTOS**, Jorge. Dezembro de 2005. *Turismo e Desenvolvimento. O turismo em Portugal: Que passado? Que futuro?* Escola Superior de Portalegre. (p. 119-125). Disponível em: <https://www.academia.edu/2131003>.

Consultado a: 08-08-2022

PAUL, Băc D. 2012. *The impacts of tourism on society*. THE ANNALS OF THE UNIVERSITY OF ORADEA. pp. 500-506.

Disponível em: <http://anale.steconomieuoradea.ro/volume/2012/n1/072.pdf>

Consultado a: 23-02-2023

PÉREZ, Xerardo Pereiro. 2009. *Turismo Cultural - Uma visão antropológica*. Tenerife, Asociación Canaria de Antropología. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural nº 2.

Disponível em: <https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSEedita2.pdf>

Consultado a 13-10-2022

PORTO EDITORA – *Alentejo*. Infopédia Porto: Porto Editora.

Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$alentejo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$alentejo)

Consultado a 28-10-2022

RIBEIRO, J. Cadima; **VAREIRO**, Laurentina C. 2007. *Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico*. Actas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, Câmara Municipal Arcos de Valdevez; p. 470-486.

Disponível em:

http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes_Actas_conferencias/2007/Ribeiro_Laurentina_2007_AV.pdf

Consultado a 16-08-2022

SILVA, Luís. 2006. *Os impactos do turismo em espaço rural*. Lisboa, Antropologia Portuguesa 22/23, 2005/2006, pp. 295-317

Disponível em: https://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.13_Silva.pdf

Consultado a 20-02-2023

SILVA, Luís. 2007. *Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Passos Revista de Turismo y Património Cultural*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Vol. 5, Nº2. p. 31-46.

Disponível em: https://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.13_Silva.pdf

Consultado a 20-02-2023

ZAEI, Mansour E., **ZAEI**, Mahin E. 2013. *The Impacts of Tourism Industry on Host Community*. European Journal of Tourism Hospitality and Research. p. 12-21.

Disponível em: <https://www.eajournals.org/wp-content/uploads/THE-IMPACTS-OF-TOURISM-INDUSTRY-ON-HOST-COMMUNITY.pdf>

Consultado a 27-09-2022

Cartas, Convenções e Recomendações

CONSELHO DA EUROPA. 1975. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

Consultado a 27-10-2022

CONSELHO DA EUROPA. 1985. *Convenção de Granada - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*.

Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

Consultado a 07-07-2022

CONSELHO DA EUROPA. 1991. *Recomendação n.º r (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século xx*. Estrasburgo (França). Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia.

Disponível

em:

<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/32%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20arquitectura%20do%20s%C3%A9culo%20XX%20-%20Conselho%20Europa%201991.pdf>

Consultado a 07-07-2022

ICOMOS. 1931. *Carta de Atenas. Conferência Internacional de Atenas Sobre o Restauro dos Monumentos.* Atenas.

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Consultado a 05-12-2021

ICOMOS. 1964. *Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios.* Veneza.

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Consultado a 08-12-2021

ICOMOS. 1967. *Normas de Quito.*

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>

Consultado a 02-09-2022

ICOMOS. 1974. *Resolução de São Domingos.*

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resoluc%C3%A7%C3%A3o%20de%20Sa%C3%A3o%20Domingos%201974.pdf>

Consultado a 02-09-2022

ICOMOS. 1975. *Carta Europeia do Património Arquitectónico.*

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

Consultado a 28-10-2022

ICOMOS. 1999. *Carta Internacional do Turismo Cultural.*

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreTurismocultural1999.pdf>

Consultado a 07-10-2022

ICOMOS. 1999. *Carta sobre o Património Construído Vernáculo.*

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>

Consultado a 11-12-2021

ICOMOS. 2000. *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*.

Disponível em:

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Consultado a 07-10-2022

ICOMOS. 2003. *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitetónico*.

Disponível em: <http://www.patrimonio->

[santarem.pt/imagens/3/carta do icomos 2003 recomendacoes.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_icomos_2003_recomendacoes.pdf)

Consultado a 06-07-2022

UN & WTO. 1994. *Recommendations on Tourism Statistics*. Statistical Papers: Vol. Serie M_83e.

Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/155972>.

Consultado a 08-08-2022.

UNESCO, ICCROM e ICOMOS. 1994. *Documento de Nara sobre a Autenticidade*.

Disponível em: [https://culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1994-declaracao de nara sobre autenticidade-icomos.pdf](https://culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf)

Consultado a 05-08-2022

Entrevistas

GALICIA, Arquitectura. 2015. *Mesturas. Palestra de João Mendes Ribeiro*. Mesturas. Encontros Internacionais de Arquitectura Galicia – Portugal.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BEcUTu9Y24o>

Consultado a 13-04-2023

HOTEL, Torre de Palma Wine. 2014. *Tesouro escondido no Alentejo genuíno* / Paulo Barradas Rebelo e Ana Isabel Rebelo. Torre de Palma Wine Hotel – Design Hotels.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SdG1Vumyugk>

Consultado a 13-04-2023

HOTEL, Torre de Palma Wine. 2014. *Uma fusão. A herança, a paisagem e o contemporâneo* / João Mendes Ribeiro, arquiteto. Torre de Palma Wine Hotel – Design

Hotels.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g7sRdg0T6pk>

Consultado no dia 13-04-2023

HOTEL, Torre de Palma Wine. (?). *História – Torre de Palma*.

Disponível em: <https://www.torredepalma.com/sobre-nos/>

Consultado a 09-10-2022

JO&SO, Studio. 2017. *A Conversation with José António Uva about São Lourenço do Barrocal*.

Disponível em: <https://www.joandso.com/journal/a-conversation-with-jose-antonio-uva-about-sao-lourenco-do-barrocal>

Consultado no dia 24-04-2023

Provas Académicas

LOPES, Nuno. 2015. *Projecto, Património Arquitectónico e Regulamentação Contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. FAUP.

Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=159181

Consultado a 04-07-2022

MORAES, Pedro Bello. 2020. *Desafios do TER no Alto Alentejo*.

Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37423/1/Pedro%20Bello%20Moraes.pdf>

Consultado a 13-04-2022

Memórias Descritivas

RIBEIRO, João Mendes. 2014. *Torre de Palma Wine Hotel - Memória Descritiva*. Coimbra. João Mendes Ribeiro Arquitecto, LDA.

Documento cedido pelo escritório do arquiteto João Mendes Ribeiro

Obras de Referência

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. 2001. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Verbo, Vol.II: G-Z-ISSN-1847-3809.

Legislação

Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/307-2009-483155>

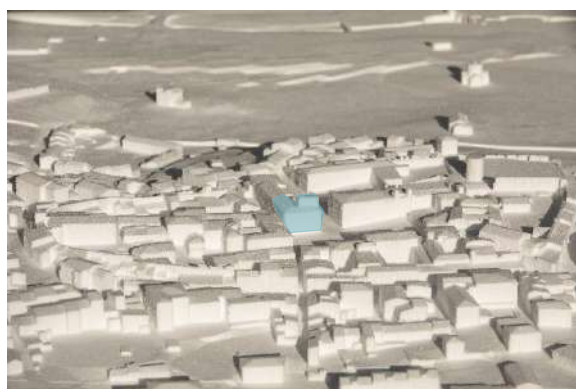
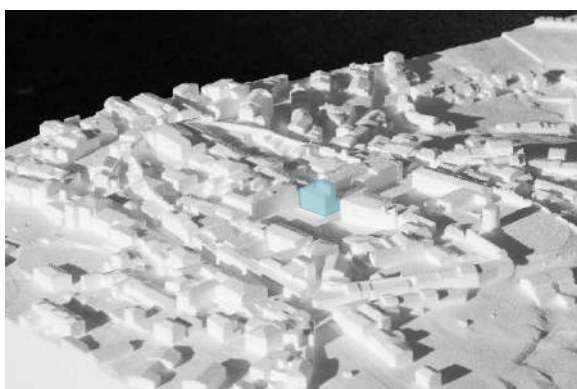
Consultado a 13-10-2022

Decreto-Lei nº 80/2017, de 30 de junho – Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos.

Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/80-2017-107596685>

Consultado a 06-01-2022

ANEXOS



Representação tridimensional - maquete 1:500 - Existente



Representação tridimensional - maquete 1:100 - Existente

Análise Geral da Materialidade - Existente

Composição:

	Argamassa	Pintura	Taipa	Alvenaria	Madeira	Fasquio / Tabique	Argila	Fasquio	Tijolo
Paredes exteriores			X	X					
Paredes interiores						X			
Sobrados					X		X		
Abóbadas		X							X
Arcos		X							X
Pilares		X							X
Telhado					X				
Portas					X				
Caixilharias exteriores					X				
Caixilharias interiores					X				
Telha	X								
Tijolo	X								
Cerâmica	X								
Tijoleira	X								

Acabamentos:

Piso 0 - Interior

		Sala (22,40m ²)	Instalação sanitária (1,20m ²)	Átrio (7,70m ²)	Cafeteria (37,10m ²)	Capela (80,00m ²)	Instalação sanitária (4,15m ²)	Restaurante (30,00m ²)	Instalação sanitária (6,55m ²)	Cozinha (17,40m ²)	Armazém (24,40m ²)
Teto	Tinta aquosa / cal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Madeira										
Piso	Madeira										
	Pedra										
	Cerâmico	X	X		X		X	X		X	X
	Mármore					X					
	Granito										
	Tijoleira	X		X							
Parede	Tinta aquosa / cal	X	X	X	X		X	X	X		X
	Azulejos		X						X	X	
	Gesso										
	Tijolo					X					
	Ardósia										
	Xisto						X				
	Tinta acrílica										
	Pedra										
	Fasquio / Tabique										
	Argamassa										

Piso 1 – Interior

		Sala (27,95m ²)	Circulação horizontal (18,40m ²)	Circulação horizontal (10,40m ²)	Átrio (5,80m ²)	Cozinha (19,40m ²)	Átrio (2,40m ²)	Arrumos (0,65m ²)	Quarto (20,80m ²)	Quarto (17,85m ²)	Escritório (14,10m ²)	Sala (23,30m ²)	Instalação sanitária (5,40m ²)	Quarto (13,70m ²)	Instalação sanitária (5,80m ²)	Terraço (22,90m ²)
Teto	Tinta aquosa / cal	x	x	x				x								
	Madeira				x	x			x	x	x	x	x	x	x	
Piso	Madeira	x							x	x						
	Pedra															
	Cerâmico														x	x
	Mármore						x	x								
	Granito															
	Tijoleira		x	x	x	x					x	x		x		
Parede	Tinta aquosa / cal				x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x
	Azulejos															
	Gesso	x	x	x		x			x	x			x		x	
	Tijolo															
	Ardósia													x		
	Xisto															
	Tinta acrílica															
	Pedra										x					
	Fasquio / Tabique	x	x	x		x				x	x		x		x	
	Argamassa	x	x	x		x				x	x		x		x	

Piso 2 – Interior, Mirante e Exterior

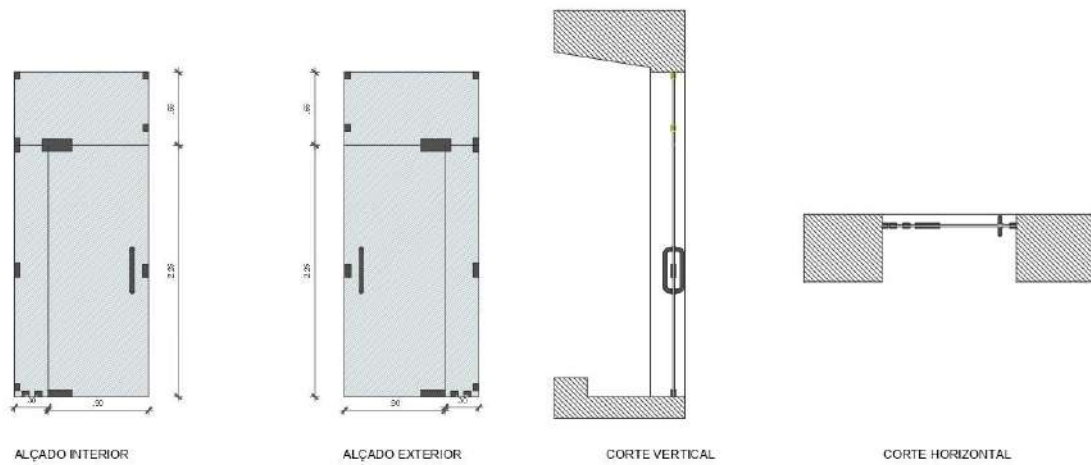
		Espaço vazio (27,95m ²)	Quarto (13,60m ²)	Quarto (22,30m ²)	Espaço da estrutura do telhado (82,15m ²)	Átrio (7,20m ²)	Circulação Horizontal (3,80m ²)	Mirante	Alçado
Teto	Tinta aquosa / cal					X	X		
	Madeira	X	X	X	X			X	
Piso	Madeira	X	X	X	X		X		
	Pedra								
	Cerâmico								
	Mármore								
	Granito								
	Tijoleira					X		X	
Paredes	Tinta aquosa / cal	X	X	X	X	X	X	X	
	Azulejos								
	Gesso	X	X	X	X	X	X		
	Tijolo								
	Ardósia								
	Xisto								
	Tinta acrílica								X
	Pedra								X
	Fasquio / Tabique	X	X	X	X	X	X	X	
	Argamassa	X	X	X	X	X	X	X	

Levantamento de Vãos – Existente

P1 PORTA DA ENTRADA PRINCIPAL (PISO 0)



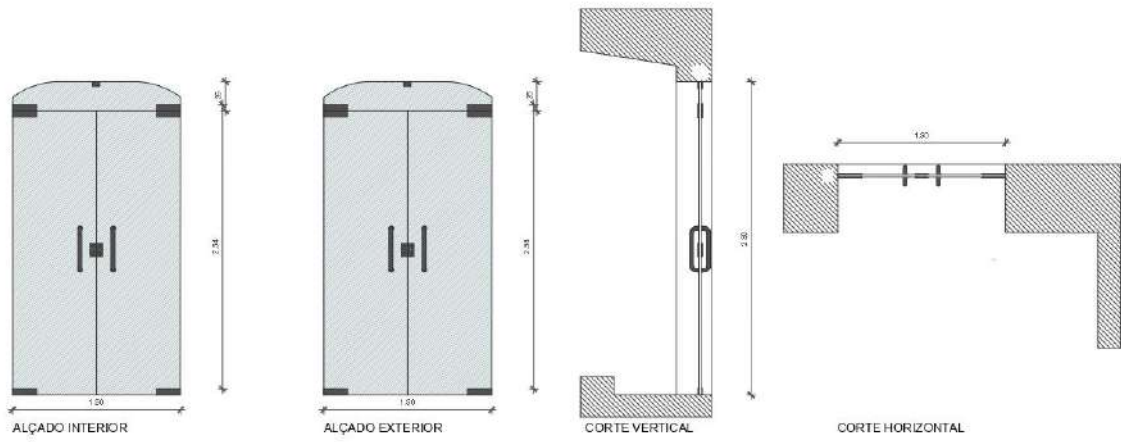
P2 PORTA DO CAFÉ ALÇADO PRINCIPAL (PISO 0)



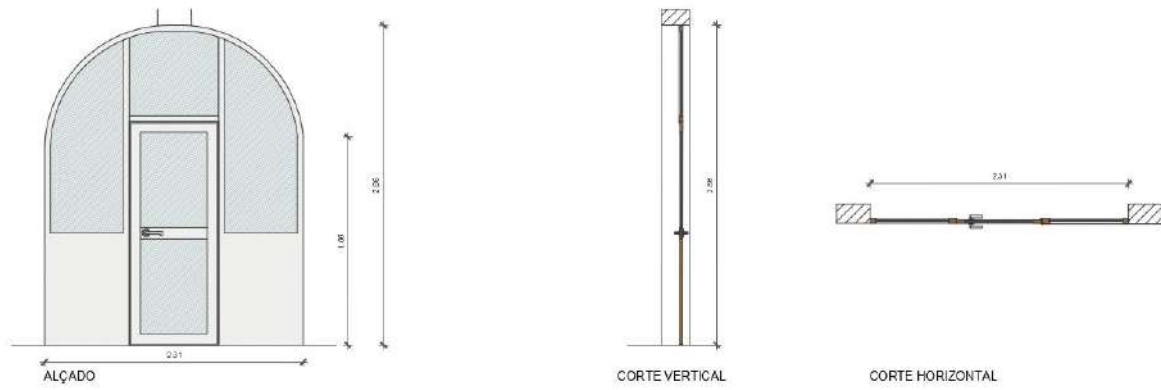
P3 PORTA INTERIOR HALL DE ENTRADA (PISO 0)



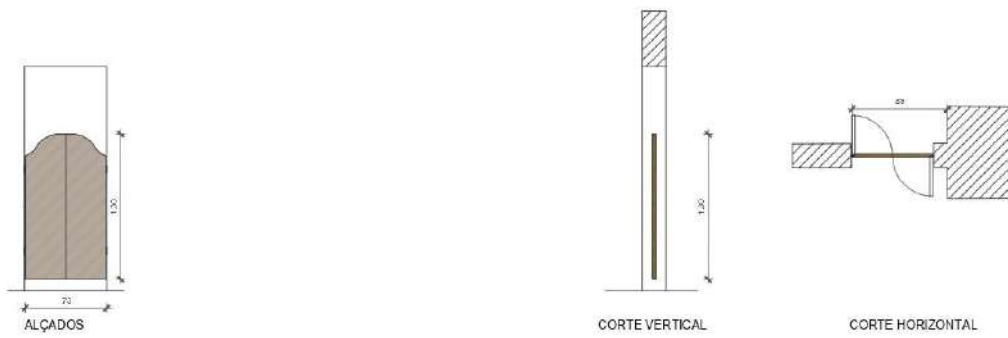
P4 PORTA DO CAFÉ NO ALÇADO LATERAL DIREITO (PISO 0)



P5 PORTA EM ALUMÍNIO DO CAFÉ (PISO 0)



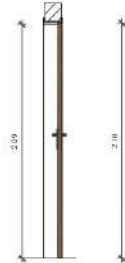
P6 PORTAS DE ACESSO ÀS CASAS DE BANHO DO CAFÉ (PISO 0)



P7 P8 P9 P10 PORTAS DAS CASAS DE BANHO DO CAFÉ (PISO 0)



ALÇADOS



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P11 PORTA DE ALUMÍNIO DO CAFÉ - ACESSO AO PÁTIO (PISO 0)



ALÇADOS



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P12 PORTA DA CAPELA QUE ESTÁ CELADA COM A PAREDE DE TIJOLO (PSIO 0)



ALÇADO CAPELA



ALÇADO TIJOLO

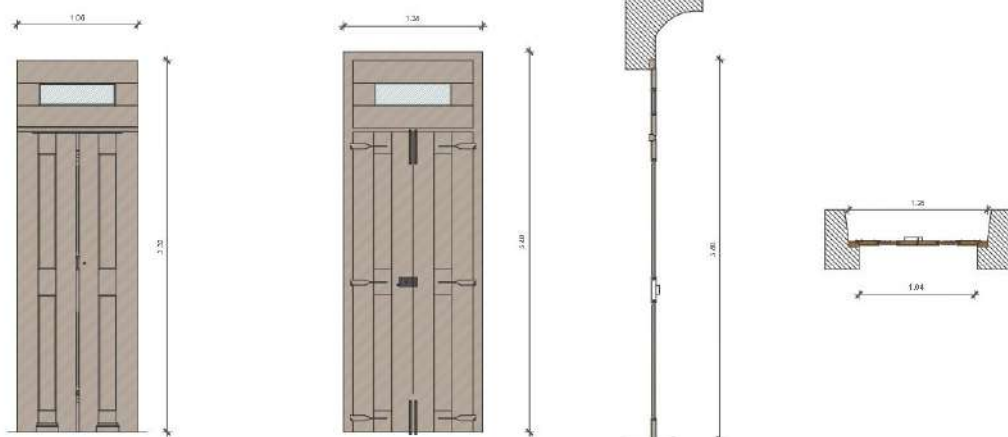


CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P13 PORTA CASTANHA DO ALÇADO ESQUERDO ZONA DA CAPELA (PISO 0)



P14 PORTA BRANCA DO ALÇADO ESQUERDO ZONA DA CAPELA (PISO 0)



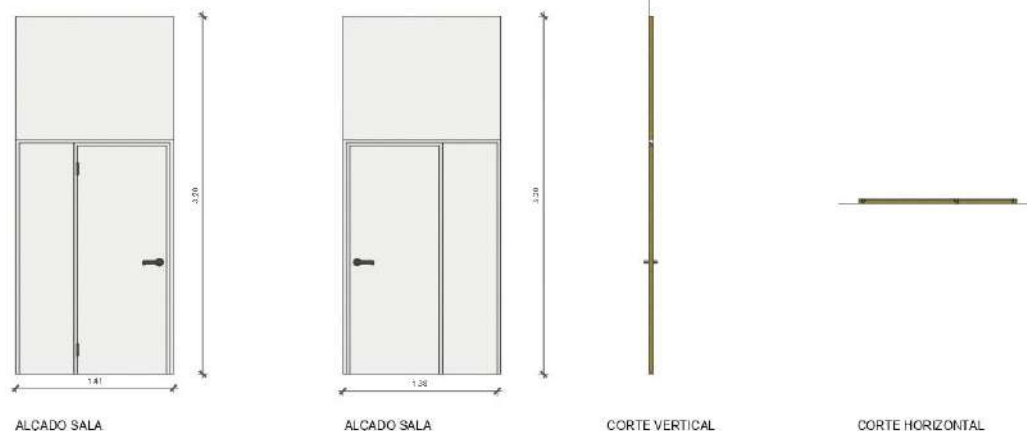
ALÇADO EXTERIOR

ALÇADO INTERIOR

CORTE VERTICAL

CORTE HORIZONTAL

P15 PORTA LATERAL DA SALA NO ALÇADO PRINCIPAL (PISO 0)



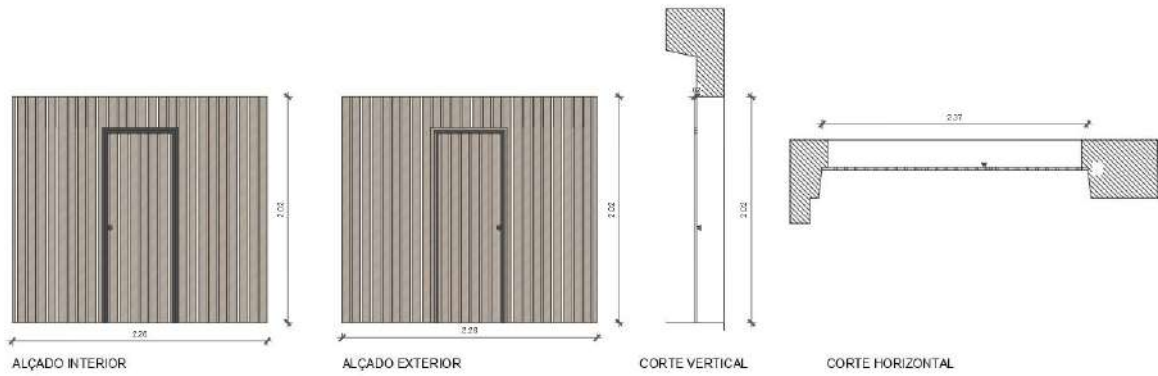
ALÇADO SALA

ALÇADO SALA

CORTE VERTICAL

CORTE HORIZONTAL

P16 PORTÃO GARAGEM ALÇADO LATERAL DIREITO (PISO 0)



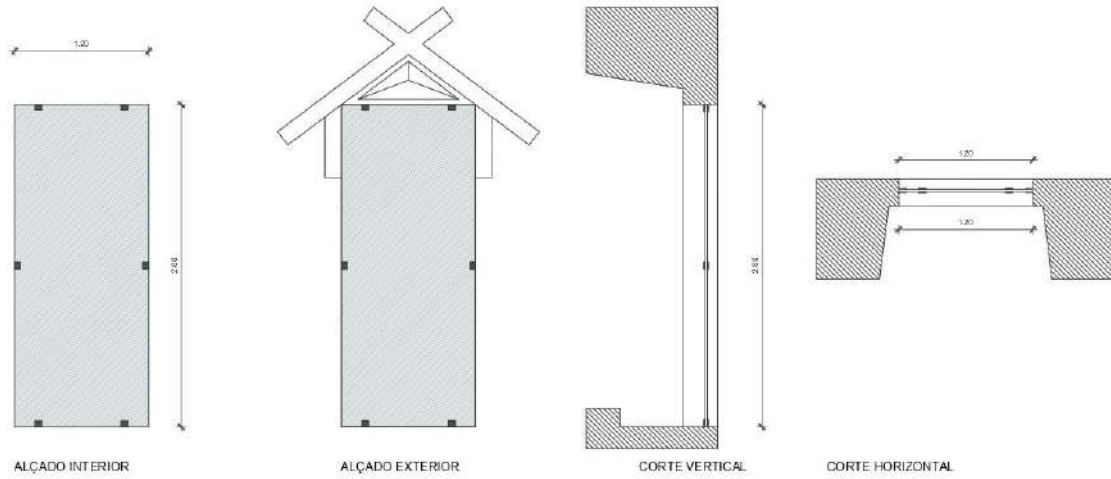
P15 PORTA SALA CLEAN (PISO 0)



J1 JANELA NO BALÇÃO DO CAFÉ - ALÇADO PRINCIPAL (PISO 0)



J2 JANELA DO CAFE NO ALÇADO LATERAL DIREITO (PISO 0)



J3 JANELA ACRESCENTADA NA CAPELA (PISO 0)



J4 JANELA SUPERIOR COZINHA (CAFÉ) EM ALUMINIO (PISO 0)



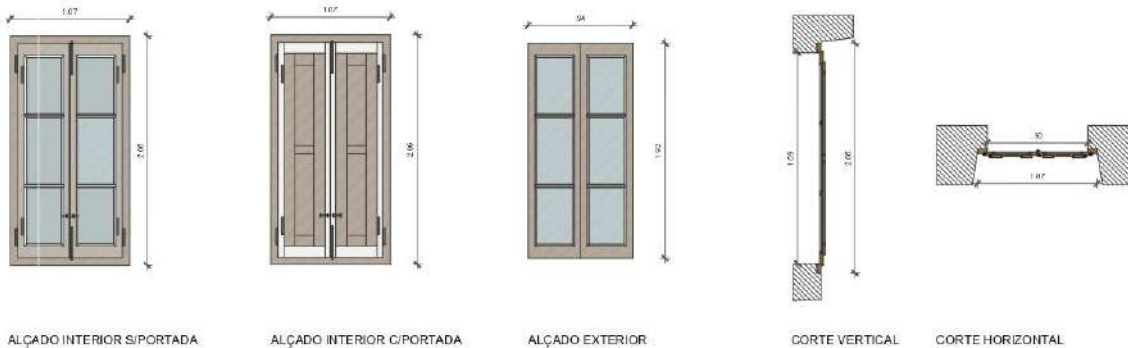
J5 JANELA COM PORTADA DE MADEIRA CAPELA (PISO 0)



J6 JANELA COM PORTADA DE MADEIRA CAPELA (PISO 0)



J14 JANELA DOS QUARTOS



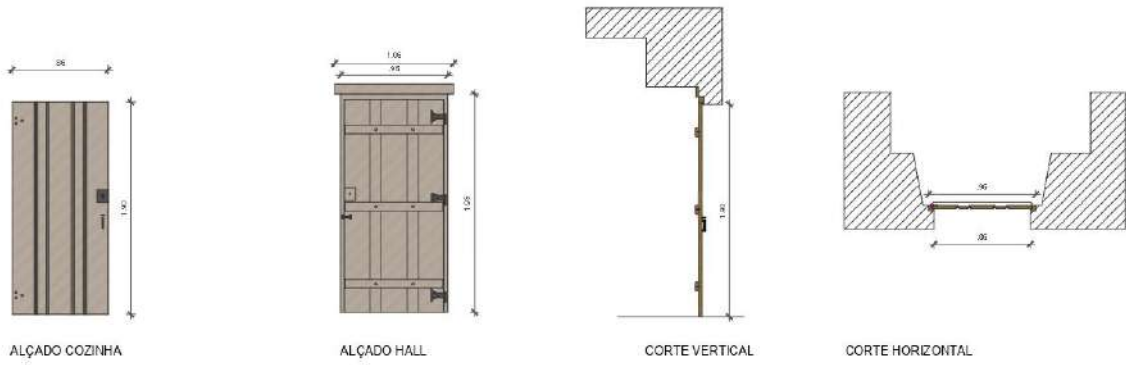
J15 JANELAS DO CORREDOR EM FRENTE À COZINHA (PISO 1)



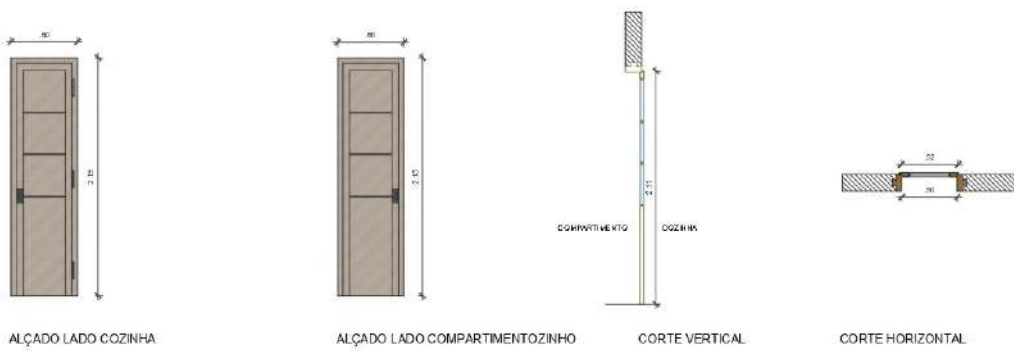
J16 JANELA POR CIMA DA PORTA DA SALINHA COLADA À SALA DE ESTAR



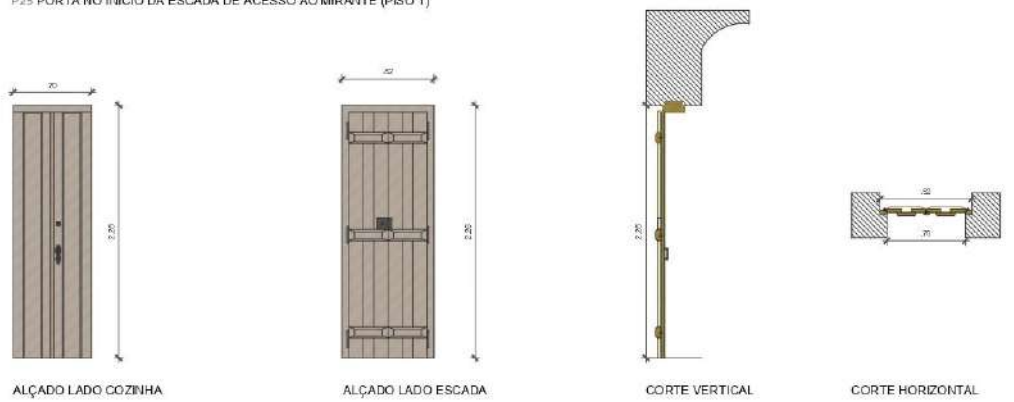
P23 PORTA HALL ANTES DAS ESCADAS DO MIRANTE (PISO 1)



P24 PORTA COMPARTIMENTO PEQUENINO JUNTO A COZINHA (PISO 1)



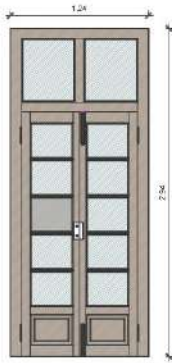
P25 PORTA NO INICIO DA ESCADA DE ACESSO AO MIRANTE (PISO 1)



P26 PORTA QUE SEPARA O CORREDOR DA COZINHA DAS ESCADAS EM PEDRA (PISO 1)



ALÇADO LADO ESCADAS



ALÇADO LADO COZINHA



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P27 PORTA DE ENTRADA PARA A SALA DE ESTAR (PISO 1)



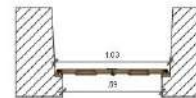
ALÇADO ESCADAS



ALÇADO SALA



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P28 PORTA SALA - ESCRITÓRIO (PISO 1)



ALÇADO LADO ESCRITÓRIO



ALÇADO LADO SALA



CORTE VERTICAL

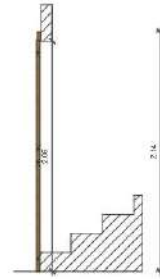


CORTE HORIZONTAL

P29 PORTAS ESCRITÓRIO - ACESSO AOS QUARTOS (PISO 1)



ALÇADOS



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P30 PORTA DA CASA DE BANHO DO QUARTO DA PONTA (PISO 1)



ALÇADO LADO CASA DE BANHO



ALÇADO LADO QUARTO



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

J7 JANELAS INTERIORES DA COZINHA (PISO 1)



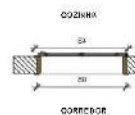
ALÇADO LADO CORREDOR



ALÇADO LADO COZINHA

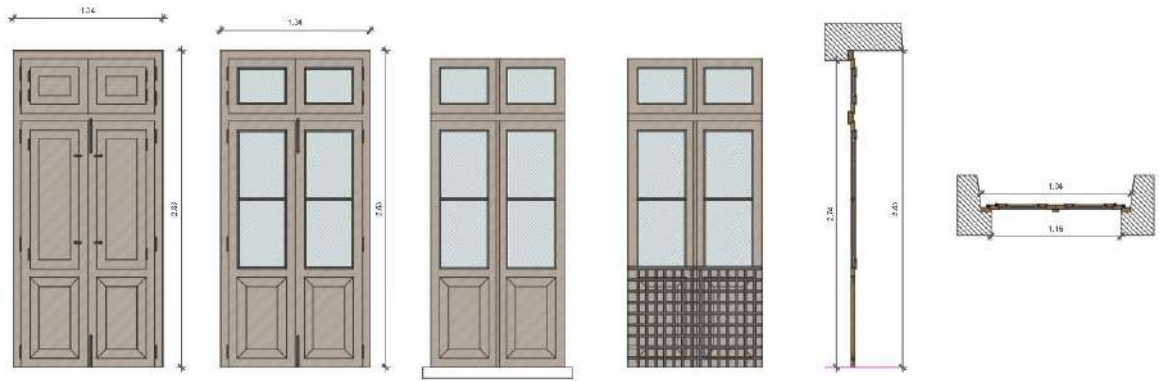


ALÇADO VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

J8 JANELA CORREDOR DA COZINHA - ALÇADO DIREITO (PISO 1)



ALÇADO INTERIOR C/PORTADA ALÇADO INTERIOR S/PORTADA ALÇADO EXTERIOR S/GRADE ALÇADO EXTERIOR C/GRADE CORTE VERTICAL CORTE HORIZONTAL

J9 JANELA EM FRENTE AS ESCADAS DA ENTRADA (PISO 1)



ALÇADO INTERIOR S/PORTADA ALÇADO INTERIOR C/PORTADA ALÇADO EXTERIOR CORTE VERTICAL CORTE HORIZONTAL

J10 JANELA DO LADO DIREITO DA SALA (PISO 1)

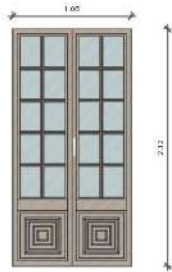


ALÇADO INTERIOR S/PORTADA ALÇADO INTERIOR C/PORTADA ALÇADO EXTERIOR CORTE VERTICAL CORTE HORIZONTAL

J11 PORTA-JANELA PRE FABRICADA SALA (PISO 1)



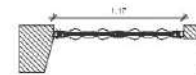
ALÇADO INTERIOR



ALÇADO EXTERIOR



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

J12 JANELA DA SALA AO LADO DA SALA DE ESTAR E QUARTO (PISO 1)



ALÇADO INTERIOR S/PORTADA



ALÇADO INTERIOR C/PORTADA



ALÇADO EXTERIOR



CORTE VERTICAL

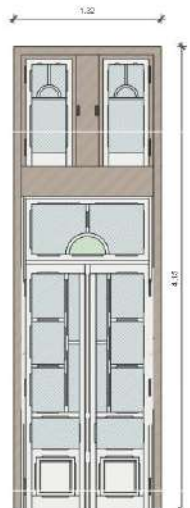


CORTE HORIZONTAL

J13 JANELA MAIS ALTA DO ESCRITÓRIO/SALA (PISO 1)



ALÇADO INTERIOR C/PORTADA



ALÇADO INTERIOR S/PORTADA



ALÇADO EXTERIOR S/GRADE



ALÇADO EXTERIOR C/GRADE

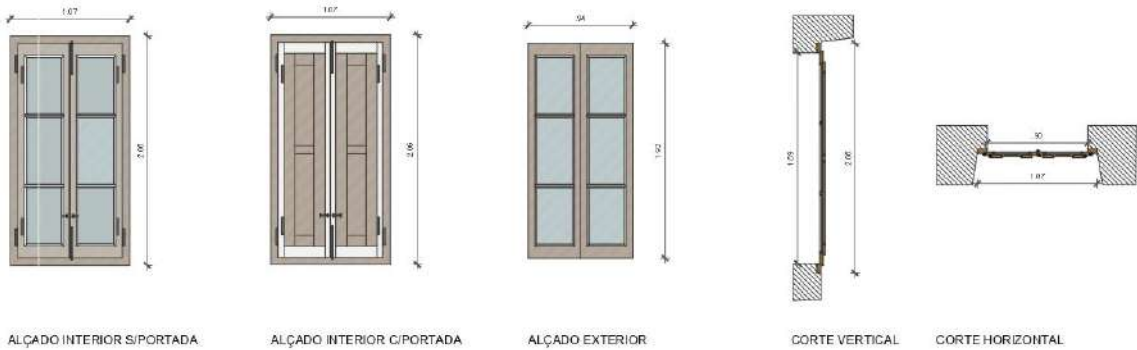


CORTE VERTICAL

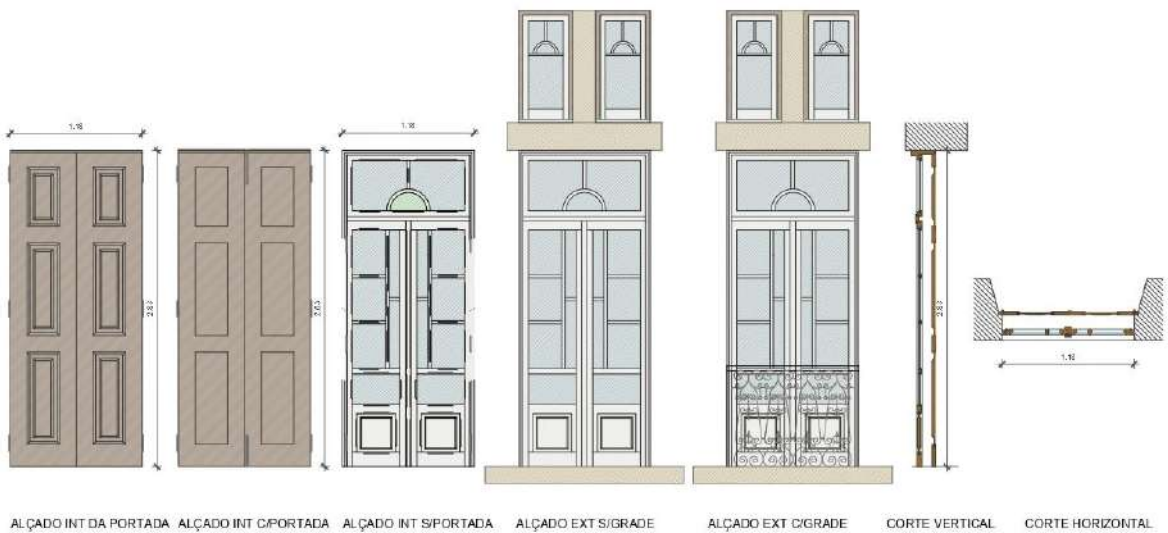


CORTE HORIZONTAL

J14 JANELA DOS QUARTOS



J15 JANELAS DO CORREDOR EM FRENTE À COZINHA (PISO 1)



J16 JANELA POR CIMA DA PORTA



P31 PORTA DO QUARTO DA PONTA (PISO 2)



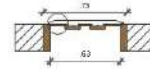
ALÇADO



ALÇADO LADO DO QUARTO



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P32 PORTA DE ENTRADA PARA ESTRUTURA DE TELHADO (PISO 2)



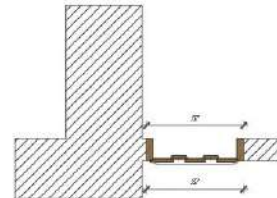
ALÇADO QUARTO



ALÇADO TELHADO



CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

P33 PORTA AO LADO DAS ESCADAS PARA O MIRANTE (PISO 2)



ALÇADO LADO QUARTOS



ALÇADO LADO CORREDOR

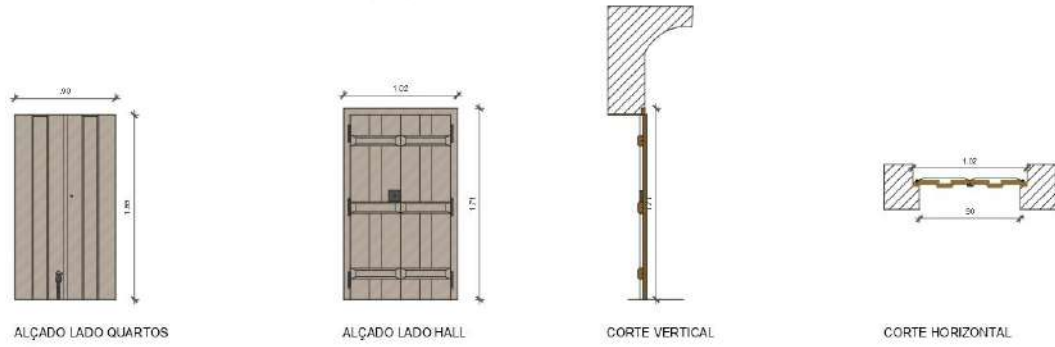


CORTE VERTICAL

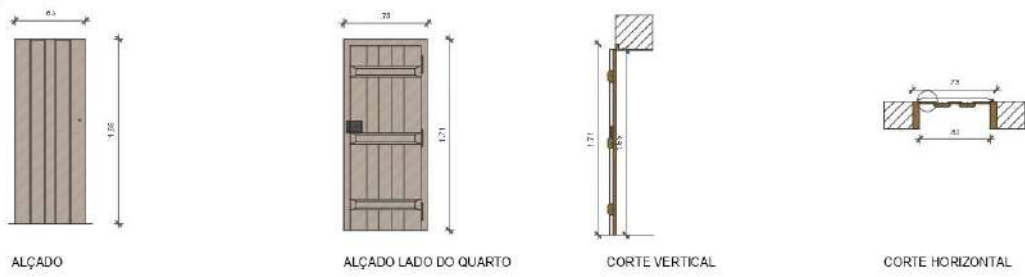


CORTE HORIZONTAL

P34 PORTA DE ACESSO ÀS ESCADINHAS DOS QUARTOS (PISO 2)



P35 PORTA DO QUARTO DA PONTA (PISO 2)



J17 JANELA MAIS ALTA DO ESCRITÓRIO/SALA (PISO 2)



J18 JANELA PEQUENA E ALTA - ZONA DO MIRANTE



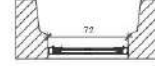
ALÇADO INTERIOR



ALÇADO EXTERIOR

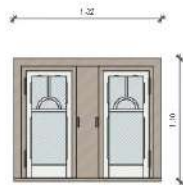


CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

J19 JANELAS MINIS DOS QUARTOS (PISO 2)



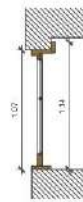
ALÇADO INTERIOR



ALÇADO EXTERIOR S/GRADE



ALÇADO EXTERIOR C/GRADE

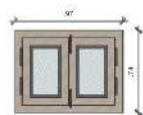


CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

J20 JANELA POR CIMA DA PORTA



ALÇADO INTERIOR S/PORTADA



ALÇADO INTERIOR C/PORTADA



ALÇADO EXTERIOR



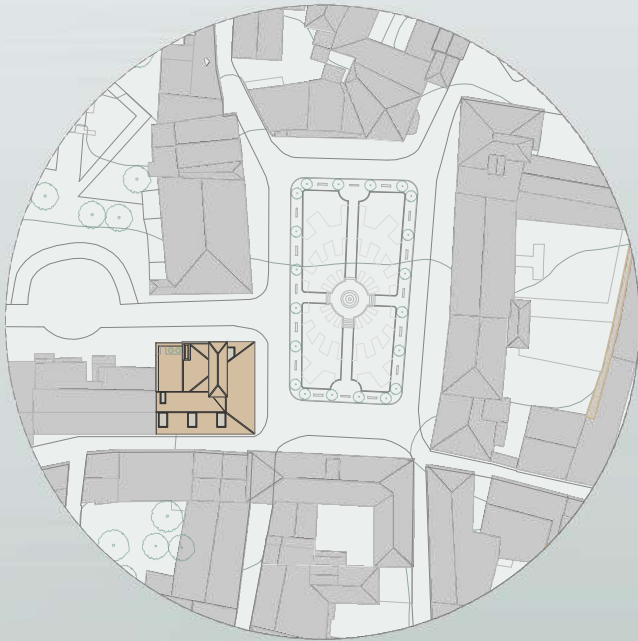
CORTE VERTICAL



CORTE HORIZONTAL

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE



A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

O problema presente prende-se na falta de intervenção e inadequação funcional que gera a degradação do edifício - A casa do Mirante de Monforte - e consequente perda dos valores culturais, sendo necessário a sua intervenção a fim de introduzir uma nova função, adaptando-a e compatibilizando-a com o edifício.

Surge como conceito de resolução a este problema a Reabilitação integrada da Casa do Mirante através da adaptabilidade de uma nova função - Turismo de Habitação - Alojamento Local com habitação própria - o este edifício, de forma a não descaracterizar o existente e preservando os seus valores e identidade e sendo possível ao proprietário continuar a ocupar o espaço que é atualmente a seu lar. Esta intervenção é baseada na redistribuição interior com conservação dos valores arquitetónicos, entre eles os elementos estruturais como as abóbodas e arcos, aspetos construtivos como a pedra e tijolo maciço e o Mirante, elemento mais marcante no volume deste edifício, e a melhoria e atualização das condições de conforto, sendo esta adaptada às exigências atuais, mas sempre tendo em conta a manutenção dos pedaços de história e valores de significação cultural existentes neste antigo edifício e no lugar onde este está inserido. Esta reabilitação proporcionará ao edifício uma revitalização estética e funcional resultando numa mais valia e forma de rentabilidade permitindo que este continue a ser mantido e conservado pelo proprietário após a intervenção e assim preservar, ao longo do tempo, a sua autenticidade.

"Não há Cultura sem civilização, nem civilização que perdure sem cultura" in Cultura e Civilização, Almada Negreiros.



PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

ENQUADRAMENTO GERAL DO OBJETO NO TERRITÓRIO E NO TEMPO



ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Monforte, concelho onde está localizado a Casa do Mirante, o objeto em estudo, é situado em Portalegre, distrito incluído em Portugal Continental sendo pertencente ao Alto Alentejo, sub-região da região do Alentejo, confronta, a Norte com os concelhos de Portalegre e Crato, a Este com os municípios de Arronches e Évras, a Oeste com Fronteira e Alter do Chão e a Sul por Estremoz e Borba. Este concelho é subdividido em 4 freguesias, Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.

O principal acesso rodoviário a este concelho é feito através da IP2, sendo este também atravessado pelas Estradas Nacionais 369 e 243.

- MONFORTE
- ✈ AEROPORTO
- PRINCIPAIS VIAS
- LINHA DE ÁGUA

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

Monforte, em 2011 apresentava 3 329 habitantes.

São muitas as manifestações populares e culturais do concelho, sendo de destacar as várias festas e romarias populares existentes em todas as freguesias. A nível do artesanato destacam-se os trabalhos em cortiça, madeira, pedra, em chifre e os trabalhos em pele.

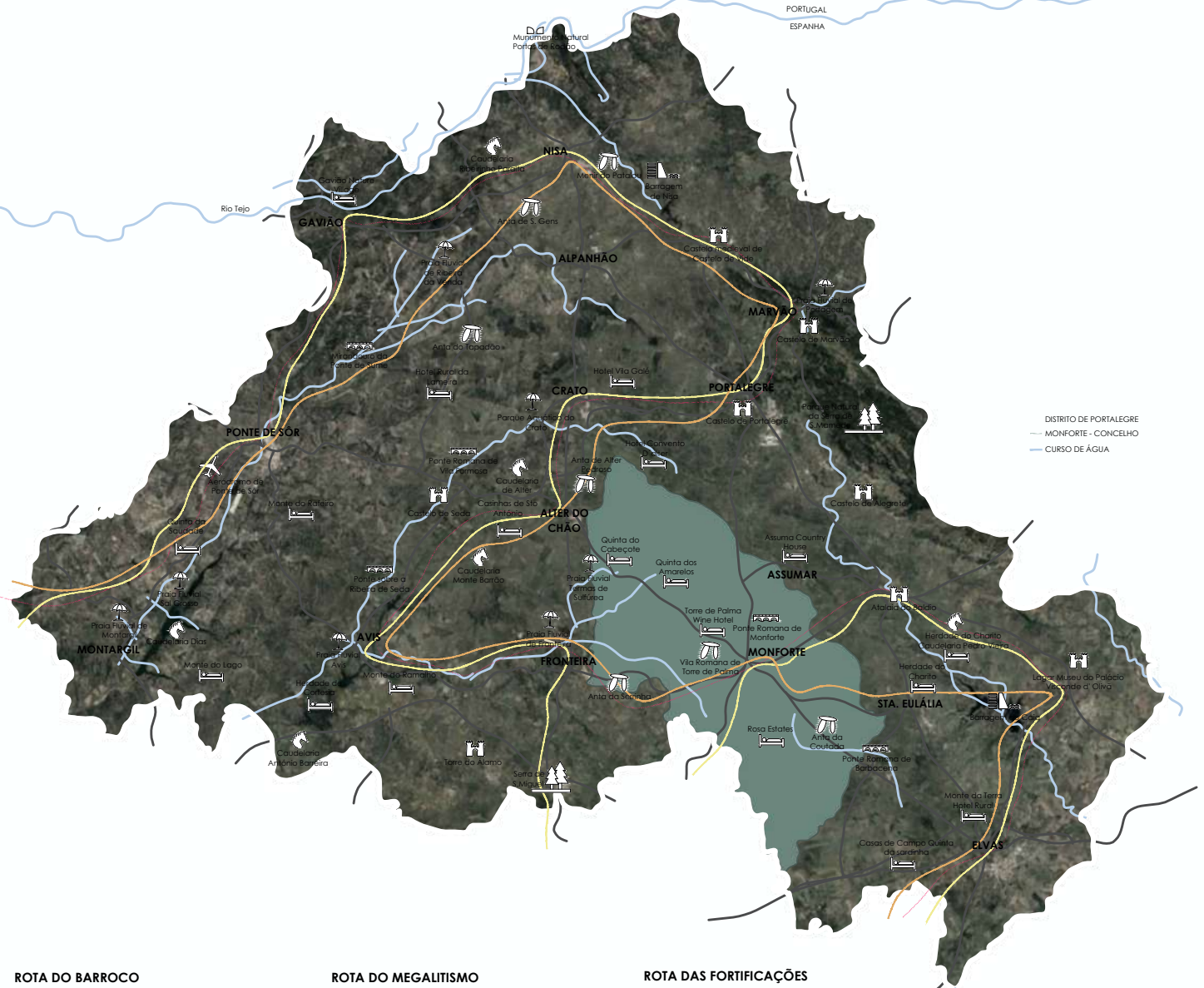
No concelho o setor mais evidente é o primário, incluindo a agricultura com destaque para o cultivo de cereais para grão, o pousio, o olival, os prados e pastagens permanentes e a pecuária com destaque para a criação de gado suínos, ovinos e bovino. No setor secundário, destacam-se as indústrias de exploração do granito sendo que o setor terciário quase não ocupa lugar.

CONTEXTUALIZAÇÃO TOPOGRÁFICA

Monforte é subdividido em quatro freguesias, Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.

Este concelho apresenta-se como um local geralmente plano apresentando elevações de baixa altitude, das quais se destacam os montes da Amendoeirinha com 328 metros de altitude, o monte Sete com 320 metros e o monte de Vaiamonte 393 metros.

Este concelho é irrigado por várias pequenas ribeiras sendo a principal e mais extensa a Ribeira Grande, junto da qual de fixa a maior parte do edificado.



ROTA DO BARROCO

A Rota do Barroco, também presente em todo o Alentejo, convida a descobrir uma "Arquitetura Chã" ou simples com qualidade compositiva e construtiva, proporcionando assim um atrativo turístico.

A expressão do Barroco Alentejano está principalmente representada no património de cariz religioso (igrejas, santuários, ermidas e conventos) mas observa-se também na arquitetura civil dos centros históricos e núcleos urbanos, com as fachadas de antigos palácios, casas solares e residências aristocráticas, e de onde também se erguem fontes, chafarizes e pequenos equipamentos com os mesmos traços.

ROTA DO MEGALITISMO

Na Rota do Megalitismo, que atravessa o Alentejo e grande parte do Ribatejo preserva-se um notável e raro património megalítico, formado por múltiplos menires e dolmens, construídos no período Neolítico e do Calcolítico.

Estes monumentos apresentam-se em grande escala e com grande impacto na paisagem onde se inserem. O Alentejo é um dos territórios com maior densidade e variedade de construções megalíticas. Aqui se encontra a arquitetura mais antiga da Europa, um património cultural único e por isso um ótimo ponto turístico também altamente presente em todo o território de Portalegre e Monforte.

ROTA DAS FORTIFICAÇÕES

A Rota das Fortificações engloba a arquitetura militar como castelos, fortalezas, fortificações e muralhas da zona fronteiriça ou raianas do Alentejo, estas fortificações são de grande importância histórica, construtiva e artística demonstrando-se assim uma atração turística de grande interesse.

Esta Rota, que se estende a todo o Alentejo, passando por Portalegre e Monforte, explora desde os mais emblemáticos e visitados pontos de interesse até aos mais desconhecidos. São dezenas os castelos, fortes e fortificações, conservados ou alvo de requalificações, que guardam memória da defesa da fronteira portuguesa.

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

ENQUADRAMENTO GERAL DA CASA DO MIRANTE NO LUGAR

MONFORTE - EVOLUÇÃO NO TEMPO

SÉC. XIV - XV

1139 A Vila de Monforte é conquistada aos Mouros.
 1257 Reedificação do Castelo D. Afonso I (1)
 1309 O Castelo é ampliado por D. Dinis. (Constrói 3 torres e torre de menagem)
 1209 Construção de uma nova cerca com foso (2)
 Localização da atual Casa do Mirante - Desde o início que esta se encontra virada para a pequena praça que mais tarde virá a dar lugar à atual Praça da República.

SÉC. XVI

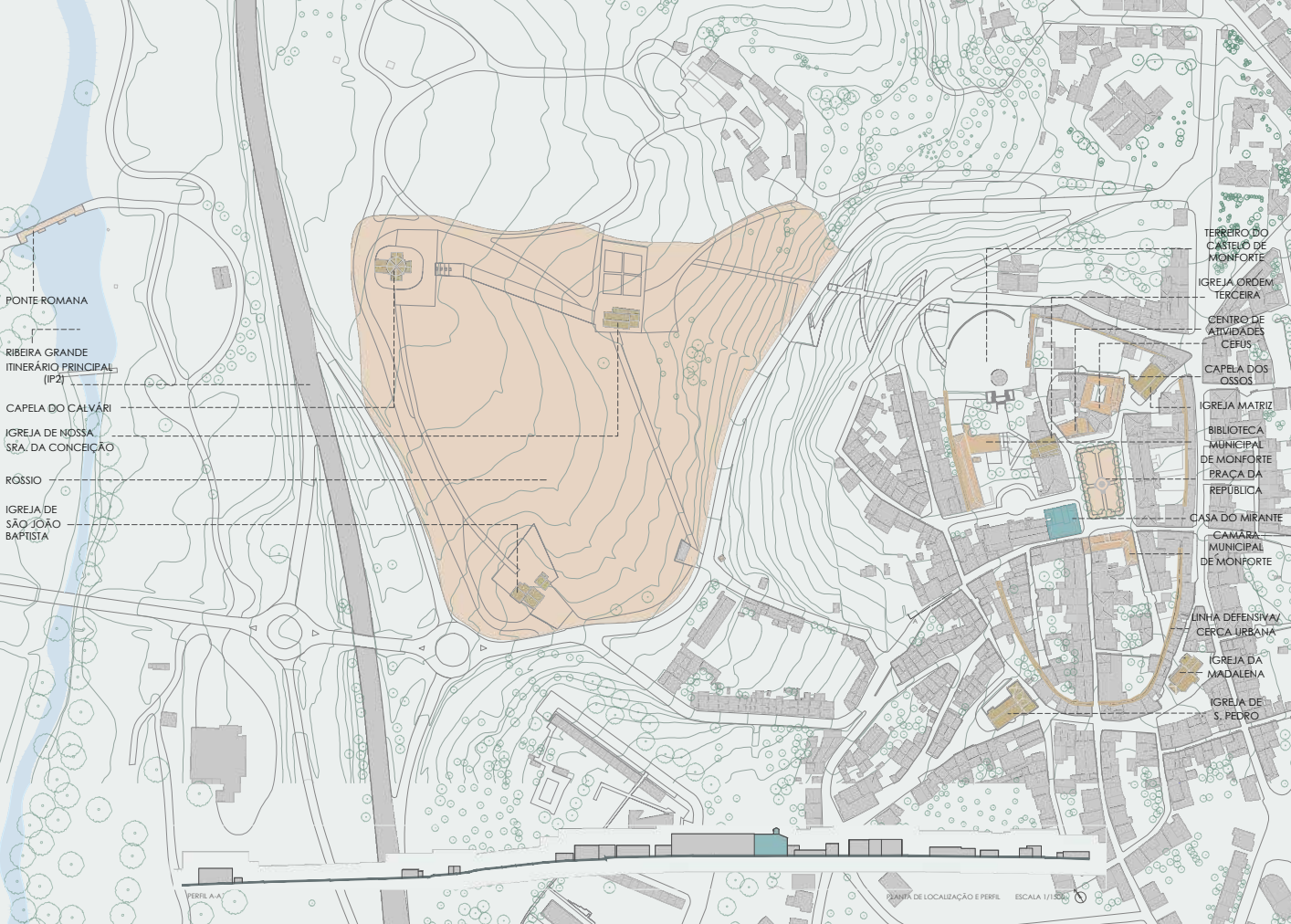
1570 Forma atual da Igreja Santa Madalena (3)
 Séc. XVI Existência do primitivo edifício do Paços do Concelho (4)
 Séc. XVI Existência do primitivo Convento do Bom Jesus (5)
 Séc. XVI Igreja de São Pedro (6)
 Séc. XVI Existência de um Praça medieval
 Finais do Séc. XVI Destruição do Castelo
 Localização da atual Casa do Mirante

1900 - 1950

1801 A Muralha encontra-se em ruína, perdendo a capacidade defensiva.
 1862 Extinção do Convento
 1889 Abertura da Praça do Município - Atual Praça da República (7)
 1928 Construção da Praça de Touros
 1943 Demolição do Convento (8)
 Configuração atual da Casa do Mirante
 Resultado da reparação e divisão do Convento do Bom Jesus.

SÉC. XXI

1980 - 1990 Construção do IP2
 2003 Requalificação paisagística e ambiental do foso, criação de espaços verdes na medida do possível e topografia original do local (9)
 2004 Construção do Jardim e Praça da Biblioteca de Monforte (10)
 Operação de realçamento e reinserção social de famílias em risco de exclusão social nas Freguesias de Monforte e Vaigamortez
 Atual Casa do Mirante - Virada para a Praça da República.



CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR

A Casa do Mirante confronta com a Praça da República de Monforte, ambas no centro urbano desta vila. Neste espaço entré muralhas, destacam-se elementos arquitetónicos como a própria praça, câmara municipal e Igreja Matriz de Monforte. Extra muros o destaque vai para o Rossio de Monforte onde se localizam as igrejas do Calvário, Nossa Senhora da Conceição e São Batista.

O centro de Monforte, dentro da muralha do Castelo de Monforte ganhou notoriedade a partir da construção desta muralha por D. Dinis em 1309. Após 1512, com a Carta de Foral concedida a Monforte, o edifício sofre modificações como surgimento primitivo do edifício do Paços do Concelho e do convento do Bom Jesus no século XVI. A partir do século XVIII inicia-se o abandono e deterioração da muralha perdendo a capacidade defensiva nos anos de 1800. Atualmente, esta encontra-se sem expressão no território e, muito degradada, no entanto o centro deste concelho mantém-se na zona histórica outrora, entre muros onde se localiza a Praça da República aberta em 1889.

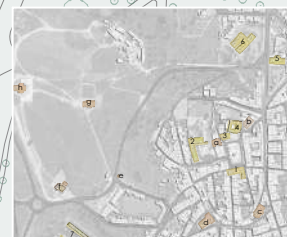


ESPAÇO PÚBLICO

Os vazios públicos no centro de Monforte, intramuralhas, são escassos, sendo estes, a Praça da República, o Largo José Carlos Malato e o Terreiro do Castelo de Monforte.

A maior mancha de espaço público, extramuralhas, é destinada ao extenso vazio do Rossio e pós-IP2, a presença de poucos vazios públicos no centro é, de certa forma, compensada por este vazio a oeste.

1 - Praça da República 2 - Jardim da Biblioteca 3 - Terreiro do Castelo de Monforte 4 - Jardim Poeta António Sardinha 5 - Rossio de Monforte



EQUIPAMENTOS, IGREJAS E CAPELAS

Verifica-se maior presença de equipamentos junto à praça central, mesmo assim, a escassez de equipamentos, até à população pode demonstrar-se uma característica negativa.

Igrejas e capelas mostram-se um elemento muito presente e demonstram-se símbolos de atração quer pelo seu valor histórico quer arquitetónico.

1 - Câmara Municipal de Monforte 2 - Biblioteca Municipal de Monforte 3 - Centro de Atividades 4 - CEFUS 5 - Hospital 6 - Sra. Casa da Misericórdia de Monforte 7 - Hotel (atualmente encerrado) 8 - Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Monforte 9 - Igreja Matriz c - Igreja da Madalena d - Igreja de São Pedro e - Capela do Senhor da Boa Morfe f - Igreja de São João Baptista g - Igreja de Nossa Sra. da Conceição h - Capela do Calvário.



ESPAÇOS DE INTERESSE

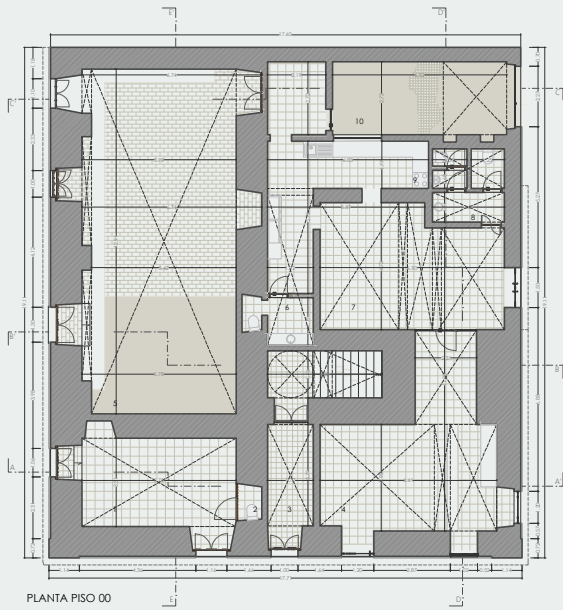
Dentro da vila de Monforte existem alguns pontos de atração turística, entre eles:

- 1 - Praça da República
- 2 - Igreja Matriz
- 3 - Capela dos ossos
- 4 - Varandim Panorâmico
- 5 - Terreiro do Castelo de Monforte
- 6 - Igreja da Madalena e Espaço Museológico
- 7 - Rossio de Monforte
- 8 - Jardim Poeta António Sardinha

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO MIRANTE
LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO



PLANTA PISO 00

LEGENDA

- 1 - Sala (22.40m²)
- 2 - Instalação Sanitária (1.20m²)
- 3 - Átlio (7.70m²)
- 4 - Cafeteria (37.10m²)
- 5 - Capela (80.00m²)
- 6 - Instalação Sanitária (4.15m²)
- 7 - Restaurante (30.00m²)
- 8 - Instalação Sanitária (6.55m²)
- 9 - Cozinha (17.40m²)
- 10 - Armazém (24.40m²)



5 - Capela - Abobada de Berço



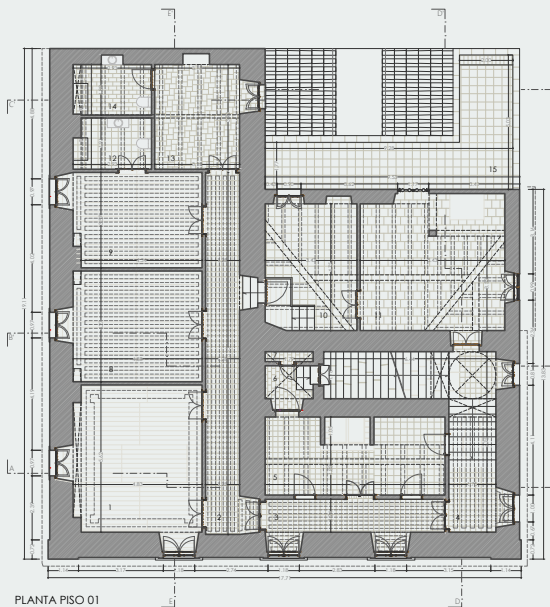
7 - Restaurante - Abóbada de Berço



3 - Átlio - Abóbada de Berço



CORTE A-A'



PLANTA PISO 01

LEGENDA

- 1 - Sala (27.95m²)
- 2 - Circulação Horizontal (18.40m²)
- 3 - Circulação Horizontal (10.40m²)
- 4 - Átlio (5.80m²)
- 5 - Cozinha (19.40m²)
- 6 - Átlio (2.40m²)
- 7 - Armazém (0.65m²)
- 8 - Quarto (20.80m²)
- 9 - Quarto (17.85m²)
- 10 - Escritório (14.10m²)
- 11 - Sala (23.30m²)
- 12 - Instalação Sanitária (5.40m²)
- 13 - Instalação Sanitária (5.80m²)
- 14 - Quarto (13.70m²)
- 15 - Terraço (22.90m²)



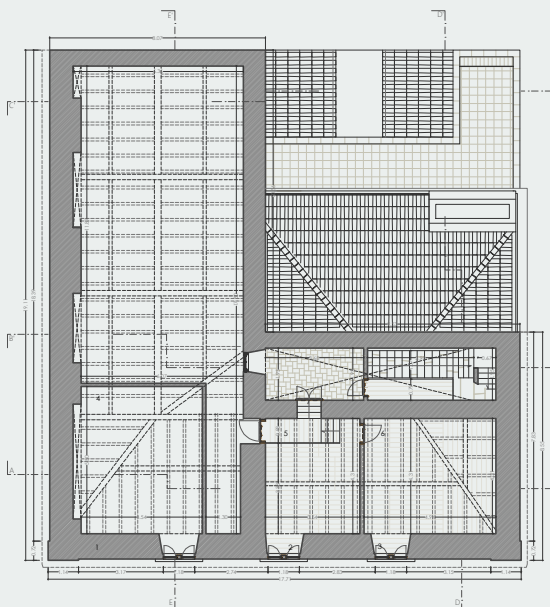
1 - Sala - Arco



Circulação Vertical e Abóbada de Berço



CORTE B-B'



PLANTA PISO 02

LEGENDA

- 1 - Espaço vazio (27.95m²)
- 2 - Quarto (13.60m²)
- 3 - Quarto (22.30m²)
- 4 - Espaço da Estrutura do Telhado (82.15m²)
- 5 - Átlio (7.20m²)
- 6 - Circulação Horizontal (3.80m²)



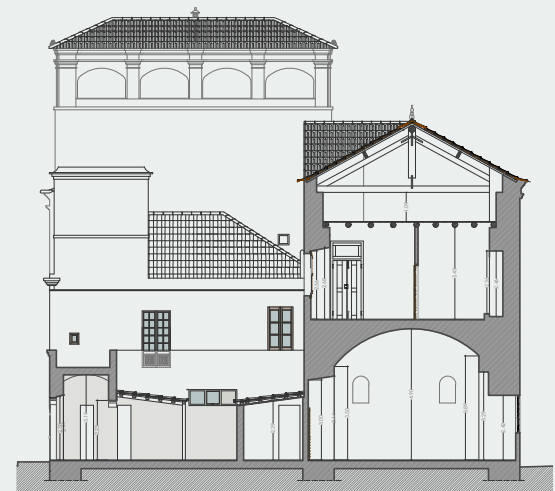
3 - Quarto - Pavimento e Janela



6 - Circulação Horizontal - Abobada de Berço



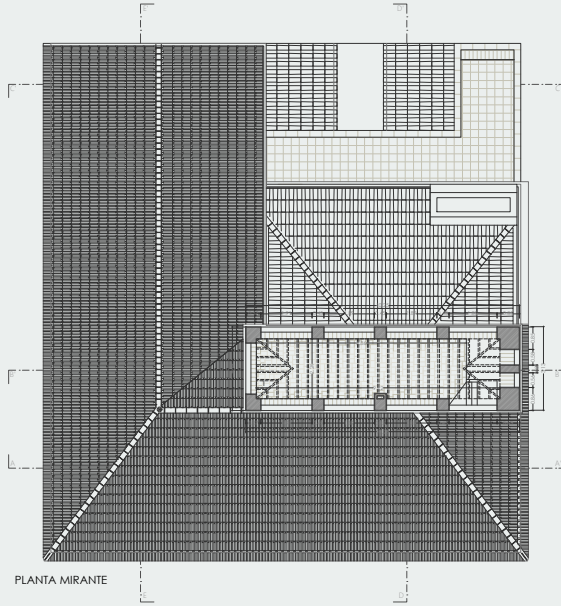
6 - Circulação Horizontal - Abobada de Berço



CORTE C-C'

ESCALA 1/100

PATRIMÓNIO E TURISMO
A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE
 CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO MIRANTE
 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO



PLANTA MIRANTE

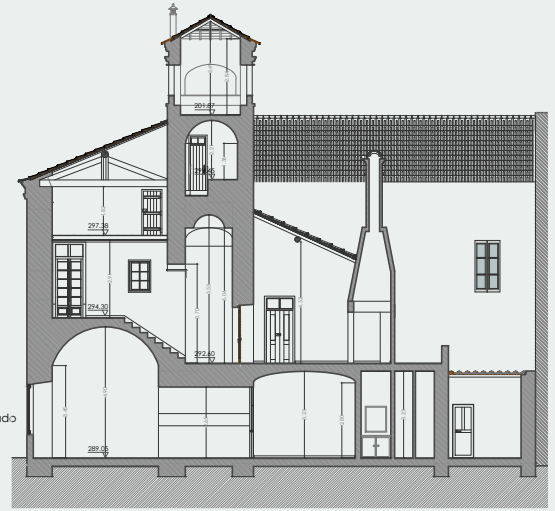
LEGENDA
 1 - Mirante (17.50m²)



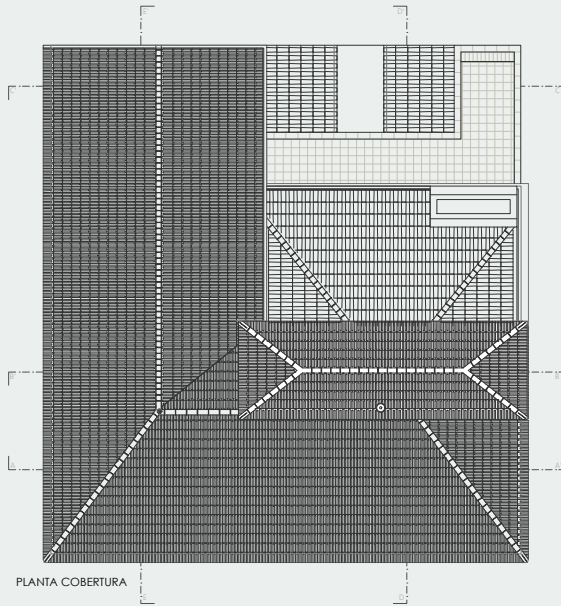
1 - Mirante - Vistas



1 - Mirante - Estrutura Telhado



CORTE D-D'



PLANTA COBERTURA



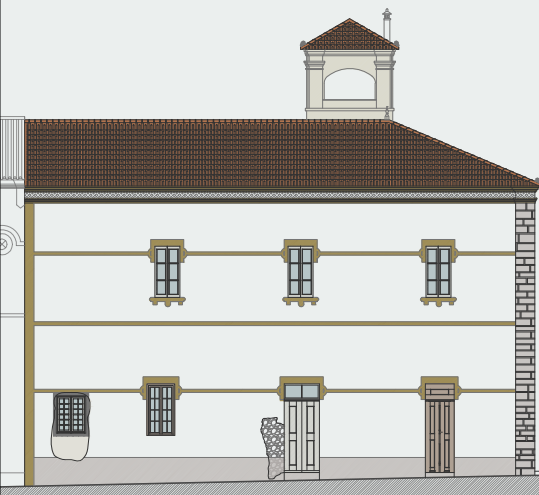
Alçado Nascente



Alçado Norte e Poente



CORTE E-E'



ALÇADO SUL | RUA MARIANO MOREIRA COSTA PINTO



ALÇADO NASCENTE | PRAÇA DA REPÚBLICA



ALÇADO NORTE | AVENIDA HUMBERTO DELGADO

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

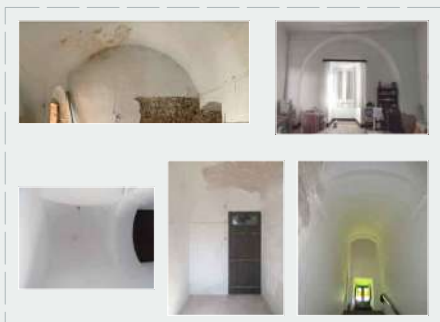
CARACTERIZAÇÃO DA CASA DO MIRANTE



CONJ.1



CONJ.2



CONJ.3



CONJ.4



CONJ.5



CONJ.5



CONJ.6



CONJ.7

CASO DE ESTUDO

A Casa do Mirante trata-se de um edifício antigo dotado de valores que lhe conferem autenticidade. Originária do século XIX mas com heranças do antigo Convento do Bom Jesus datado do século XVI, de traços alentejanos, esta casa conta atualmente com as funções de habitação e restauração, sendo a sua envolvente maioritariamente caracterizada por edifícios de habitação de cêrcea semelhante e sensivelmente da mesma época, situam-se nesta alguns serviços como a Câmara de Monforte, comércio e restauração e como elementos arquitetónicos mais marcantes são visíveis a Biblioteca Municipal e as várias igrejas.

O mosteiro do Bom Jesus era uma das maiores e mais importantes instituições que existiram na vila de Monforte, a sua evolução foi caracterizada por 3 fases, a primeira, Fase de Fundação, século XVI, sendo esta entre 1500 e 1520, a segunda fase, Aumento e Apogeu, século XVIII, a terceira Fase do declínio, séc. XIX, caracterizada pelo seu declínio espiritual e económico materializado pela segregação dos seus bens imobiliários e a quarta e última fase caracterizada por doações e vendas e consequentes demolições transformando completamente a malha urbana que ocupava e conduzindo ao parcial desaparecimento arquitetónico, permanecendo apenas uma terça parte que atualmente ainda se pode observar.

Através de análises históricas constata-se que os principais elementos diferenciadores nomeadamente os arcos estruturais, abóbadas e mirante presentes neste singular edifício têm origem neste antigo convento do Bom Jesus.

Na casa do Mirante, o próprio mirante mostra-se o elemento mais importante e marcante deste objeto arquitetónico, situado a uma cota mais elevada que a maioria dos edifícios envolventes, é um componente com potencial e capaz de proporcionar sublimes vistas sobre a vila de Monforte. Assim sendo e tendo como base os três grupos de valores segundo Antoni Gonzalez Moreno Navarro - Arquitetónico; Documental e Significativo elaborou-se o seguinte quadro:

QUADRO DE VALORES

	ARQUITETÓNICO	DOCUMENTAL	SIGNIFICATIVO
TIPOLOGIA E ARTE	<ul style="list-style-type: none"> - Mirante (Conj.1) - Vãos (Conj.2) - Abóbadas, Cúpulas e Arcos (Conj.3) - Azulejos (Conj.4) 	<ul style="list-style-type: none"> - O edifício era o antigo Convento de Bom Jesus e este passou por várias fases de transformação 	<ul style="list-style-type: none"> - Devido a transição, hoje o espaço é usado para fins habitacionais e comerciais - Técnica construtiva Tradicional Alentejana
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Paredes exteriores em alvenaria de pedra com pedra (Conj.5) - Paredes interiores em tabique - Caixilhariás em madeira (Conj.2) - Espaço destinado a 3 funções diferentes - Relação com a Praça - Abóbadas, Cúpulas e Arcos (Conj.3) - Aspectos negativos: introdução de tijolos pré fabricados, caixilhariás de alumínio 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação: data-se que possivelmente possa ter sido entre 1500 e 1520 - Estilo arquitetónico : Barroco Religioso - Remodelação do mosteiro no séc. XVIII sobretudo a nível de decoração interior, mas foi progressivamente fracionado não restando praticamente nada do edifício do original Convento 	<ul style="list-style-type: none"> -Aproveitamento integrado dos recursos locais no programa construtivo
USO E FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Usos distintos (Casa/café e a capela) correspondendo a usos e funções específicos que determinam expressões artísticas próprias 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade habitacional, comercial e outrora religiosa (casa /capela e café) 	<p>-----</p>
TÉCNICAS TRADICIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> -Alvenaria de pedra e terra 	<p>-----</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Aproveitamento integrado dos recursos locais no programa construtivo
ESPAÇO ENVOLVENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Redesenho da praça do Município (1889) - Fonte da Praça da República (Conj.6) 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão e demolição das parcelas do antigo convento (1943) - Demolição dos edifícios no espaço que hoje dá lugar à Praça da República 	<ul style="list-style-type: none"> - Muralha da cidade - Praça da República
ESPIRITO DO LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> - Edifício com impacto visual pela presença do Mirante na sua cobertura - O mirante proporciona vistas sob todos os eixos da vila, possibilitando a perceção da sua composição. (Conj.7) 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificação perferente ao conjunto de edifícios que determinam a organização da praça central do centro histórico 	<ul style="list-style-type: none"> - Na capela da atual casa do mirante encontram-se enterradas mais 100 freiras que viveram no antigo convento

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

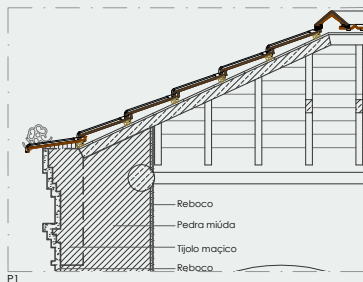
A casa do Mirante é caracterizada pelo uso de materiais construtivos tipicamente alentejanos, destacando-se a pedra miúda, o tijolo maciço de adobe e cal para o reboco.

As paredes exteriores e do mirante têm função estrutural e são constituídas, do exterior para o interior, por reboco de cal, pedra miúda e revestidas a reboco ou mármore pelo interior. Paredes interiores sem função estrutural são em tabique e revestidas a reboco nas zonas secas ou tijoleira nas zonas húmidas.

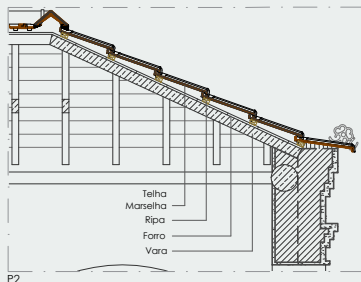
As lajes de piso são conseguidas através das abóbadas ou com estrutura de madeira, apresentam revestimentos em soalho de madeira, mosaico, tijoleira, mármore ou azulejo. A cobertura, não acessível, é em telhado inclinado revestido a telha marseilha e com estrutura de madeira.

Portas e janelas incorporam, na sua maioria, cabilhos de madeira com vidro simples, sendo estas originais da casa, é possível observar pontualmente janelas e portas com caixilharia em PVC, notoriamente colocadas a posteriori.

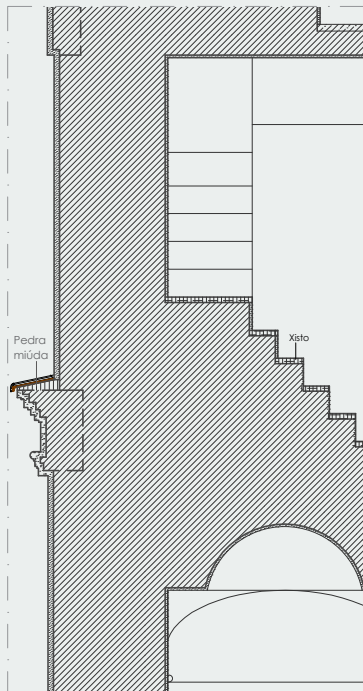
	Pedra miúda		Reboco
	Xisto		Pedra miúda
	Granito		Tijoleira tradicional
	Tijolo maciço		Mármore



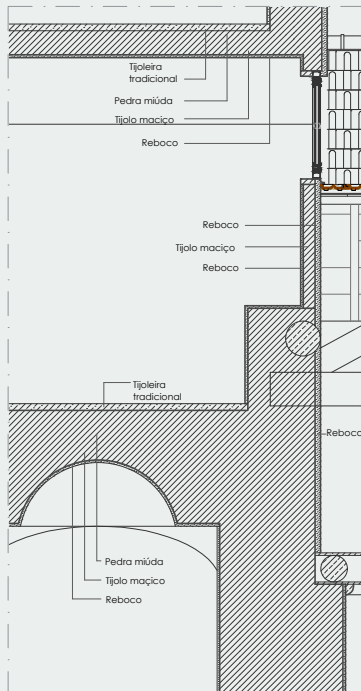
P1



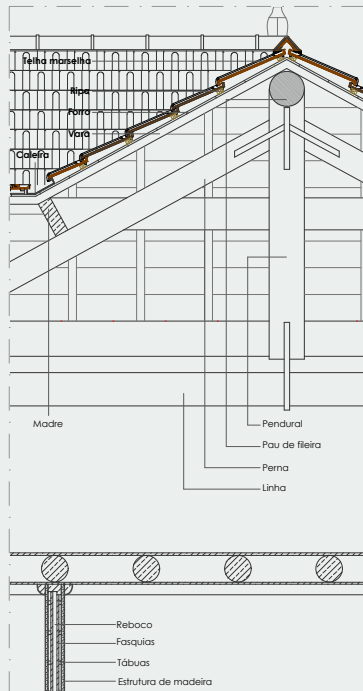
P2



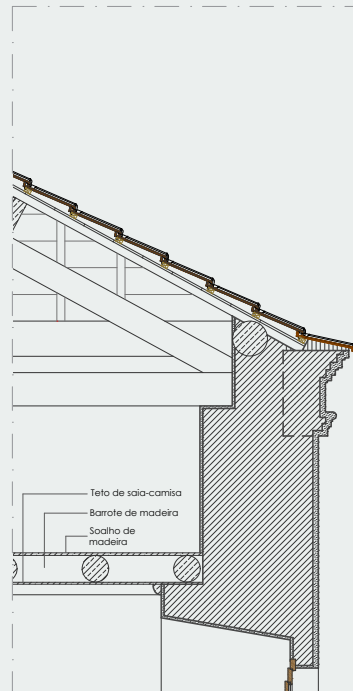
P3



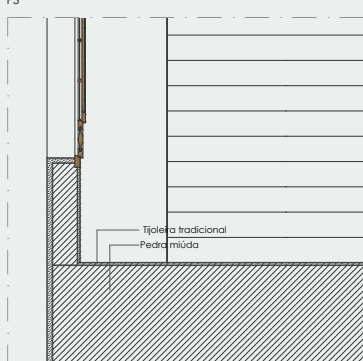
P4



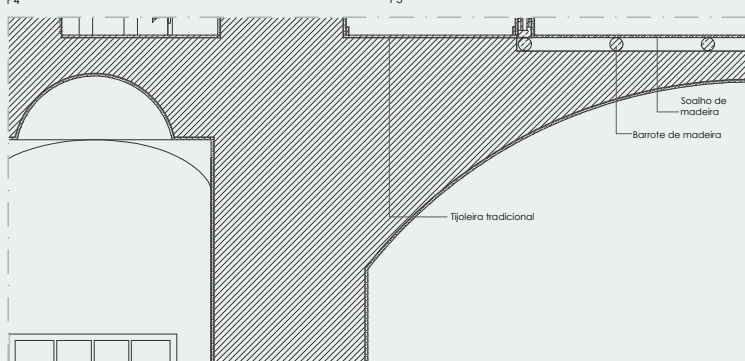
P5



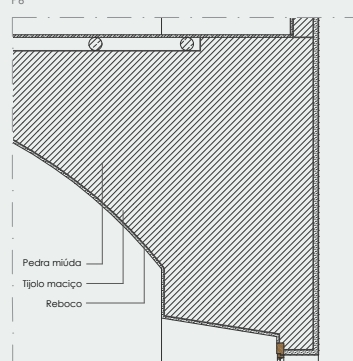
P6



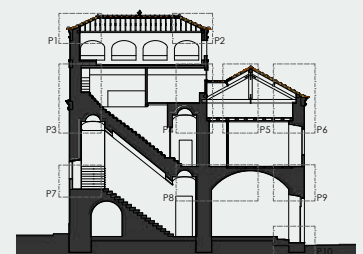
P7



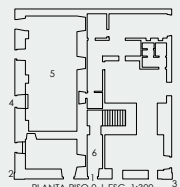
P8



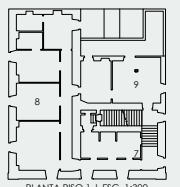
P9



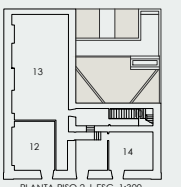
SINOPSE | ESC. 1:200



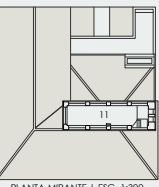
PLANTA PISO 0 | ESC. 1:300



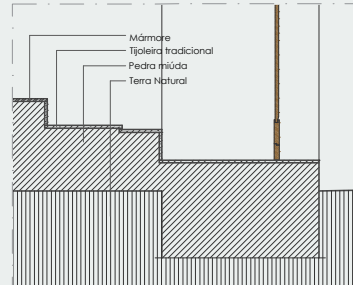
PLANTA PISO 1 | ESC. 1:300



PLANTA PISO 2 | ESC. 1:300



PLANTA MIRANTE | ESC. 1:300



P10 PORMENORES CONSTRUTIVOS | ESC. 1:20

REVESTIMENTOS EXTERIORES



FOLHA 7

REVESTIMENTOS INTERIORES



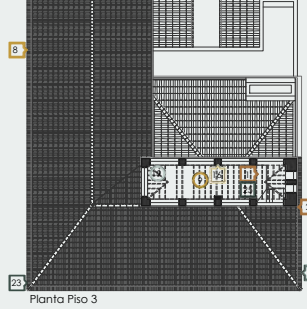
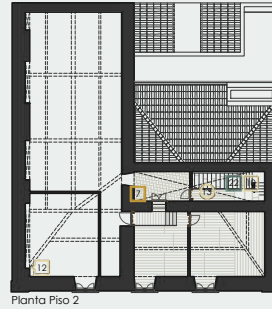
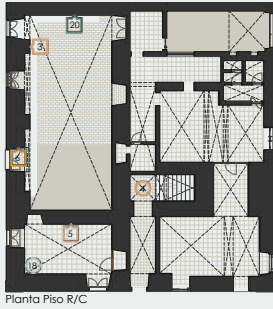
ESTRUTURA TELHADO



PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



PATOLOGIAS	CARACTERIZAÇÃO	ORIGEM	RESOLUÇÃO	LEGENDA	
ORGANICAS Decomposição ou apodrecimento	Paredes antigas são mais permeáveis do que as modernas. Os rebocos e outros materiais quando expostos a humidade do ar, frio, áreas mal ventiladas, falta de luz solar ou por acção de infiltrações de água por fissuras da fachada, surgem as manchas, algas e fungos.	Podridão facilitada pela presença de humidade e deficiente arejamento; Atoque de insectos xilófagos; Deficiente manutenção; Acção de fungos.	Quando apodrecidas as massas, proceder à retirada desta camada e substituir por nova; Corrigir fissuras da fachada e proceder à sua impermeabilização; Instalação de ventilação mecânica / abrir janelas garantindo arejamento e ventilação.	1 2	
QUIMICAS Corrosão / Oxidação	Interação destrutiva de um material com o meio ambiente, como resultado de reacções químicas ou electroquímicas, associadas ou não a acções físicas ou mecânicas de degradação.	Formenização deficiente; Elevado teor de cloretos no ar.	Quando a corrosão é demasiada e o material for de fácil substituição deverá proceder-se a esta; Aplicar tintas e vernizes de protecção; Impermeabilizar com hidrofugante; Aplicar bloqueadores de poros.	3 4	
OPERACIONAIS Enegrecimento da superfície	Caracterizada por uma mancha de humidade geralmente na base das paredes e pelo aparecimento de manchas esbranquiçadas.	Sais; Má impermeabilização causadora de humidade elevada permanente; Escoamentos de águas das coberturas.	Instalação de uma barreira de impermeabilização; Revestimento com rebocos de drenagem; Injeção de um produto hidrófugo.	5	
ESTETICAS Migração de sais	Caracteriza-se pela ausência de elemento essencial que deveria ter sido aplicado na construção. Elemento em falta.	Água ascendente por capilaridade através das fundações e paredes; Infiltrações de água das chuvas através de fendas.	Proceder ao enchimento com material adequado com a devida camada de protecção final. Proceder à substituição do mesmo.	6	
ESTETICAS Elemento inexistente/desaparecido	Caracteriza-se por elemento apresenta instabilidade ou desequilíbrio.	Estrutura mal concebida ou apodrecida; Execução inacabada; Falta de manutenção após degradação.	Reforço estrutural ou encaixes com ou sem substituição do elemento conforme as condições físicas deste.	7	
ESTETICAS Elemento instável	Caracteriza-se por falha de revestimento final ou de protecção	Elemento inacabado.	Proceder à instalação da devida camada de protecção, por exemplo aplicação de reboco.	8	
ESTETICAS Elemento não protegido	Caracteriza-se por existência de falha na resistência dos materiais que constituem a estrutura.	Podridão facilitada pela presença de humidade e deficiente arejamento; Atoque de insectos xilófagos.	Aplicação de reforços/ enchimento com massas, instalação de camadas de protecção ou substituição total do elemento.	9	
ESTETICAS Estrutura enfraquecida	Caracteriza-se por desgaste físico da camada superficial dos materiais.	Má manutenção. Inundações, infiltrações ou fugas fortuitas de grande intensidade que não sejam imediatamenteebelada.	Reparação ou substituição da peça e nova utilização correcta com devida manutenção.	10	
ESTETICAS Desgaste	Manifesta-se por aparecimento de fissura que quando alastrada se torna uma fratura.	Varição de temperatura externa; Retração dos materiais; Mau comportamento térmico; pequenas deformações da estrutura; Tensionamento das telas ou membranas; Argamassa de assentamento desadequada; Pequenas deformações da estrutura.	As fissuras e fraturas em rebocos devem ser tratadas através da sua abertura em "V", limpeza completa (remoção de poeiras e particuladas soltas) e preenchimento com mastique acrílico.	11 12	
ESTETICAS Fractura	Fissuração	Alteração da forma original do elemento.	Entrada de água para o interior do edifício; sobrecarga da estrutura.	Não sendo possível a reparação para a forma original, então dever-se-á substituir o elemento.	13
ESTETICAS Deformação	Desagregação	Perda de aderência entre argamassa e parede com destacamento da argamassa em relação do suporte ou perda de coesão.	Humidade proveniente do terreno em contacto com a parede; Má ventilação; Pontes térmicas.	Remoção das massa e refazer a zona afectada do reboco e aplicação de novo revestimento.	14
ESTETICAS Superfície riscada	Superfície riscada	Existência de pequenas fissuras na camada superficial do material.	Uso humano; Desgaste.	Proceder à lixagem e à aplicação de material de protecção final.	15
ESTETICAS Empolamento da superfície	Empolamento da superfície	Existência de bolhas/ampliação na camada superficial dos materiais.	Má preparação e qualidade do suporte; Pinturas e rebocos inadequados; Falta de manutenção; Presença prolongada de água.	Após reparada a origem, a tinta empolada deve ser toda removida.	16
ESTETICAS Superfície ou elemento quebrado	Superfície ou elemento quebrado	Superfície de acabamento com fissuras variadas e falhas no material.	Argamassa de assentamento desadequada; Falta ou juntas estreitas	Proceder à remoção da área quebrada e refazer a mesma.	17
DE AGUA Condensação	Condensação	Condensação é a transformação de um gás num estado líquido que leva a aparecimento de manchas.	Condensação é provocada por pontes térmicas.	Reforço da ventilação do interior; Reforço do isolamento térmico das paredes; Aumento da temperatura interior.	18
DE AGUA Manchas de humidade	Manchas de humidade	Caracteriza-se pela presença manchas na superfície dos materiais.	Origem na fachada/cobertura; Fugas em canalizações; infiltrações pelas caixilarias; Humidade ascendente; Deficiente isolamento.	Eliminar a origem, ou as manchas resurgirem; Remover as massas da área afectada; Reposição de massas da área afectada.	19
ESTETICAS Descaracterização	Descaracterização	Materiais ou elementos visivelmente diferentes ou não adequados que não são compatíveis esteticamente com o local de aplicação.	Implementação de elementos desadequados ao contexto envolvente; Atualização de sistemas e materiais inadequados.	Remover o material inestético e em cada caso estudar a melhor solução que se adequa e seja compatível com o existente.	20
ESTETICAS Instalação eléctrica descuidada	Instalação eléctrica descuidada	Presença de elementos poluidores ou dissonantes do conjunto.	Descuido e despreocupação na execução de trabalhos posteriores à obra.	Remover do local e instalar noutra mais apropriada, não sendo possível, enquadrar de forma cuidada.	21
ESTETICAS Sujidade	Sujidade	Presença de porosidade, escrementos e outros.	Acumulação de lixos provocada pela decomposição dos materiais.	Proceder a limpeza da área.	22
ESTETICAS Cantaria fracturada	Cantaria fracturada	Existência de fratura visível no material.	Deficiente concepção (esbeltez excessiva) e manutenção; Protecção insuficiente contra a corrosão; Efeito de cargas verticais transmitidas pelas paredes;	Encher a fratura com pó de granito com resina epoxi, em caso fratura pequena, em fratura maior, substituir o elemento.	23
ESTETICAS Deformação de molduras (portas/janelas)	Deformação de molduras (portas/janelas)	Empenamento de elementos.		Reparação do elemento, se muito acentuada, proceder à substituição do elemento deformado.	24
ESTETICAS Pavimentos desnivelados	Pavimentos desnivelados	Diferença de cotas de altura no pavimento.		Correcção e reforço estrutural de forma a permitir a nivelção de piso.	25

PAREDES EXTERIORES



PAREDES INTERIORES



TETOS INTERIORES



PAVIMENTOS INTERIORES



Ao analisar a Casa do Mirante e tendo em conta a sua idade, o estado de conservação geral do edifício pode dividir-se em duas partes, o piso rés do chão e primeiro piso apresentam um Razoável estado de conservação, estando os dois pisos perfeitamente habitáveis, encontram-se patologias que não afetam o desempenho da função mas que requerem manutenção. O segundo piso apresenta Razoável a Mau estado de conservação, estando neste presentes anomalias que prejudicam o aspeto, requerem trabalhos de difícil execução, prejudicam o uso e conforto e que requerem trabalhos de limpeza, substituição ou reparação.

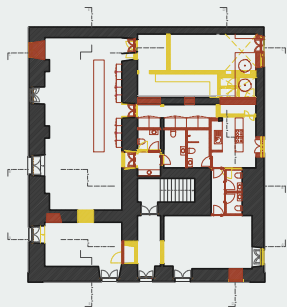
Neste edifício são observáveis patologias que se inserem nas categorias de Orgânicas, Químicas, Físicas, de Água e Estéticas, sendo as mais incidentes as dos tipo Físico. Das patologias existentes, a sua maioria seria evitável se fosse realizada manutenção periódica de modo a preservar o bom aspeto estético e funcionamento do mesmo, é, no entanto, verificado um certo abandono e desleixo na conservação de algumas áreas da casa onde é já notório uma degradação mais avançada de variados elementos. O edifício necessita atualmente de algumas obras de manutenção ligeiras, correcção de eventuais penetrações de água que causam anomalias em vários elementos e reparação profunda ou, e apenas se necessário, a correta substituição de componentes como por exemplo caixilarias de madeira de janelas e portas, pavimentos e revestimentos.

○ Teto □ Pavimento ▣ Parede

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

REUSO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO
PREEXISTÊNCIA E PROPOSTA



PLANTA PISO R/C



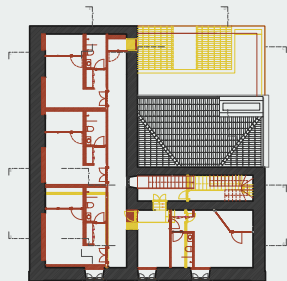
CORTE A - A'



PLANTA PISO 1



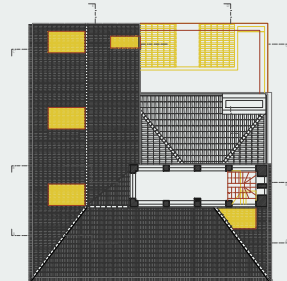
CORTE B - B'



PLANTA PISO 2



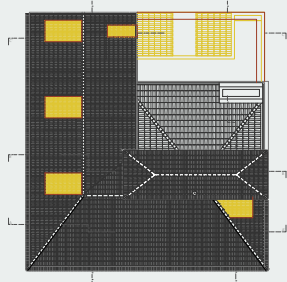
CORTE C - C'



PLANTA MIRANTE



CORTE D - D'



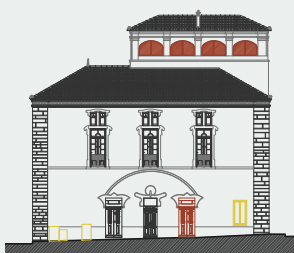
PLANTA COBERTURA



CORTE E - E'



ALÇADO SUL | RUA MARIANO MOREIRA COSTA PINTO



ALÇADO NASCENTE | PRAÇA DA REPÚBLICA



ALÇADO NORTE | AVENIDA HUMBERTO DELGADO

■ A CONSERVAR ■ A DEMOLIR ■ A CONSTRUIR ESCALA 1/200

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

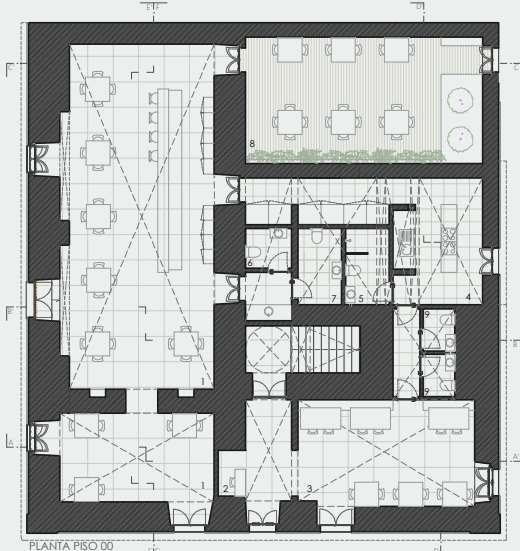
PROJETO



Cafeteria - Piso R/C



Quarto com Pátio - Piso 2



PLANTA PISO 00

LEGENDA

- 1 - Cafeteria (90,20m²)
- 2 - Átria + Recepção (8,25m²)
- 3 - Sala Pequeno-Almoço (34,00m²)
- 4 - Despensa + Cozinha (32,65m²)
- 5 - Instalação Sanitária Privada (2,35m²)
- 6 - Instalação Sanitária pública (2,55m²)
- 7 - Instalação Sanitária Mobilidade Reduzida (4,35m²)
- 8 - Esplanada (27,85m²)
- 9 - Instalação Sanitária (1,90m²)

No piso Rê do chão foi dada prioridade às áreas sociais para que estes tenham maior proximidade ao espaço público, contacto com o exterior e Praça da República sendo mantida a cafeteria neste piso mas situada na capela por ser um espaço amplo e marcante tendo ligação direta à esplanada que cria um vazio no volume do edifício. Foram também introduzidas neste piso a sala de pequenos almoços e recepção. Todas as abóbadas são mantidas pelo seu valor estrutural e histórico.



CORTE A-A'

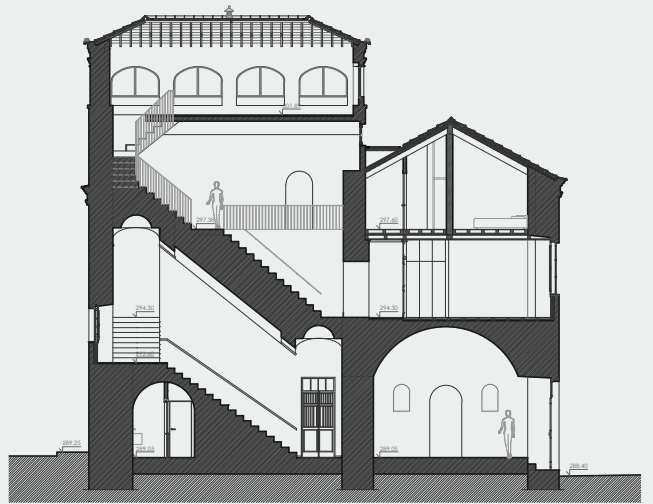


PLANTA PISO 01

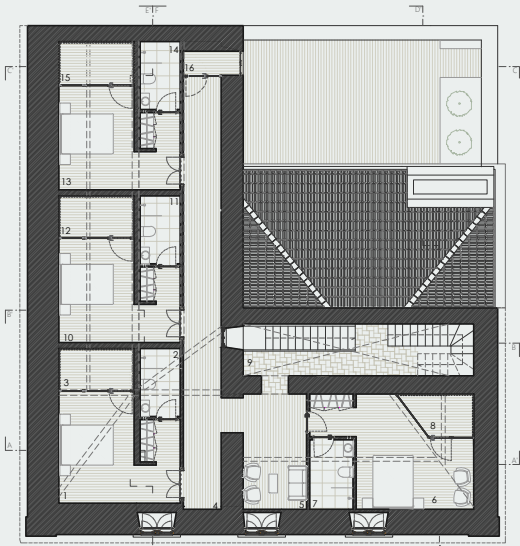
LEGENDA

- 1 - Quarto (18,35m²)
- 2 - Instalação Sanitária (3,20m²)
- 3 - Circulação Horizontal (18,40m²)
- 4 - Sala/Copa + Circulação Horizontal (33,90m²)
- 5 - Apartamento Kitchenette (27,95m²)
- 6 - Instalação Sanitária (3,60m²)
- 7 - Quarto (13,45m²)
- 8 - Instalação Sanitária (3,20m²)
- 9 - Quarto (16,60m²)
- 10 - Instalação Sanitária (3,20m²)
- 11 - Lavandaria (5,35m²)
- 12 - Arumos (6,00m²)

No primeiro piso, com acesso pela recepção e pelas originais escadadas, no início e fim das quais são mantidas as abóbadas pelo seu valor estrutural e histórico, surgem as zonas mais privadas, de uso exclusivo do proprietário e hóspedes, primeiro temos a habitação, no espaço mais recatado, a atual sala, onde é criada uma caixa de sala mais baixa que o pé direito total deste espaço que engloba instalação sanitária e onde se apoia a cozinha, depois surge a sala comum com pequena copa que dá acesso aos quartos, onde atualmente já existem, mas reorganizadas e alinhadas com os arcos estruturais existentes, e um espaço de arumos/lavandaria que remata o corredor, totalizando três quartos, todos com instalação sanitária, destinados ao alojamento local. A estes espaços (quartos e arumos) sugere-se uma intervenção nos tetos de forma a baixar o pé direito e alinhá-los com o teto da sala comum de forma a criar área útil no piso de cima.



CORTE B-B'



PLANTA PISO 02

LEGENDA

- 1 - Quarto (11,75m²)
- 2 - Instalação Sanitária (4,20m²)
- 3 - Pátio (4,50m²)
- 4 - Circulação Horizontal (12,00m²)
- 5 - Sala (10,25m²)
- 6 - Quarto (15,20m²)
- 7 - Instalação Sanitária (4,20m²)
- 8 - Pátio (3,60m²)
- 9 - Circulação Horizontal (6,25m²)
- 10 - Quarto (11,10m²)
- 11 - Instalação Sanitária (4,20m²)
- 12 - Pátio (4,50m²)
- 13 - Quarto (19,70m²)
- 14 - Instalação Sanitária (4,20m²)
- 15 - Pátio (4,50m²)
- 16 - Pátio (1,90m²)

No segundo piso, cujas escadadas de acesso a este são intervenções de forma a torná-las mais confortáveis e acessíveis, encontra-se um ático que é originalmente sustentado por uma abóbada de cúpula sendo esta retirada por não representar um problema estrutural, permitir a redução do número de degraus e assim melhorar o conforto e segurança no acesso à área dos quartos deste piso. A criação de área útil na ala lateral deste piso é conseguida através da alteração da estrutura do telhado e criação de novo piso, assim são inseridos nesta ala 3 quartos. Aqui totalizam-se então uma sala comum e quatro quartos - destinados ao alojamento local, dos quais dois virados para a Praça da República, todos eles com instalação sanitária e tirando partido de pátios que permitem ventilação e entrada de luz natural.

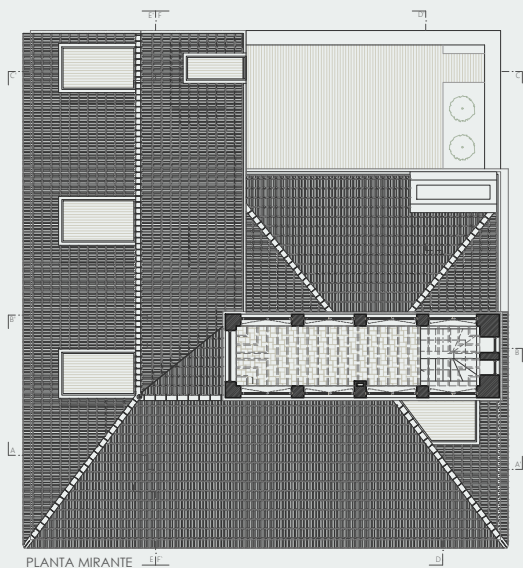


CORTE C-C'

PATRIMÓNIO E TURISMO

A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE

PROJETO



PLANTA MIRANTE

LEGENDA

1 - Mirante (17.50m²)

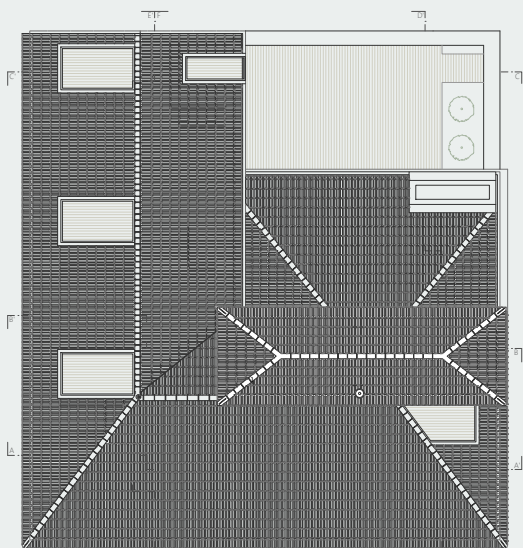
Opta-se por manter o mirante com a sua forma e função originais - contemplar a Vila de Monforte - através de uma cota privilegiada. O acesso ao Mirante realiza-se pelo mesmo sítio, no entanto as escadas são intervencionadas de forma a torná-las mais seguras e acessíveis.



CORTE D-D'



CORTE E-E'

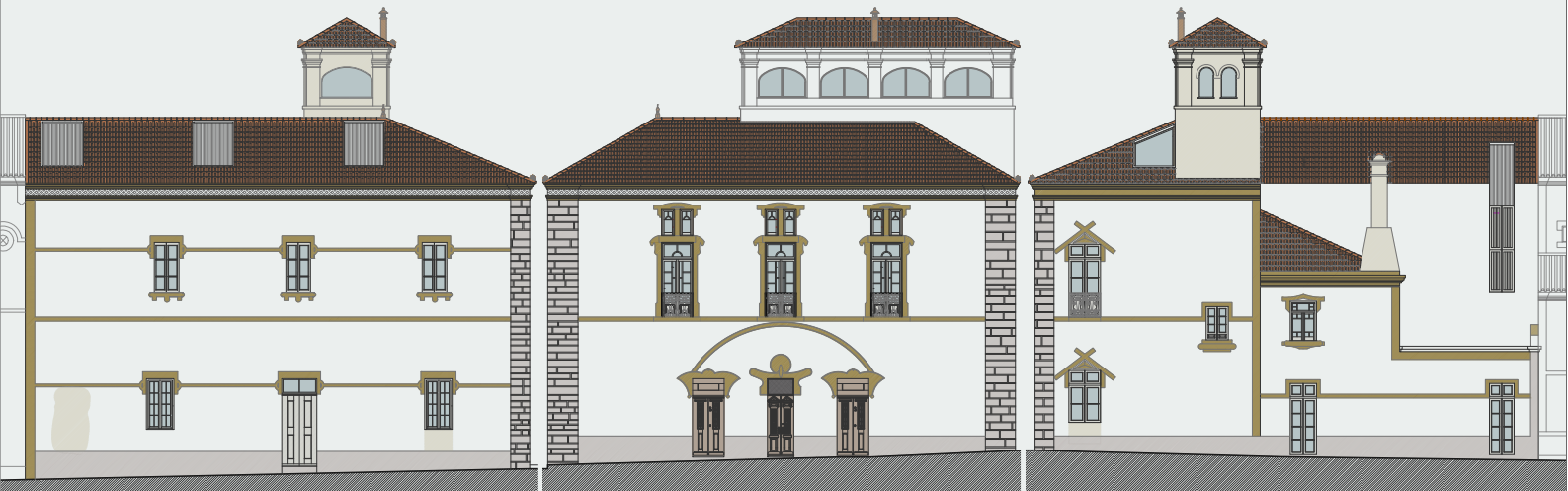


PLANTA COBERTURA

Todas as aberturas no telhado - sótãos - encontram-se fora da ala da frente, de forma a não agredir nem modificar a leitura original do alçado principal desta casa e permitindo a entrada de luz natural aos quartos.



CORTE F-F'

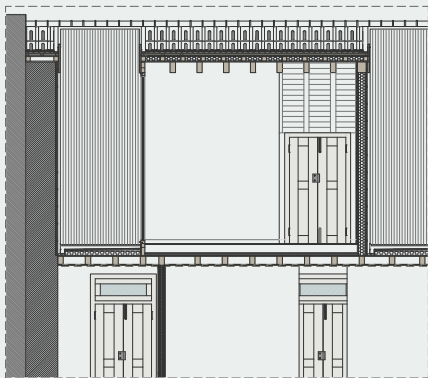


ALÇADO SUL | RUA MARIANO MOREIRA COSTA PINTO

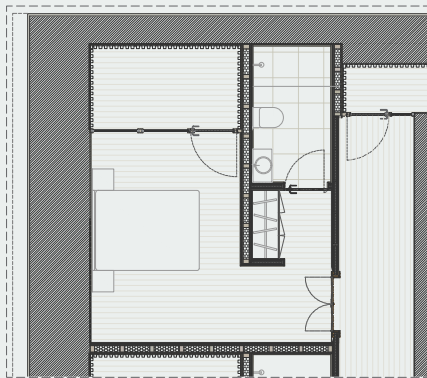
ALÇADO NASCENTE | PRAÇA DA REPÚBLICA

ALÇADO NORTE | AVENIDA HUMBERTO DELGADO

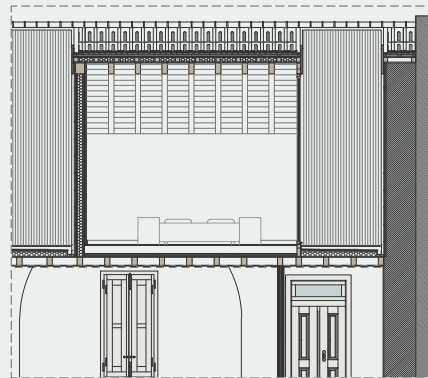
PATRIMÓNIO E TURISMO
A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE
 PORMENORIZAÇÃO CONSTRUTIVA



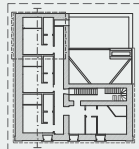
CORTE PISO 2 - Quarto e Pátio



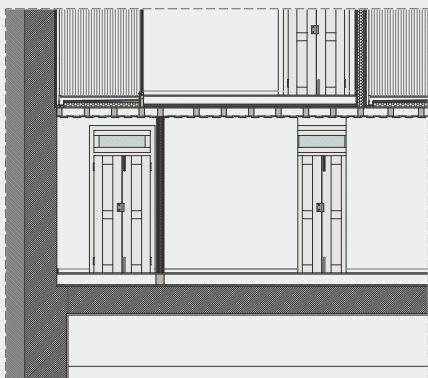
PLANTA PISO 2 - Quarto e Pátio



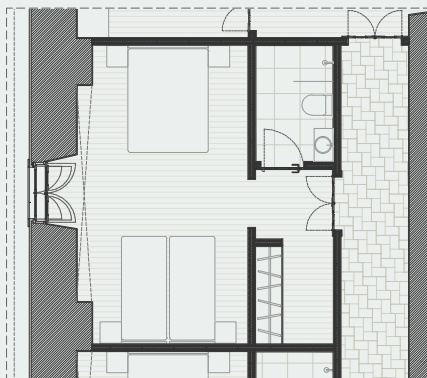
CORTE PISO 2 - Quarto e Pátio



PLANTA PISO 2



CORTE PISO 1 - Quarto



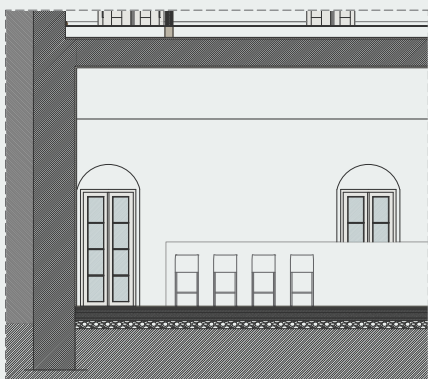
PLANTA PISO 1 - Quarto



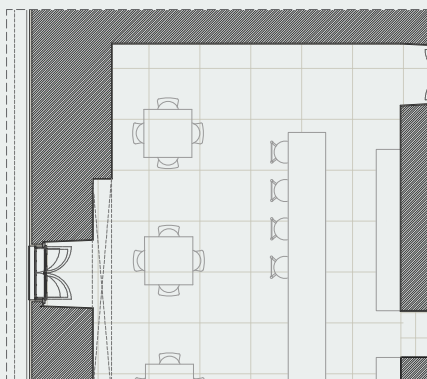
CORTE PISO 1 - Quarto e Arrumos



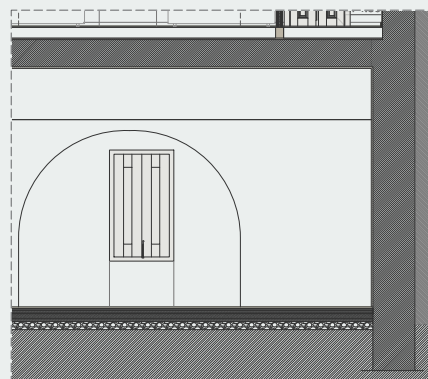
PLANTA PISO 1



CORTE PISO 2 - Quarto e Pátio



PLANTA PISO 2 - Quarto e Pátio

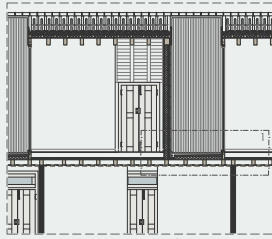


CORTE PISO 2 - Quarto e Pátio

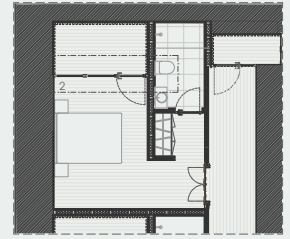
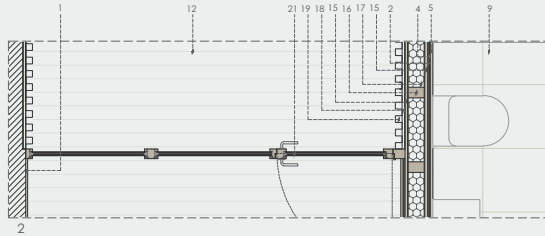
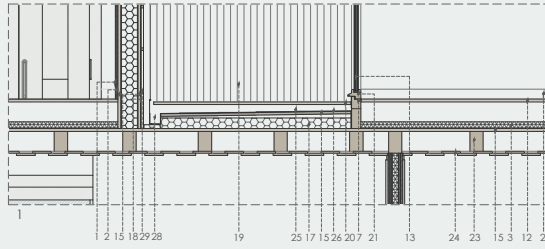


PLANTA PISO 2

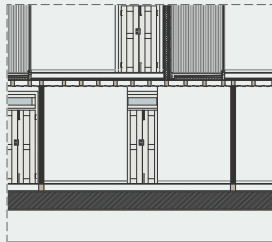
PATRIMÓNIO E TURISMO
A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE
 PORMENORIZAÇÃO CONSTRUTIVA



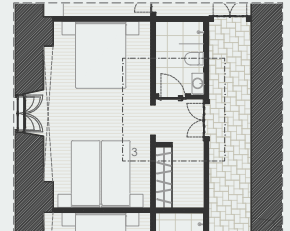
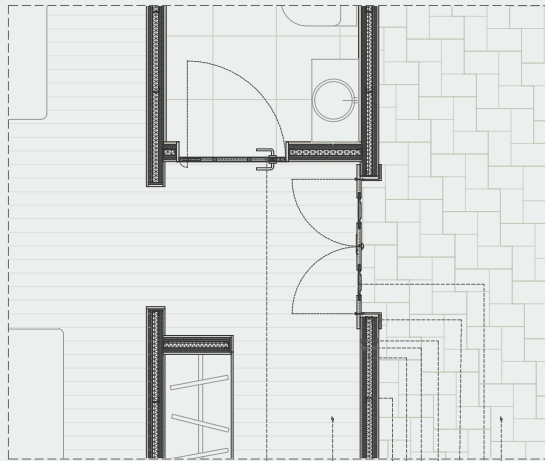
CORTE PISO 2 - Quarto e pátio



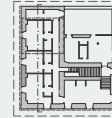
PLANTA PISO 2 - Quarto e pátio



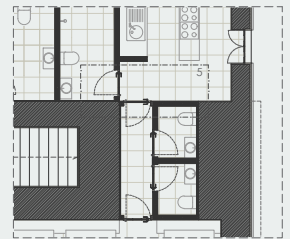
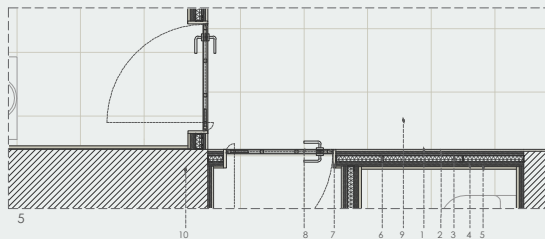
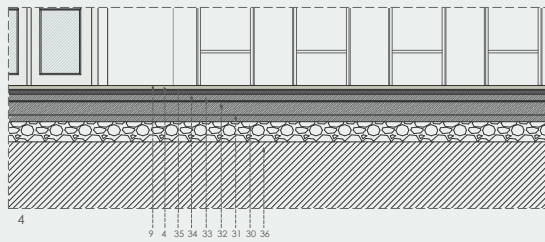
CORTE PISO 1 - Quarto



PLANTA PISO 1 - Quarto



CORTE PISO R/C - Cafeteria



PLANTA PISO R/C - Instalações Sanitárias e Cozinha



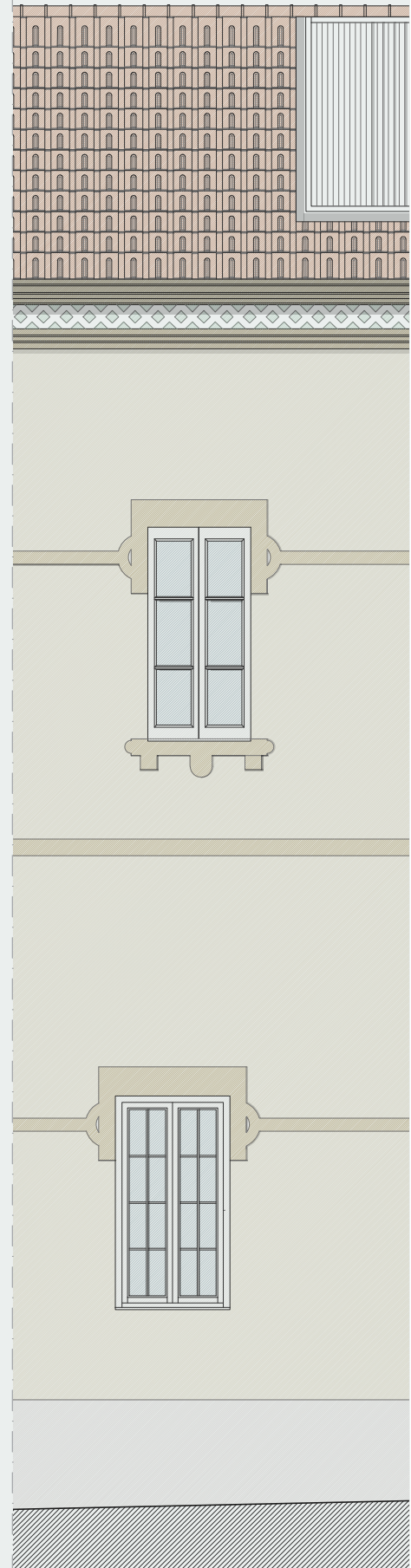
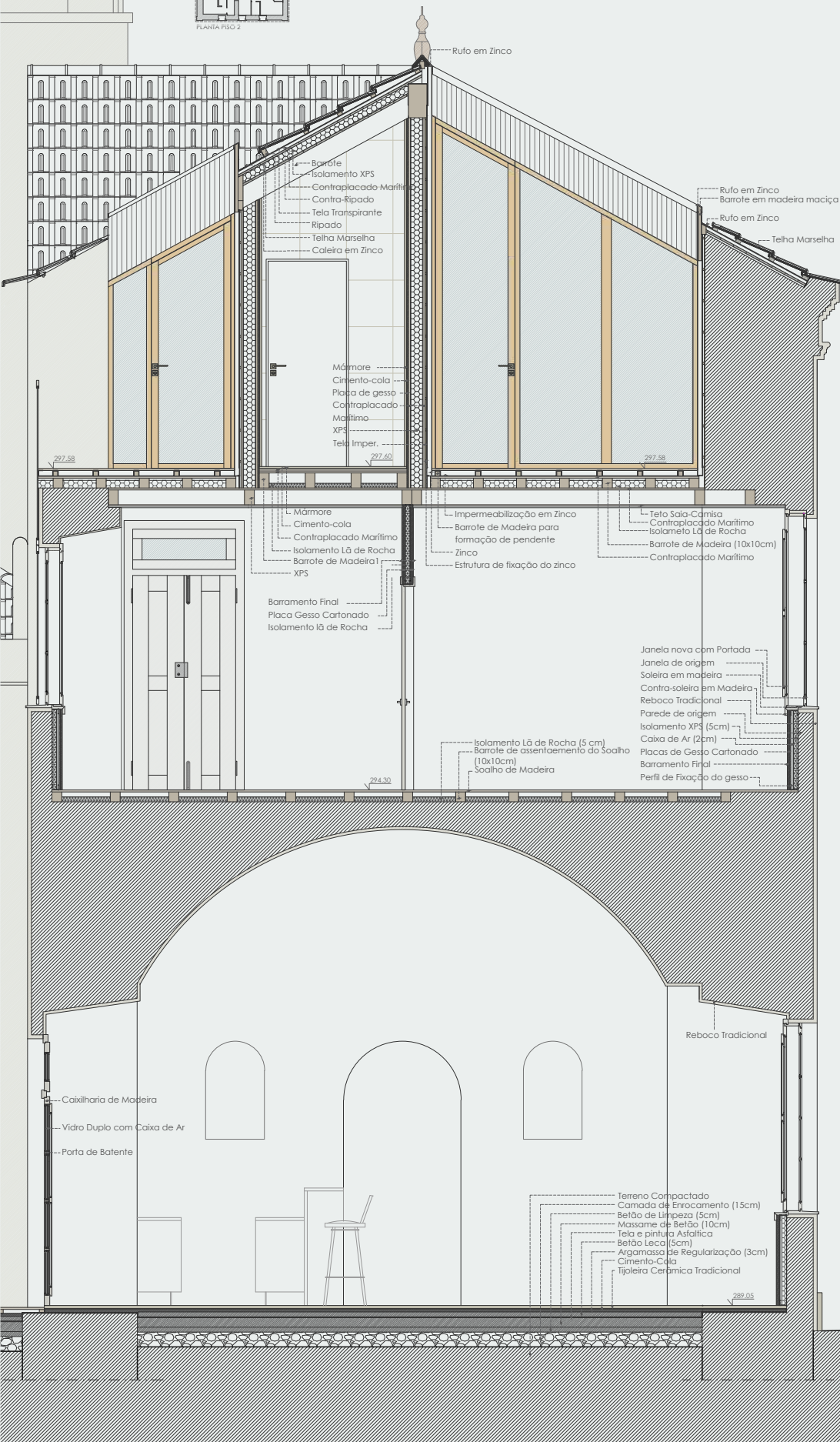
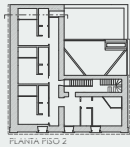
- 1 - Barramento Final
- 2 - Placa de Gesso Cartonado (1.5cm)
- 3 - Isolamento Lã de Rocha
- 4 - Cimento-Cola
- 5 - Revestimento em Mármore
- 6 - Perfil Montante metálico
- 7 - Pré-aro em Madeira
- 8 - Porta Pivotante
- 9 - Pavimento em Mármore (50x50x2cm)

- 10 - Parede existente em Pedra miúda
- 11 - Porta existente pintada de branco
- 12 - Pavimento em Soalho de Castanho (10x150x2cm)
- 13 - Vidro Duplo com Caixa de Ar
- 14 - Tijoleira Tradicional
- 15 - Contraplacado Marítimo (2cm)
- 16 - Estrutura da Parede Exterior em Barrotes de Madeira (8x12cm)
- 17 - Isolamento XPS
- 18 - Tela Impermeabilizante

- 19 - Zinco Canelado
- 20 - Pavimento em Deck
- 21 - Porta de Batente com caixilharia em madeira
- 22 - Pré-aro existente em Madeira
- 23 - Estrutura loja de piso em Barrotes de Madeira
- 24 - Teto saia-camisã pintado de branco
- 25 - Formação de Pendente em Barrotes de Madeira
- 26 - Impermeabilização em zinco
- 27 - Rodapé em Madeira

- 28 - Caleira em Zinco
- 29 - Estrutura de fixação do zinco
- 30 - Camada de Enrocamento (25cm)
- 31 - Betão de Limpeza (5cm)
- 32 - Massame de Betão (10cm)
- 33 - Tela e pintura Asfáltica
- 34 - Betão Leca (5cm)
- 35 - Argamassa de Regularização (3cm)
- 36 - Terreno Compactado

PATRIMÓNIO E TURISMO
A REABILITAÇÃO DA CASA DO MIRANTE DE MONFORTE
 PORMENORIZAÇÃO CONSTRUTIVA



Corte Construtivo e Alçado Sul - Escala 1/20